



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A Geo-estratégia do Afeganistão, as Operações de Segurança e Estabilização

Nome do Autor: Carlos Manuel Bonifácio

Nome do Orientador: Professora Doutora Sandra Maria
Rodrigues Balão

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
Em Estratégia

Lisboa
2014

VALORIZAMOS PESSOAS

Índice

ÍNDICE DE FIGURAS E MAPAS.....	III
ACRÓNIMOS.....	IV
GLOSSÁRIO.....	VII
AGRADECIMENTOS.....	IX
RESUMO.....	X
ABSTRACT.....	XI
INTRODUÇÃO.....	14
CAPITULO I – FACTORES.....	30
I. 1 Enquadramento Histórico-Político do Afeganistão.....	30
I. 1.1 O Mosaico Étnico do Afeganistão.....	32
I. 1.2 Afeganistão um Estado Independente.....	34
I. 1.3 A importância e o papel da religião: O Islão.....	48
I. 1.4 A Geo-estratégia do(s) Actor(es).....	54
CAPÍTULO II - INSTRUMENTOS.....	56
II. 1 11 de Setembro de 2001: envolvimento do Afeganistão.....	56
II. 2 11 de Setembro de 2001: combate ao terrorismo global.....	59
II. 3 11 de Setembro de 2001: ocupação norte-americana e controlo do espaço territorial.....	66
CAPÍTULO III – ACTORES.....	70
III.1 A Sociedade Política Global: O Afeganistão entre a Ásia e o “mundo” Ocidental.....	70
III.2 A Sociedade de Segurança & Defesa Global: A ISAF no Afeganistão.....	77
III.3 A Sociedade para a Paz Global: As Operações de Segurança e Estabilização no Afeganistão..	78
III.3.1 A Participação Portuguesa nas Operações de Segurança e Estabilização no Afeganistão....	81
CONCLUSÃO.....	92
BIBLIOGRAFIA.....	103
ANEXOS.....	112
ANEXO A - E-mail enviado ao Chefe de Estado Maior do Exército Português.....	113
ANEXO B - E-mail recebido do Chefe da Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército.....	114
ANEXO C - Guião de entrevista sobre a Operação de Segurança e Estabilização no Afeganistão no âmbito da Força Internacional de Segurança à Assistência (ISAF).....	115
ANEXO D - Entrevista sobre a Operação de Segurança e Estabilização no Afeganistão no âmbito da Força Internacional de Segurança à Assistência (ISAF).....	117

ANEXO E - Segurança Regional ou Global	124
ANEXO F - Análise Swot do Afeganistão com a variável tempo 2011/2020	127
ANEXO G - Principais figuras e partidos na guerra civil do Afeganistão (1994 – 2001)	128
ANEXO H - Nota de Brzezinski para o Presidente Carter, 26 de Dezembro de 1979	131
ANEXO I - Áreas de Acção da ISAF	134
ANEXO J - Alguns factos cronológicos da participação Portuguesa em Missões Internacionais	136

ÍNDICE DE FIGURAS	Páginas
Figura 1 - Buda de Bamiyan	47
Figura 2 - Ataque a Cabul	69

ÍNDICE DE MAPAS	Página
Mapa da Ásia Central	30
Mapa dos ataques terroristas atribuídos à Al-Qaeda	65
Mapa de oleodutos existentes e projetados na bacia do mar cáspio junto à Ásia Central	73
Mapa de oleodutos que representam os números 3 e 5	74
Mapa de teatro de guerra do Médio Oriente	76
Mapa de Militares Portugueses destacados no estrangeiro	140

ACRÓNIMOS

ANA - Afghan National Army

APEC - Cooperação Económica da Asia e do pacífico

ASEAN - Associação de Nações do Sudoeste Asiático

CDS – Centro Democrático Social

CEE - Comunidade Económica Europeia

CIA - Central Intelligence Agency (USA)

COMISAF - Quick Reaction Force do Comando (Afeganistão)

CN – Contingente Nacional

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CS – Conselho de Segurança (ONU)

CSC – Conferência de Segurança e Cooperação na Europa

ECMM-YU - *European Communities Monitoring Mission for Yugoslavia*

ETA - Euskadi Ta Askatasuna

EUFOR - European Union Force

EUFOR TCHAD/RCA - European Union Mission in Chad and the Central African Republic

EUNAVFOR - Força Naval da União Europeia

EUSEC RD - European Union Security Sector Reform Mission (Congo)

EUSSR - Missão da União Europeia de Apoio à Reforma do Sector da Segurança – Guiné Bissau

EUTM - European Union Training Mission (Somália)

FBI - *Federal Bureau of Investigation (USA)*

FND – Forças Nacionais destacadas

IPU - Integrated Police Unit

IRA - Exército Republicano Irlandês

ISAF – International Security Assistance Force

ISI - Inter-Services Intelligence (Paquistão)

KACTC - Kabul Air Corps Training Center

KCD - Kabul Capital Division

KFOR - Kosovo Security Force

KGB – Comité de Segurança do Estado (URSS)

KMTC - do Kabul Military Training Center

KTM - Kosovo Tactical Manover

LOGCOM - Logistic Command

LOT - Liasion Observation Teams

LSOC - Logistic Support Operation Center

METT - Mobile Education Training Team

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

NTMA - Nato Training Mission Afeganistan

OMLT-D - Operational Mentor and Liaison Team de Divisão

OMLT-G - Operational Mentor and Liaison Team de Guarnição

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

PDPA – Partido Democrático Popular do Afeganistão

PESC – Política Europeia de Segurança Comum

PIB – Produto Interno Bruto

PL - Push Lette

PRT - Equipa de Reconstrução Provincial (Afeganistão)

PS – Partido Socialista

PSD - Partido Social Democrata

TN – Território Nacional

TTP - Técnicas Táticas e Procedimentos

UE – União Europeia (EU)

UEO – União da Europa Ocidental

UNAMA - Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão

UNAVEM II - United Nations Angola Verification Mission

UNIFIL - United Nations Interim Force in Lebanon

UNIMIK - United Nations Integrated Mission In Kosovo

UNMIT - United Nations Integrated Mission In Timor-Leste

UNOCAL - Union Oil Company of California

UNOGIL - Grupo de Observadores das Nações Unidas no Líbano

UNTAET - United Nations Transitorial Administration in East Timor – Peace Keeping Force

UNTAG - Grupo de Assistência da ONU à Transição da Namíbia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USA – Estados Unidos da América

USAF - United States Air Force

GLOSSÁRIO

Burca - (Burqu, pl. Baraqi) véu longo que cobre que cobre o corpo todo da mulher muçulmana excepto os olhos;

Corão ou Alcorão – O livro mais sagrado dos islão e reúne as diversas revelações divinas recebidas por Muhammad entre os anos 610 e 632. Está dividido em 114 capítulos, cada um designado por “sura” (em árabe). Cada “sura” está dividida em versículos;

Islão – Palavra que significa literalmente “submissão” (à vontade de Deus). É o nome de uma das grandes religiões monoteístas;

Jihâd – Combate em defesa da fé;

Madrassa – (pl.madaris). Escola ou lugar de ensino, frequentemente ligada ou associada a uma Mesquita. Escola Islâmica;

Ramadão – Nono mês do calendário lunar islâmico, durante o qual os muçulmanos praticantes fazem jejum e abstinência, não comendo, bebendo, fumando, praticando violência ou sexo desde antes do nascer, até depois do pôr-do-sol, durante todo o mês;

Sunitas – Nome do grupo maioritário do islão. Corrente muçulmana surgida na época da morte do Profeta Muhammad e que actualmente compreende 90% da comunidade islâmica mundial. Para os sunitas, a autoridade espiritual pertence à comunidade como um todo. Subdividem-se em quatro grupos (escolas): Hanafi, Malaki, Shafi’i e Hanbali;

Talibã - É um movimento fundamentalista islâmico nacionalista que se difundiu no Paquistão e, sobretudo, no Afeganistão, a partir de 1994 e que, efectivamente, governou o Afeganistão entre 1996 e 2001;

Shari’a – Conjunto de leis que Allah estabeleceu para a conduta dos crentes, sendo a expressão da vontade de Allah apenas necessita de um intérprete e de um executor. É Lei revelada e Allah é o único legislador. O Alcorão para os muçulmanos é um código simultaneamente moral, civil e penal;

Shiitas – São os “ partidários de Ali”. Depois da morte de Muhammad, em 632, consuma-se o primeiro grande cisma no Islão. Uma parte da comunidade dos crentes insistia em que os sucessores do profeta deveriam ser escolhidos entre os membros da sua família e por isso apoiariam Ali, o marido de Fátima, filha de Muhammad. A outra parte da comunidade, continuou ligada à “Sunna”, tradição árabe, e designou Abu Bakr (o primeiro discípulo do profeta), como seu herdeiro;

Kalifa (Khalifa; pl. Khulufa) – Chefe (s) político (s), considerado o sucessor de Muhammad.

AGRADECIMENTOS


Agradeço à minha mulher Zita e aos meus filhos Guilherme e Francisco, pelo apoio sem limites na elaboração da dissertação, para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

À Professora Doutora Sandra Balão, orientadora desta dissertação, pela disponibilidade, pelas sugestões e empenho demonstrado no sucesso deste trabalho;

Agradeço também ao Capitão Lucílio Lopes pela colaboração e disponibilidade demonstrada nas informações e respostas dadas ao inquérito aplicado nesta dissertação e que foram preciosas para uma melhor compreensão da situação no terreno.

Agradeço ao Miguel Mendes pela disponibilidade na análise e correcção do texto desta dissertação.

Agradeço ainda a todos, os que de alguma forma, contribuíram para a execução desta dissertação.

 Por opção esta dissertação não considera o “Acordo Ortográfico”.

RESUMO

Esta dissertação procurou desenvolver uma análise da Geo-estratégia do Afeganistão em articulação com as operações de Segurança e Estabilização em curso na região.

Na pergunta de partida, procuraram-se respostas para a seguinte questão: “Sendo o Afeganistão um dos países mais pobres do mundo, em que medida a sua posição geo-estratégica e as condições socio-económicas e culturais condicionam a segurança e a paz mundiais?”

Das várias hipóteses formuladas, confirmou-se que o Afeganistão se tem apresentado como um Estado falhado, dominado por convulsões de origem interna/externa, não cumprindo as funções básicas associadas à sua existência.

Não foi possível confirmar com segurança, se o Afeganistão continua a ser uma ameaça à segurança e paz mundiais, e se essa, é a razão pela qual a Sociedade Internacional continua a investir em operações de “Peace-enforcement” e “Peace-building”.

Mas consideramos ter sido possível confirmar que a intervenção no Afeganistão, para além das operações de “Peace-enforcement” e “Peace-building”, é também uma via para potenciar interesses geo-estratégicos de natureza económica (sobretudo se a pacificação vier a ser um êxito).

Finalmente, confirmou-se, que Portugal está empenhado em manter um papel activo junto das organizações internacionais se atendermos às missões em que está envolvido e ao número de efectivos além-fronteiras.

Palavras-Chave: Afeganistão, Geo-estratégia, operações de “Peace-enforcement” e “Peace-building”, Portugal.

ABSTRACT

This dissertation attempted to develop an analysis on the Geo-strategy in Afghanistan as well as the institutionalization of security and stability operations initiated by the International Society and the consequent impact on this country's international relations.

In the preparation of this dissertation several hypotheses were formulated: The situation of Afghanistan in the last decades was analyzed and this country reveals itself has being failed nation dominated by numerous social convulsions.

It is not possible to confirm with a reasonable degree of safety whether or not Afghanistan is still a real threat to world security and peace. That is why the International Society is still investing in the stability and viability of this country through operations of "Peace-enforcement" and "Peace-building".

Furthermore, it is confirmed that this intervention in Afghanistan is also a way of increasing geo-strategic interests related to the economical system.

It was confirmed that Portugal, despite its small size and geo-strategic capacity, is keen to have a very active role in international organizations.

Key-Words: Afghanistan, Geo-strategy, Operations of "Peace-enforcement" and "Peace-building", Instability.

INTRODUÇÃO

A elaboração desta dissertação visa a obtenção do Grau de Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

A realização deste trabalho tem como objecto de estudo a geo-estratégia do Afeganistão e as operações de Segurança e Estabilização. Procura-se compreender no campo da estratégia, analisando o cenário de disputa a que se tem assistido nas últimas décadas naquela zona do globo, os actores envolvidos, assim como as razões que têm estado na génese da justificação da necessidade que as principais organizações e Estados têm manifestado no sentido de ali intervir com a justificação de garantir um mínimo aceitável de estabilização da região, com incidência no período em análise de 2001 a 2012.

Ainda no âmbito deste estudo procurou-se uma contextualização e, caracterização, das diferentes disputas estratégicas em presença no Afeganistão, entre os diferentes actores privados e públicos, envolvidos, assim como a busca de uma pacificação que possa trazer uma vantagem estratégica e segurança à ordem internacional para ambos.

O Afeganistão é considerado um país muito pobre, possui uma agricultura débil, com explorações de ópio essencialmente para exportação, e uma pastorícia de subsistência, por isso aparentemente sem relevância mundial, mas que fruto da sua posição geo-estratégica e de uma instabilidade social que se tem arrastado por inúmeros conflitos internos têm transformado este território num santuário de eleição para organizações terroristas que pela sua acção ameaçam a paz e segurança mundiais.

Mais de uma década após o derrube do poder Talibã, a sociedade internacional continua a centrar as suas atenções neste território e em toda a região envolvente. São pois, estas condicionantes que tornam este país, um caso *sui generis*¹ na sociedade internacional e que suscita a atenção por parte das principais potências mundiais, ou dos principais actores (nomeadamente os que nele têm interesses a defender/assegurar). São, pois, estas

¹ Este termo é utilizado para designar o Afeganistão como um país singular na sociedade internacional com especificidades muito próprias propícias ao aparecimento de movimentos terroristas que tinham como objectivo espalhar o terror em nome do islão à escala global.

características que conjugadas motivaram a escolha deste objecto de estudo para o desenvolvimento desta dissertação que surge enquadrada na área científica da Estratégia.

Este é um país que evidencia no âmbito da Geo-estratégia um caso relevante pela relação passível de se estabelecer entre o seu posicionamento geográfico e o potencial estratégico que a região possui. Tendo em conta os imensos recursos naturais de que a Ásia Central dispõe e que actualmente assumem um papel importantíssimo no jogo político/económico entre os E U A, a Rússia, os países da U E e os países emergentes da Ásia, confirma-se a atracção que este país vem exercendo sobre as grandes potências e a procura incessante de controlo deste valor estratégico.

A dissertação de mestrado a desenvolver tem também, neste contexto, o objectivo de incluir neste estudo a análise da articulação passível de ser identificada/estabelecida entre a importância geo-estratégica do Afeganistão, as operações *de peace-enforcement*² e de *peace-building*³, como contributos determinantes, para a estabilização do país.

No contexto das preocupações com a segurança e paz mundiais procura-se igualmente esclarecer e apurar quais as razões subjacentes à participação portuguesa em operações de segurança e estabilização como as que têm vindo a ter lugar no Afeganistão, no âmbito da ISAF⁴ (de entre outras que nas últimas duas décadas se têm caracterizado por uma disponibilidade constante, ilustrada pela ampla presença em missões internacionais). Na realidade, importa conhecer quais são as causas e as motivações associadas a esta intervenção, bem como apurar se a elas está igualmente associada uma opção estratégica e, em caso afirmativo, qual.

A relevância do objecto de estudo da dissertação prende-se com a necessidade de verificar a existência (ou não) de uma eventual relação de causa efeito entre a importância do Afeganistão nos domínios político, económico e geo-estratégico, e as operações militares e de segurança que têm vindo a desenvolver-se no terreno.

² A imposição da paz envolve a aplicação de uma série de medidas coercivas onde se inclui o uso da força militar em conformidade com autorização internacional, para obrigar o cumprimento das resoluções.

³ Tem como objetivo reduzir o risco de cair ou recair em conflito, por meio do fortalecimento das capacidades nacionais em todos os níveis de gestão de conflitos, e estabelecer as bases para a paz e o desenvolvimento sustentável das nações.

⁴ International Security Assistance Force.

Espera-se que a exploração deste objecto de estudo contribua para uma melhor compreensão do papel que o Afeganistão desempenha no panorama internacional. Com este trabalho procura-se evidenciar, ainda, a importância deste país, tendo por base duas realidades já atrás mencionadas: o facto de o Afeganistão ser um país pobre com escassos recursos naturais e possuir uma enorme importância geo-estratégica no domínio económico, para as principais potências e multinacionais quem pretendem operar no terreno.

No que se refere à estrutura do trabalho, a linha de investigação segue um alinhamento definido com base em três capítulos. No primeiro inicia-se uma análise histórico-evolutiva do Afeganistão onde é abordada a história, o mosaico étnico, a importância do islão e a geo-estratégia dos actores no Afeganistão, destinada a assegurar o necessário enquadramento que busca apurar as causas que terão estado na génese do progressivo e crescente interesse de que este país tem vindo a ser alvo por parte das principais potências que, por isso, não raras vezes o invadiram e tentaram conquistar.

O segundo capítulo é dedicado às implicações do 11 de Setembro, procura-se desenvolver uma linha de investigação que considera como referência temporal para o “take off”⁵ os acontecimentos ocorridos em 11 de Setembro de 2001 e a sua articulação com as opções estratégicas a que, na sua sequência, a Sociedade Internacional pôde assistir. Nesse sentido, também ao nível das relações internacionais, nomeadamente entre a Ásia, Médio Oriente e o Ocidente, esse impacto é considerado, com particular destaque no que se refere ao equilíbrio que desde então se busca no contexto da assim designada “luta contra o terrorismo global”. A ênfase é colocada na dimensão da segurança, pela articulação, com as consequências que de forma imediata e directa se fazem sentir sobre a débil situação económica e social em que o Afeganistão se encontra desde a sua criação enquanto Estado e as consequências para referida Sociedade Internacional.

Neste capítulo é ainda feita uma caracterização, por fases, da forma como o terrorismo se vem desenvolvendo desde a década de noventa do século passado. É depois elaborado o enquadramento da forma como a ocupação norte-americana se deu e a consequente justificação da intervenção, ao abrigo das Resoluções das Nações Unidas.

⁵ O ponto de partida determinante pela sociedade global encarar pelas consequências do atentado de 11 de Setembro de Nova Iorque a luta à escala global contra o terrorismo de qualquer natureza.

No terceiro capítulo é abordado o importante papel do Afeganistão na gestão do equilíbrio da paz e segurança mundiais, mas também a sua enorme importância no que se refere ao domínio da estratégia, sobretudo no que se refere à relação entre a Ásia central e os países dos mares quentes a sul.

A análise geopolítica tem dois aspectos principais, o da descrição dos ambientes ou suportes geográficos na sua relação com o poder político e o da elaboração de padrões territoriais que abranjam unidades de poder em interacção (Cohen, 1980). É este, precisamente, o facto que parece sustentar a importância de um Afeganistão forte para assegurar a ligação às economias emergentes do sul.

De facto, durante séculos, a antiga rota da seda⁶ esteve adormecida mas agora, com as recentes descobertas dos recursos estratégicos do petróleo e do gás situados nas estepes dos países que faziam parte da ex-URSS, este corredor assume uma importância estratégica, para os países emergentes da Ásia meridional, designadamente o Paquistão e a Índia que hoje são considerados economias em crescimento com uma indústria muito dependente dos recursos energéticos.

Neste jogo de interesses e influências, várias são as multinacionais interessadas em conquistar posições na região e em particular no Afeganistão, como por exemplo a “Unocal” e a “Bridas”. Dada a sua posição geográfica, este país funciona como Estado tampão no acesso a estes recursos por parte das economias do sul asiático.

Neste último capítulo é feita uma análise da posição do Afeganistão entre a Ásia e “mundo” ocidental, as operações de segurança e estabilização no Afeganistão, procurando analisar interesses de natureza estratégica associados aos interesses que consideramos puramente económicos. Procura-se, aqui, fazer uma análise muito particular, tendo por base alguns interesses económicos associados ao Afeganistão relacionados com os recursos naturais abundantes existentes nos países vizinhos que compunham a ex - U R S S, identificados em vários períodos, antes e depois da intervenção no Afeganistão por poderem, a nosso ver,

⁶ Corresponde a um conjunto de rotas comerciais que interligavam, através da Ásia, o Oriente e a Europa, originando a maior rede comercial do mundo antigo.

indiciar o interesse de várias multinacionais para o controlo de corredores de transportes de recursos energéticos.

É ainda feita uma análise à intervenção internacional no Afeganistão sob liderança da NATO e as respectivas operações de acordo com o mandato da ISAF e como ela tem vindo a ser desenvolvida no terreno ao nível das operações de segurança e estabilização. Por fim, e ainda neste capítulo, dá-se um especial enfoque à participação portuguesa nas operações de segurança, procurando identificar as orientações estratégicas que possam estar associadas a esta opção, no contexto da sua participação em missões de *peace keeping*, pelo que se procura apresentar o resultado de uma análise detalhada dos programas de governo dos últimos vinte e cinco anos para tentar identificar uma linha de orientação comum das principais forças políticas do arco da governação. Deste modo, se espera apurar a existência ou não de uma linha de orientação estratégica relativamente a esta matéria. Por essa razão, é igualmente apresentado um levantamento histórico da participação portuguesa em várias regiões do mundo, buscando identificar a argumentação e motivações apresentadas para tal disponibilidade em participar em operações desta natureza no âmbito das organizações internacionais de que faz parte.

Nota Metodológica

Na elaboração de um processo metodológico que visa identificar o objecto de estudo, este deve obedecer a um conjunto de procedimentos prévios:

Na primeira etapa é elaborado o projecto que passa pela formulação de um problema, pela definição dos métodos adequados para a realização do plano de pesquisa. A segunda etapa respeita aos preparativos da investigação, ou seja, ao conjunto de questões que devem ser avaliados. A terceira etapa diz respeito ao trabalho de campo. A quarta etapa consiste na gestão e análise de dados. Por fim na quinta e última etapa é analisada a relação dos resultados e a apresentação de um relatório (Moreira, 1994).

A definição dos objectivos por sua vez é de uma importância crucial porque possibilita orientar o processo de pesquisa. A definição dos objectivos da pesquisa compreende três

fases: identificação de um tema, definição do problema; identificação dos principais conceitos, as dimensões e indicadores (Moreira, 1994).

Na realização de um trabalho de investigação começa-se por procurar uma orientação prática para a gestão de um projecto, procurando elaborar uma proposta de estudo, desencadeando o início da investigação através do acesso à informação, a construção da amostra de entrevistas e de inquéritos, (caso seja aplicável), sendo um dos principais inimigos nesta fase a falta de organização e a dispersão intelectual. Em seguida descreve-se e analisa-se as principais estratégias de investigação social empírica, através dos dados de natureza qualitativa, onde se inclui a investigação documental nos vários domínios, sendo que no nosso caso, percorremos os caminhos da interdisciplinaridade, procurando os contributos da antropologia, da ciência política, da sociologia e da política social (entre outros); as entrevistas; e o recurso a dados quantitativos, o que pressupõe a recolha de dados estatísticos. Só depois se passa à última parte que trata dos problemas ligados à redacção dos resultados obtidos, vertidos na parte conclusiva (Moreira, 1994). Foi este o caminho que se procurou seguir no decurso desta dissertação.

Operacionalização de Conceitos:

Em seguida procuraremos operacionalizar alguns conceitos que estão na génese da elaboração desta dissertação: A estratégia, a geopolítica, a geo-estratégia, a Jihâd, peace-enforcement e peace-building, justificam, por isso, um particular destaque.

Estratégia – “Partindo da noção antiga de estratégia militar, dir-se-á que se trata da arte de utilizar as forças militares para atingir objectivos fixados pela política” (Beaufre, 1998: 35). Pode ainda definir-se como: “a arte de utilizar a força para a concretização dos objectivos da política” (Beaufre, 1998: 35). Uma outra definição admite “que a finalidade da estratégia seja atingir os objectivos fixados pela política, utilizando, o melhor possível, os meios de que se dispõe. Ora, esses objectivos podem ser ofensivos (conquista, impor aceitação destas ou daquelas condições onerosas), defensivos (protecção do território ou de certos interesses), ou podem até simplesmente visar o *status quo político*” (Beaufre, 1998: 37). A estratégia é,

também, a arte de liderar um exército e a arte no exercício do comando (Couteau - Bégarie, 1999).

A estratégia pode ainda ser definida como “a ciência e a arte de desenvolver e utilizar forças morais e, materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988: 209).

A estratégia é vista ainda numa outra visão como “um conjunto de regras de conduta que permitem atingir os objectivos da política” (Godet, 1993: 258). “Uma estratégia inclui um conjunto de táticas que correspondem às decisões a tomar, segundo vários contextos de evolução possíveis com vista a chegar aos objectivos da política” (Godet, 1993:259). “A tática aparece como uma decisão contingente. Por exemplo, uma cidade está cercada, se os defensores quiserem fazer crer aos atacantes que estão fortes e estão bem armados, será necessário submetê-los a fogo cerrado mesmo que as munições se esgotem, a fim de que o adversário fique na dúvida, (Godet, 1993: 259).

A Geopolítica – Manifesta-se em regiões “que expressam uma certa afinidade de características geográficas que lhes dão unidade, e exploram a sua capacidade para certos tipos de acção política ou económica tendo por base a sua contiguidade e complementaridade de recursos” (Almeida, 1994).

A geopolítica, tende a centrar-se em os fenómenos políticos, a dar uma interpretação geográfica e a estudar os aspectos geográficos desses fenómenos (Kristof, 1960). A relação entre o Homem e o ambiente natural está sujeita a uma evolução permanente, porque o Homem e o ambiente, mudam. Assim a função da Geopolítica é manter-se actualizada com as implicações políticas dessa relação que está em constante mudança (Kristof, 1960).

A geopolítica assenta na geografia “é portanto ao âmbito geográfico, considerado em todos os seus aspectos que o Homem vai buscar basilarmente elementos de informação e dados de trabalho que depois de coligidos, interpretados e aplicados lhe permitem realizar a política e a estratégia. Considerando o caso geral dos governos e dos Estados, tal pesquisa de dados geográficos e as suas conseqüentes análises, interpretação e conclusão, segundo métodos adequados, que vão permitir-lhes efectivar manifestações e orientações de

esforço, constituem a geopolítica”, (Alves, 1987: 20). “A Geografia a Geopolítica e a Geoestratégia são, nas suas relações, ciências irmãs e, conseqüentemente, contribuindo para a confirmação destes e de outros conceitos do sistema, irmanizam igualmente a Política e a Estratégia a que dão corpo” (Alves, 1987: 21).

Geo-estratégia – Não existe uma definição comumente aceita por académicos. Porém, a maioria das definições estabelecem uma relação entre os factores estratégicos e geopolíticos. A geo-estratégia é entendida como um sub-campo da geopolítica que estuda os objectivos da política que suscitam antagonismo (Veríssimo, 2013).

A geo-estratégia é também considerada como a irmã mais nova da geopolítica porque ao estudar a relação entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, a geoestratégia está a centrar-se essencialmente sobre os mesmos factores da geopolítica (Célérier, 1969).

A geo-estratégia tem a sua expressão numa determinada área que parte dos seus laços culturais e ideológicos e desempenha o seu papel preferencialmente na área da estratégia, enquanto a geopolítica desempenha mais a parte táctica que corresponde à arte de utilizar da melhor forma possível os meios em função do ambiente onde opera e das facilidades proporcionadas pela técnica (Couteau - Bégarie, 1999).

Podemos ainda considerá-la como o estudo das relações entre os problemas estratégicos e os factores geográficos, à escala regional ou à mundial, portanto à escala multinível, procurando entender a influência dos factos geopolíticos (económicos, demográficos, sociais, etc.) nas situações estratégicas e na consecução dos respectivos objectivos. Constitui uma forma específica de interpretar a fenomenologia política, particularmente vocacionada para a percepção e análise de conflitos (actuais e potenciais) bem como dos comportamentos nesses conflitos (Martins, 1996).

Pode, também, entender-se a geo-estratégia como uma ciência que visa o estudo e a análise dos factores geográficos, nos seus aspectos qualitativos e quantitativos, com vista a determinar, para os governos, orientações de esforços ou sugestões que sirvam a sua estratégia (Alves, 1971).

Tendo por base a realidade do Afeganistão e as Operações de Segurança e Estabilização em curso parece-nos que o título desta dissertação: A Geoestratégica do Afeganistão e as

Operações de Segurança e Estabilização justifica o recurso a este conceito que como vimos anteriormente, parece situar-se na fronteira entre a Geografia a Estratégia e a Geopolítica, o que contribuirá para justificar a assumidamente difícil delimitação. O Afeganistão, por seu lado, dada a sua tumultuosa história, a envolvente religiosa, as complexas relações étnicas, o espaço onde se insere, associado ao facto de ser um país tampão entre os recursos energéticos dos países a norte da Ásia Central e os países emergentes a sul, tende a apresentar-se como um caso de excepcional interesse na confluência das áreas científicas da Geo-estratégia e das Relações Internacionais.

Jihâd – O termo significa esforço, feito com o objectivo de encontrar Deus. Para os activistas radicais do islão, o termo deve ser referenciada no feminino. A Jihâd é entendida como “Guerra Santa”, ou “Guerra Justa”. A Jihâd significa guerra contra o Dar-al- Harb (Mundo da Guerra) por parte do Dar-al- Islam (Mundo do Islão). Os activistas radicais defendem a Jihâd como o sexto pilar do islamismo. Para muitos radicais do islão a ela é entendida como um dever religioso dos muçulmanos e vista como um modo de guerra defensivo, apenas para defender o islão dos infiéis (Silva, 2010).

“O vocábulo “Jihâd” tem gerado muita controvérsia. No árabe, significa esforço na procura do caminho de Deus. Não obstante, o Islão mais radical interpreta-o por Guerra Santa contra os inimigos da fé islâmica” (Costa, 2003: 36). O Alcorão em vários versículos indica o caminho da paz, mas também sugere a importância da Jihâd. É neste aspecto que os radicais e fundamentalistas e integristas fundam os argumentos para atacar o Ocidente (Costa, 2003).

Operações de Manutenção da Paz - Os novos conceitos são o resultado dos desafios colocados à ONU, após a queda do muro de Berlim. Para além de revelar os “novos” domínios de intervenção da organização no âmbito da manutenção da paz e segurança internacionais, atribui-lhes um conteúdo e um respectivo significado. A ONU passou então a intervir em várias áreas, não apenas para gerir conflitos violentos, mas também para impedir que deflagrassem ou se reacendessem outros, alargando desta forma, a sua intervenção no processo de resolução de conflitos, isto é, passou a dar atenção aos momentos anteriores e posteriores à eclosão dos conflitos (Branco; Garcia; Pereira (Coord), 2010).

Peace-enforcement - Envolve a aplicação de uma série de medidas de coacção, incluindo o uso da força militar. Requer a autorização explícita do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. É usado para restaurar a paz e a segurança internacionais, em situações em que o Conselho de Segurança decidiu agir em face de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou acto de agressão. O Conselho pode utilizar, quando necessário, as organizações internacionais para implementação da acção coerciva de acordo e em conformidade com a Carta das Nações Unidas (United Nations, 2014).

Peace-building – post conflict – Processo que corresponde à fase pós-conflito. Com a consequente necessidade de lançar bases de estabilização para a consistência da paz. A consolidação da paz envolve uma série de medidas específicas para reduzir o risco de conflito ou o seu ressurgimento, através do reforço das capacidades nacionais em todos os níveis de gestão, com vista a assegurar a paz e o desenvolvimento sustentável (Branco; Garcia; Pereira, (Coord) 2010).

Este conceito, propõem estratégias integradas para a construção da paz pós-conflito e de recuperação, com destaque para os perigos e falhas que ameaçam minar a paz (United Nations, 2014).

Os Modelos de acção estratégica

Um dos problemas essenciais da concepção de uma modalidade de acção é a escolha de um modelo de acção estratégica. Abel Couto⁷, partindo dos trabalhos de Beaufre, propôs modelos concebidos ao nível da teoria geral da estratégia que definiu como modelos de acção (de ameaça directa⁸, de ameaça indirecta⁹, de pressão indirecta¹⁰, de acções sucessivas¹¹, de lassidão¹², de acção militar de aniquilamento, de acção militar de atrito¹³ e

⁷ Tenente-General, Professor Catedrático (Convidado) Jubilado da Universidade Técnica de Lisboa.

⁸ Materializável quando o objectivo é secundário. Visa essencialmente, a manutenção do status quo existente impedindo um contrário de o alterar. Meios materiais muito superiores ou igualmente poderosos, e se goza de considerável liberdade de acção.

⁹ Materializável quando o objectivo é secundário. Visa essencialmente, a manutenção do status quo existente, as forças são muito inferiores e dispõem de suficiente liberdade de acção. Situa-se no âmbito do estilo de acção da estratégia indirecta. Este modelo é utilizado pelos Estados fracos, que se sentem ameaçados por vizinhos fortes.

¹⁰ Materializável para um objectivo relativamente secundário quando as nossas forças são superiores e a liberdade de acção reduzida, ou quando as nossas forças são inferiores e a liberdade de acção grande.

¹¹ Materializável para um objectivo importante quando as nossas forças são superiores ou equilibradas e a liberdade de acção reduzida, ou quando as nossas forças, disponíveis ou utilizáveis, são limitadas e a liberdade de acção suficiente.

de acção indirecta de neutralização¹⁴). Esta categorização tem como objectivo facilitar o entendimento do quadro dos modelos clássicos da acção estratégica aplicáveis ao Estado a nível integral, (Ribeiro, 2009).

No caso do Afeganistão e na sequência dos ataques às Torres Gémeas de 11 de Setembro de 2001 o modelo utilizado na fase inicial de tomada do terreno, por parte das forças militares norte-americanos parece ter sido, o de acção militar de aniquilamento com o apoio de forças locais, materializado em situação de suficiente liberdade de acção decorrente da interpretação das resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, ou seja: quando um dos lados possui meios militares notoriamente superiores ou quando estão em inferioridade relativa em meios, mas dispõem de iniciativa e actuam com surpresa.

Este tipo de operação situa-se no âmbito do estilo de acção estratégica directa, isto porque recorre quase exclusivamente ao uso da força militar para a consecução ou preservação do objectivo definido. Se os meios militares são muito superiores, uma acção rápida, desenvolve-se com meios dotados de características operacionais adequadas o que permite a aniquilação do sistema das forças militares oponentes anulando a vontade de resistir (Ribeiro, 2009).

Este modelo de acção estratégica foi evidente nas campanhas do Golfo lideradas pelas forças dos EUA em 1990 e em 2003 contra Saddam Hussein no Iraque. Deste modo, o modelo de acção estratégica utilizado pelas forças de coligação lideradas pelos EUA na queda do poder taliban em 2001 no Afeganistão parece ter sido idêntico. É na sequência deste modelo de acção alinhado com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que se deu a participação de Portugal na coligação internacional em território afegão.

Julga-se, importante, para além da análise das várias hipóteses em torno da problemática das operações de *“Peace-enforcement”* e *“Peace-building”* em curso no Afeganistão,

¹² Materializável quando o objectivo é vital, as nossas forças muito inferiores e a liberdade de acção grande.

¹³ Materializável quando o objectivo é vital ou importante, os nossos meios são inferiores, mas se se dispõe de apreciável capacidade militar, a liberdade de acção é suficiente ou grande, mas não se pode actuar por antecipação, ou a iniciativa pertence ao contrário.

¹⁴ Materializável para um objectivo vital ou importante, quando os nossos meios são muito inferiores e se disfruta de liberdade de acção reduzida.

procurar compreender a disponibilidade quase permanente de Portugal, em estar presente nos principais “teatros” internacionais, onde as principais organizações internacionais operam, tendo para o efeito recorrido inclusive a várias fontes primárias, tais como publicações de vários programas de governo.

Nesta dissertação foi definida a pergunta de partida e o subsequente elencar de hipóteses para verificação.

Assim, no âmbito da investigação a desenvolver procurar-se-á, no domínio do real e do possível, tendo por base a análise dos factos, a resposta para a seguinte questão: “Sendo o Afeganistão um dos países mais pobres do mundo, em que medida a sua posição geo-estratégica e as condições sócio-económicas e culturais condicionam a segurança e a paz mundiais?”

A hipótese de trabalho é interpretada como uma generalização, onde se investiga uma regularidade sobre determinados factos. É também um mecanismo para delimitar as fronteiras da investigação, com o objectivo de encontrar respostas, remetendo a investigação para verificação de certezas ou ausência de fundamentos (Balão, 2011).

Assim, tendo por base a pergunta de partida, enunciámos as seguintes hipóteses, que procuraremos confirmar com o desenvolvimento deste trabalho:

H1 – O Afeganistão tem-se apresentado em vários períodos da sua história, como um Estado falhado, dominado por inúmeras convulsões sociais, de tipologia e natureza diversa, sujeito a várias intervenções externas, realidade que é propícia ao aparecimento de grupos terroristas fortemente inspirados no fundamentalismo islâmico.

H2 – O Afeganistão continua a ser uma ameaça real à segurança e paz mundiais, e essa é a razão pela qual a Sociedade Internacional parece disposta a investir na estabilização e viabilização deste país através de operações de *“Peace-enforcement”* e *“Peace-building”*.

H3 – O interesse da intervenção da sociedade internacional ultrapassa as operações de “*Peace-enforcement*” e “*Peace-building*” no Afeganistão na medida em que estas constituem uma via preferencial para potenciar interesses geo-estratégicos de natureza económica.

H4 – Sendo Portugal um país com uma reduzida capacidade de influência geo-estratégica no contexto mundial, as suas motivações para uma disponibilidade e participação permanente em operações de segurança e de paz em vários cenários é uma via destinada a impedir o seu desaparecimento da cena política internacional.

O Afeganistão é um país com uma enorme complexidade, fruto da sua posição geográfica e de uma multiplicidade de factores étnicos que o caracterizam, pelo que este trabalho implicou um enfoque na componente qualitativa através da recolha e análise de elementos para responder à questão de partida. Neste sentido, no que às fontes diz respeito esta dissertação baseia-se na investigação, leitura e análise de artigos e livros de natureza científica, na exploração de sites e de algumas publicações nele contidas, na leitura de revistas de carácter científico e outros documentos, orientados para a resposta à pergunta de partida, bem como à demonstração das hipóteses.

A análise desenvolvida ao longo desta dissertação assenta no método dedutivo, uma vez que parte do pressuposto de que existe um problema que se assume como sendo de âmbito global – o terrorismo islâmico - e uma estratégia de combate ao mesmo na sequência dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 para passar à análise desta problemática em associação com a proliferação da afirmação sucessiva de interesses geopolíticos e geo-estratégicos relacionados com o controlo de recursos considerados genericamente como “de interesse estratégico” para proceder subsequentemente, à análise da realidade do Afeganistão que é para nós considerado como um *case study*. Com esta opção metodológica busca-se demonstrar que o envolvimento da Sociedade Internacional no combate ao terrorismo à escala global e à insegurança que daqui resultou e que levou a uma intervenção militar de muitas nações neste território na sequência dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, se deveu (e continua), sobretudo, à importância geo-estratégica daquele território (como, de resto, parece verificar-se em outras partes do mundo, que reúnem condições análogas, como o Iraque).

Esta procura de respostas, não se confinou às questões de segurança internacional, procura ir um pouco mais além, nomeadamente, ao equacionar o potencial estratégico que o Afeganistão e a região em que se situa podem vir a ter, tendo como pano de fundo os enormes potenciais energéticos que a região da Ásia Central possui e que pode vir a ser determinante na industrialização de vários países vizinhos, com eventuais vantagens para todos os actores da região (Dias, 2011).

No tratamento do objecto de estudo seguimos o método genético-histórico de base qualitativa, complementando a análise efectuada com dados quantitativos, que estão expelhdos no anexo J, onde se faz referência aos dados estatísticos referentes, nomeadamente, aos militares portugueses destacados no estrangeiro (reportados a 31 de Outubro de 2012)¹⁵, obtidos através do recurso à base de dados disponível no site do Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas (www.emgfa.pt).

A metodologia de trabalho desta investigação incluiu também uma entrevista¹⁶ com recurso a perguntas abertas a um militar (o Capitão Lúcio Manuel da Costa Lopes), com o objectivo de tentar estabelecer uma aproximação à realidade vivida no terreno. Este militar esteve no Afeganistão e participou nas operações de paz que ali tiveram lugar tendo desempenhado a função de Mentor NTMA-CJ4 no Logistic Command em Cabul, na área da formação, no âmbito da ISAF - lugar ao qual estavam associadas responsabilidades significativas a par da exigência de elevado nível de competências no apoio administrativo e logístico da reserva táctica do Comando da KFOR. Quando iniciámos esta investigação este militar ainda se encontrava em Cabul, razão pela qual numa fase ainda exploratória os contactos foram estabelecidos via e-mail. Para que o militar pudesse participar neste trabalho foi necessário solicitar as respectivas autorizações ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Neste sentido, foi efectuado a 11 de Junho de 2011 um pedido de autorização de entrevista via e-mail¹⁷, tendo a mesma sido autorizada em 20 de Junho de 2011¹⁸. Só então foi elaborado o respectivo guião¹⁹ que foi discutido com o entrevistado tendo em conta a especificidade da missão em

¹⁵ Faz-se uma avaliação de efectivos de forças nacionais destacadas além-fronteiras entre 2004 e 2012.

¹⁶ A entrevista em causa é individual e é definida na sua tipologia como uma entrevista de natureza estruturada ou padronizada, isto porque a formulação das perguntas e a sequência de apresentação são, por regra, invariáveis. É portanto um formato rígido.

¹⁷ O documento encontra-se no Anexo A.

¹⁸ O documento encontra-se no Anexo B.

¹⁹ O documento encontra-se no Anexo C.

curso na capital do Afeganistão. As respostas foram obtidas via e-mail²⁰ já com o militar em território nacional, seguindo por isso um tipo de entrevista estruturada, ou seja, previamente preparada. O guião em causa procurou adaptar-se ao entrevistado e às suas experiências.

Procura-se com esta entrevista ter uma ideia mais aproximada da realidade no terreno, no primeiro semestre de 2011.

Foram elaboradas perguntas de acordo com o objecto de estudo, os objectivos da dissertação e as expectativas do entrevistador, com recurso a perguntas variadas o mais abertas possível, dando uma maior liberdade ao entrevistado, evitando influenciar as respostas e procurando alternativas para eventuais fugas ao tema. Foi seleccionado um vocabulário que se procurou que fosse o mais claro, acessível e rigoroso possível, tendo por base a especificidade das funções desempenhadas, no Afeganistão, pelo militar em causa.

A entrevista permitiu-nos ter acesso a um conjunto de informações que se revelaram vitais para um melhor entendimento do grau de preparação dos militares, das operações no terreno e da imagem, aproximada, que os militares portugueses conseguem projectar junto das populações locais.

Inserida no anexo E desta dissertação está, igualmente, uma carta/declaração do Embaixador Português Dr. Luis Lorvão, actualmente a exercer funções de Embaixador na República do Chile. Neste documento é, por sua vez, feita uma análise sobre a problemática das missões internacionais portuguesas no âmbito das operações de segurança e estabilização, na perspectiva de um diplomata com carreira feita em vários continentes. Procurou-se com esta carta/declaração ter uma visão de alguém que sendo um diplomata com carreira em vários continentes tem uma visão naturalmente mais abrangente, tendo em conta a problemática do Afeganistão na sociedade internacional.

Tendo por base o objecto deste estudo procurou-se elaborar uma análise SWOT²¹ 2011/2020, um instrumento precioso para o desenvolvimento de uma estratégia, (Camara &

²⁰ A entrevista encontra-se no Anexo D.

²¹ É uma sigla inglesa, e é um acrónimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats), encontra-se no anexo F. A análise SWOT é um instrumento, simples, eficaz para o desenvolvimento de uma estratégia, funcionando como uma síntese das informações recolhidas dos diagnósticos no ambiente interno e externo de um actor objecto de estudo. No ambiente externo

Guerra & Rodrigues, 2007), utilizado para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usado para posicionar e ou verificar a posição estratégica de um actor - por exemplo um país, uma região, ou uma organização, que incluímos no anexo F, e que procura diagnosticar algumas consequências para a paz e segurança mundiais decorrentes da efectiva estabilização, ou não, do Afeganistão, como cenário possível, num período que se perspectiva de aceleração do processo de industrialização das economias emergentes asiáticas. O uso deste instrumento permite tendo por base o conhecimento de factos/elementos reais, passíveis de se concretizar uma ideia aproximada do futuro próximo tanto do Afeganistão como de toda a região.

Nesta análise serão tidas em conta as condições do ambiente externo, a situação geoestratégica em que o Afeganistão se encontra, nomeadamente as oportunidades e ameaças que decorrem respectivamente dos aspectos positivos do ambiente regional em que se insere o Afeganistão como factor potencial para trazer-lhe vantagens ao nível do desenvolvimento económico, assim como dos aspectos negativos do ambiente que o envolve para comprometer as suas vantagens, se a missão da ISAF de dotar as forças armadas e de segurança afegãs não obtiver sucesso para garantir a sua estabilidade e da região, o que pode acentuar as clivagens étnicas e fazer ressurgir grupos terroristas com maior capacidade activa.

Quanto aos factores internos, a análise SWOT assenta na identificação das forças e fraquezas que aquele País possui no que se refere às vantagens e desvantagens que podem ser identificadas ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento e afirmação.

Cada um dos cenários possíveis traçados com esta ferramenta, a concretizarem-se a médio/longo prazo, implicarão o recurso a novas estratégias para o Afeganistão por parte da sociedade internacional, das organizações que a representam e dos demais actores.

considera-se os aspectos políticos, geográficos, económicos, recursos, enquanto os internos dizem respeito a aspectos sociais, organizativos, capacidades/competências.

CAPITULO I – FACTORES

I. 1 Enquadramento Histórico-Político do Afeganistão

O Afeganistão tem 652. 225 Km², e está situado geograficamente entre as estepes da Ásia Central. Três quartos do seu território é constituído por montanhas, e o resto é uma peneplanície desértica no sul e no sudoeste, enquanto a norte é possível encontrar vales de origem fluvial, (Atlas National Geographic, 2005). Esta é uma região muito acidentada que esteve na origem de uma fragmentação verificada entre várias etnias, que constituem hoje a realidade do Afeganistão (Marsden, 2002).

Mapa da Ásia Central²²



A Ásia Central é constituída por um conjunto de países onde se incluem o Casaquistão, Uzbequistão, Turquemenistão, Tadjiquistão, Quirguistão e Azerbaijão. O Afeganistão faz fronteira com o Uzbquistão, Turquemenistão, Tadjiquistão, Irão, Paquistão e China (Atlas National Geographic, 2005), servindo de país tampão na ligação com o Paquistão e a Índia e influenciando, deste modo a consequente ligação ao Oceano Índico.

Alexandre Magno²³ e Genghis Khan²⁴, lideraram vários exércitos ao longo desta região, que passou a ser conhecida devido à existência de uma importante rota comercial, mais conhecida pela designação, *Rota da Seda*²⁵. Este ponto de passagem foi também um corredor de encontro de culturas e de religiões, nomeadamente o Budismo, o Hinduísmo e o Islamismo (Hassin, 2003).

²² Afeganistão-mapa.gifdemocraciapolitica.blogspot.com.

²³ Alexandre foi o mais célebre conquistador do mundo antigo e viajou pela Rota da Seda.

²⁴ Foi um conquistador e imperador mongol. Na Mongólia, Gengis Khan é considerado herói nacional e o pai da nação.

²⁵ Via comercial terrestre que ligava a China à Europa, foi muito utilizada desde o Séc. II a. C. até finais do Séc. XIII.

O Afeganistão tem cerca 25 milhões de habitantes, dos quais cerca de 25% vive nas áreas urbanas enquanto os restantes 75% nas áreas rurais. As características montanhosas do Afeganistão, promovem a auto-suficiência de muitas aldeias, ou seja: as populações constroem as suas próprias casas, praticam a agricultura, a pastorícia e protegem a comunidade (Nojumi,2002).

Além disso, o Afeganistão ao longo da sua história parece não funcionar de acordo com os elementos que se caracteriza um Estado, ou seja, é um povo sobre um território organizado em torno de um determinado poder político, (Maltez, 1991).

O Afeganistão foi alvo de constantes invasões de diferentes povos, constituído por inúmeras montanhas e trilhos, a verdade é que, estas insípidas vias de comunicação, quando analisadas há luz dos parâmetros do mundo ocidental fizeram com que no Afeganistão se assistisse à criação e proliferação de inúmeras tradições no campo religioso e até esotérico, muitas das quais acabaram por se desenvolver envoltas em secretismo. Não deixa de ser curioso que para os reis do mundo antigo, o Afeganistão era o centro do mundo, tal era a corrente de informação que por aquela região passava. Esta problemática foi equacionada por René Guédon²⁶ ao falar do eixo do mundo e da montanha sagrada de inspiração sufi²⁷ (Hassin, 2003).

Toda a região que é hoje identificada com o Afeganistão, foi no século XIX dividida por fronteiras traçadas a “régua e esquadro” de acordo com os diversos interesses dos impérios europeus ali presentes.

Tal como sucedeu noutras zonas do Globo, as linhas traçadas artificialmente e impostas aos povos ali existentes estão na origem de divisões étnicas que tornaram difícil o desenvolvimento do país e a identificação de um sentimento nacional.

Os laços tribais continuam por isso e tal como no século XIX, a sobrepor-se ao poder central imposto pelas principais potências que lideraram esta região e por isso a instabilidade no

²⁶ Foi um filósofo, metafísico e crítico social francês (1886-1951). Defendeu a tese da “Unidade transcendente das religiões”. A partir de 1930, viveu no Cairo, onde praticou o Islão, ao mesmo tempo, continuou a explorar a doutrina da universalidade da verdade, como se pode verificar nos livros "Símbolos da Ciência Sagrada", "O Reino da Quantidade e os Sinais dos tempos".

²⁷ Discípulo de uma das muitas ordens que praticam o sufismo, considerada uma corrente mística do Islão.

Afeganistão tem sido uma constante o que tem levado à deposição sempre pela força de muitos líderes.

I. 1.1 O Mosaico Étnico do Afeganistão

De facto, o Afeganistão é composto, actualmente, por mais de uma dezena de grupos étnicos, apesar de ser difícil efectuar uma estimativa precisa sobre a composição étnica do país, devido aos escassos elementos disponíveis em consequência das débeis estruturas administrativas ali existentes. No entanto, as etnias mais relevantes no território afegão, parecem ser os Pashtun, os Tajiques, os Hazaras e os Usebeques.

Os Pashtun, constituem com fiabilidade o grupo étnico mais numeroso do país, sendo constituídos por mais de 40% da população e são por isso o grupo mais representativo, tendo desempenhado ao longo dos últimos dois séculos um papel relevante no controlo do poder político em todo o Afeganistão. Possuem uma grande capacidade de influência política não apenas no próprio Afeganistão, mas também no vizinho Paquistão, em particular na região autónoma da fronteira Noroeste, (Batista, 2006).

Os pashtun são na sua maioria sunitas²⁸ e proprietários rurais que têm como actividade principal a agricultura e são, por isso detentores do sistema produtivo do país. São também os principais comerciantes nas relações que estabelecem designadamente com a região fronteiriça do Paquistão. Assim, constituem um grupo com uma grande resistência à modernização e à centralização do poder, são guiados por códigos de conduta orientados por princípios assentes na superioridade masculina, onde é valorizada a honra e a bravura.

Além disso, constituem um grupo étnico cuja existência assenta no protagonismo de importantes rivalidades existentes no seu seio. De facto, existe uma difícil convivência entre os Durrani e os Ghilzay, que representam as maiores tribos pashtun. Na realidade que

²⁸ Esta família islâmica é maioritária junto dos muçulmanos que são partidários da tradição profética e reconhecem Abu Bakr, (573-634) sogro do profeta, que veio a ser considerado o primeiro Califa do Islão, foi um dos companheiros de Maomé.

espelha os problemas de convivência no seio desta etnia e que caracteriza, em geral, a realidade da sociedade afegã, (Alves, 2001).

Assim, por exemplo, os *Durrani* dominaram o poder afegão até à revolução Saur²⁹, enquanto, os *Ghilzay* estiveram envolvidos nos principais movimentos para os derrubar, o que espelha o ambiente e profundas diferenças entre membros da mesma etnia (neste caso *pashtun*).

Os Tajiques, representam cerca de 25% do total da população afegã e são o segundo maior grupo étnico deste país. Caracterizam-se por serem na sua maioria sunitas: identificam-se com um forte sentimento étnico, mas sem serem dotados do espírito tribal que caracteriza os *pashtun*, facto que provavelmente explica as razões que estão na base do relacionamento menos conflituoso que os tajiques têm desenvolvido com os *pashtun* em comparação com outras etnias, (Batista, 2006).

Os Tajiques são na sua maioria originários das regiões montanhosas do país, dedicando-se tradicionalmente à agricultura, pastorícia e artesanato.

Ocupam tradicionalmente posições intermédias na administração do país, constituindo uma parte significativa da elite cultural afegã, pelo que são identificados como uma etnia moderada e aberta à modernização.

Os Hazaras, representam cerca de 18% da população do país, e são descendentes dos mongóis que ocuparam a região depois das conquistas de Genghis Khan. Este grupo étnico é o único de maioria shiita³⁰. Os hazaras têm sido ao longo da história do Afeganistão, muitas vezes marginalizados e até perseguidos pela maioria *pashtun*. Possuem uma identidade cultural forte, mas no mosaico afegão e face ao poder político vigente desempenham um papel inferior (Batista, 2006).

Os Usbeques, representam cerca de 6,5%, da população do Afeganistão, são muçulmanos sunitas, representando a maior etnia de origem turca. Este grupo étnico aumentou o seu número a partir da década de 20 do século passado, devido à fuga de muitas das populações

²⁹ Ocorrida em 1978, quando o Partido Democrático do Povo do Afeganistão, de tendência comunista, lançou um golpe de Estado, conhecido como a revolução Saur.

³⁰ Segundo maior grupo islâmico: reconhece o quarto Califa Ali.

radicadas na área de influência do regime soviético. Os Usbeques não têm no seu passado relações conflituosas com outras etnias e possuem uma sociedade patriarcal. O poder advém da autoridade dos seus líderes, dedicam-se à agricultura, ao artesanato e ao comércio (Alves, 2001).

Os restantes cidadãos afegãos encontram-se divididos por várias etnias, grupos menores, ou populações nómadas, como os Quirguizes, os Balouches, os Nouristanis, os Pamiris, tendo apenas como denominador comum a religião muçulmana. Isoladamente, existem ainda algumas pequenas comunidades não islâmicas; especialmente Hindus³¹ e Sikhs³² (Batista, 2006).

I. 1.2 Afeganistão um Estado Independente

A principal afirmação da autonomia afegã foi protagonizada pelos pashtun sob a liderança do dirigente tribal Ghilzay Mir Wais Khan, que em 1709 conseguiu tomar toda região que corresponde à zona actual de Kandahar³³. Esta conquista deveu-se ao conflito entre os impérios Persa e Mongol. Apesar de, mais tarde os Persas terem novamente conquistado o controlo da região, os pashtun acabaram por conquistar o território do actual Afeganistão com a eleição de Ahmad Shah Abdalli que governou o País entre 1747 e 1772. Partindo de Kandahar, Ahmad Shah, estendeu o domínio pashtun do Mar da Arábia ao rio Amu Darya e de Mashad a Caxemira, controlando grande parte do território do Paquistão (Alves, 2001).

O início do século XIX foi muito tumultuoso, com inúmeros conflitos tribais e terá sido neste período que o interesse de russos e britânicos por esta região, se começou a fazer sentir,

³¹ Religião tradicional da Índia, constituída por um conjunto complexo de conceitos, de crenças e rituais.

³² Religião originária da Índia, fundada no Séc. XV, afirma a existência de um único Deus criador rejeita o sistema de castas hindus.

³³ É a terceira maior cidade do Afeganistão. Kandahar é um grande centro de comercialização de ovinos, lã, algodão, seda, grãos, frutas frescas e secas, assim como de tabaco.

comprovado pela estadia em Cabul dos emissários Vitkevitch³⁴ e Burnes³⁵, respectivamente (Marsden, 2002).

A aparentemente boa relação britânica com Dost Mohammad que reunificou o Afeganistão e o liderou por mais de três décadas (1826 – 1839 e 1842 – 1863) acabou por não surtir os seus efeitos em virtude das exigências do então Governador de Calcutá, Lord Auckland que, preocupado com o apoio russo ao avanço Persa sobre Herat³⁶, procurou impor um acordo inaceitável ao líder afegão (Alves, 2001).

Perante esta pressão Dost Mohammad recusou ceder aos interesses britânicos e expulsou Burnes, encetando negociações directas com os russos. Em resultado desta tomada de posição os britânicos decidiram invadir o Afeganistão (1839) e instalar no poder um dos anteriores pretendentes, Shuja Shah (Marsden, 2002).

Apesar do sucesso inicial, que conduziu à rendição de Dost Mohammad, rapidamente ficou claro que este novo poder só poderia sobreviver com um forte apoio financeiro e militar por parte dos britânicos. Quando a ajuda cessou, as revoltas tribais voltaram e a insatisfação popular com o novo poder aumentou, sob a forma de uma insurreição armada. As dificuldades aumentaram com o acumular de erros militares, terminando com uma tentativa de retirada das forças britânicas que foram derrotadas, tendo Shuja Shah sido assassinado, o que possibilitou que Dost Mohamed regressasse ao poder. Assim terminou a primeira guerra anglo-afegã que teve lugar entre 1839 e 1842 (Marsden, 2002).

Com o desaire britânico na primeira guerra anglo-afegã, deu-se a expansão do império Czarista para a Ásia Central. Os russos avançaram pelo Cazaquistão e dominaram a zona norte do Afeganistão onde encontraram a simpatia em consequência disso, os britânicos deram início à segunda guerra anglo-afegã. Conflito que assentou numa disputa de

³⁴ Emissário do Império Russo encarregue de exercer influência junto do poder afegão contra os interesses Britânicos.

³⁵ Capitão e emissário do Império Britânico para negociar influências, junto de Dost Mohamed.

³⁶ Cidade afegã que está situada a cerca de 150 quilómetros da fronteira com o Turquemenistão e com o Irão, no vale do rio Hari. A cidade era tradicionalmente conhecida pelo seu vinho e é, hoje, um importante centro económico do Afeganistão, além de ser também um grande centro religioso.

influências entre Ingleses e Russos no Afeganistão e que terminou em 1879 com o Tratado de Gandamak³⁷ (Ejército Español, 2003).

Apesar da disputa territorial e das sistemáticas tentativas de influência regional, houve uma preocupação sempre constante no sentido de evitar o confronto directo entre russos e britânicos. No entanto, as fronteiras do Afeganistão não deixaram de ser sistemática e constantemente (re)desenhadas. O Império Britânico traçou uma linha (Linha Durand³⁸), que dividia as tribos pashtun na fronteira com o Paquistão. O Império Russo, por sua vez, reconheceu a influência Britânica no Afeganistão mas exerceu a sua própria para conquistar novos territórios e intensificar o domínio a Norte (Rodrigues, 1983).

Depois de 1919, ocorreu ainda uma terceira guerra anglo-afegã, que terminou com a assinatura do Tratado de Rawalpindi³⁹. Em consequência do fim da I Guerra Mundial, o Afeganistão aproveitou para conquistar uma independência plena, apesar de haver dúvidas quanto às fronteiras definidas pelos britânicos, designadas pela linha Durand (Academia de Ciências da URSS, 1981).

É neste período que se inicia um relacionamento privilegiado entre o Afeganistão e a URSS, que terá resultado da necessidade de ambos os Estados assumirem uma posição mais activa na cena internacional, aparentemente motivados pelo interesse comum de criar dificuldades aos interesses britânicos na região. Mas, ao mesmo tempo, esta aliança também terá tido como “pano de fundo” a necessidade do poder soviético estabelecer uma relação de boa vizinhança com as populações islâmicas, evitando desta forma o surgimento de movimentos no seio do seu território que pudessem pôr em causa o sistema socialista (ou vir a fazê-lo).

Esta aproximação ao poder afegão, foi materializada através de um Tratado de Cooperação e Amizade, assinado em 28 de Fevereiro de 1921, tendo nessa ocasião V. I. Lenine⁴⁰, sublinhado em missiva enviada aos dirigentes afegãos que “ O Tratado entre os dois Estados

³⁷ Os soldados britânicos retiraram-se do Afeganistão, mas garantiram alguns territórios para a defesa da Índia. Os afegãos foram autorizados a manter a soberania, mas tiveram que ceder as relações exteriores do seu país aos britânicos.

³⁸ A Linha Durand recebeu o seu nome de Sir Mortimer Durand, Secretário para os Assuntos Estrangeiros do governo anglo-indiano.

³⁹ Acordo celebrado entre o Reino Unido e o Afeganistão durante a terceira guerra anglo-afegã . No documento o Reino Unido reconheceu a independência do Afeganistão, concordando que o Império Britânico indiano nunca se estenderá além do vale de Khyber.

⁴⁰ Primeiro Presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Governou até Janeiro de 1924.

fixou formalmente a amizade e a simpatia mútua que, já há dois anos, se desenvolvem e fortalecem entre o Afeganistão e a URSS” (Academia de Ciências da URSS, 1981: 128).

O período que mediou a década de vinte até à II Guerra mundial caracterizou-se no Afeganistão como um tempo de grande instabilidade que levou ao eclodir de uma guerra civil tribal. Depois deste conflito a liderança Pashtun voltou a tomar conta do poder no Afeganistão dando início a um arrefecimento das relações com a União Soviética e a uma normalização das relações com a Grã-Bretanha. Este período da política afegã foi liderado pela família real e pelo primeiro-ministro, Hashim Khan que procurou projetar internacionalmente o Afeganistão. Nesta altura e depois uma aproximação à Alemanha, quase que a neutralidade afegã foi posta em causa durante a II Guerra Mundial.

As potências vitoriosas da II Guerra Mundial alteraram profundamente as bases em que se desenvolvia o “status quo” na Ásia Central. Com a retirada britânica da região e com as consequentes independências da Índia⁴¹ e do Paquistão⁴².

Na verdade, a Índia e o Paquistão vieram a exercer no Afeganistão, após o final da II Guerra Mundial, uma influência muito semelhante à que no passado havia sido exercida pelos britânicos. De facto, recorrendo a disputas entre as tribos Pashtun e Baluch dos dois lados da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão, e a propósito do traçado das linhas fronteiriças definidas no tempo dos britânicos, foi lançado o rastilho que esteve na origem da institucionalização de uma tensão permanente entre aqueles dois Estados e que da parte da Índia, por exemplo, foi indirectamente “alimentada” por animosidades “cultivadas” com o Paquistão, designadamente com a disputa do território de Caxemira⁴³ bem como o controlo do armamento nuclear. Esta tensão entre a Índia e o Paquistão tem influenciado a estabilidade do próprio Afeganistão no que diz respeito ao equilíbrio da região (Marsden, 2002).

Acresce a este estado de coisas, o desinteresse manifestado à época por parte dos Estados Unidos da América (USA) relativamente ao Afeganistão, o que terá “facilitado” o agudizar do conflito em curso e permitir um aumento progressivo da influência da URSS na região.

⁴¹A Índia tornou-se uma nação independente em 1947.

⁴²A criação do Estado Paquistão data de: 14 de Agosto de 1947.

⁴³Território repartido pelo Paquistão e Índia, mas reivindicado por ambos desde 1947.

No entanto, o domínio do país pela etnia Pashtun, associada à ausência de reformas, conduziu à ascensão política de Muhammad Daud⁴⁴ que se tornou numa figura central da política afegã quando chega ao lugar de primeiro-ministro em 1953. De facto, Daud parece ter protagonizado, assim, o papel de líder de uma nova geração, com ideias muito claras sobre a necessidade de modernização do país, por ter tido uma educação ocidental. Desse modo, procurou uma aproximação aos EUA, com o objectivo de garantir apoio económico e militar. Aqueles por sua vez, impuseram como condição ao apoio solicitado a adesão do Afeganistão ao Pacto de Bagdad,⁴⁵ ao qual já pertencia o Paquistão. Esta imposição norte-americana inviabilizou um entendimento e a consequente ausência do apoio militar desejado pelo Afeganistão. Daud viu-se, assim na condição de dependência da vontade soviética em troca do apoio militar daquela – uma vez que o acordo com os EUA não havia sido possível. Mas o facto é que a sua liderança considerada como ambígua no que se refere à relação que mantinha com as duas grandes super-potências transformou o Afeganistão num dos mais importantes pontos de contacto directo entre Leste e Oeste (Alves, 2001).

Esta relação ou jogo de influência que alimentou durante anos, veio a conhecer o seu fim com a sucessiva deterioração das relações com o Paquistão que na década de 60 do século XX, levou ao corte de relações diplomáticas na sequência da qual os dois países estiveram prestes a entrar em guerra. Este conflito, ainda que latente, acabou por contribuir para a aproximação entre o Afeganistão e a URSS, ao mesmo tempo que se assistia à redução da sua relação com o Ocidente para níveis mínimos, (Marsden, 2002).

O impasse na resolução dos problemas das tribos Pashtun, conjugado com uma oposição interna à aproximação à União Soviética, na década de sessenta do século XX, terão estado no entanto na base do afastamento de Daud, o que possibilitou que Zahir Shah viesse a assumir a governação do país. A liderança de Zahir Shah centrou-se no objectivo de implementar uma monarquia constitucional à qual estaria associado um outro: o de consagrar na nova constituição a ser criada o reconhecimento da igualdade jurídica de direitos entre mulheres e homens, ao mesmo tempo que o Islão passava a ser considerado a religião sagrada do Afeganistão, (Marsden, 2002).

⁴⁴ Derrubou a monarquia do seu primo Zahir Shah e declarou-se como o primeiro Presidente do Afeganistão de 1973 até ao seu assassinato em 1978 como resultado da revolução Saur.

⁴⁵ A 24 de Fevereiro de 1955, a Turquia e o Iraque assinaram uma aliança de defesa – o chamado Pacto de Bagdad, ao qual aderiram, nos meses seguintes, o Irão, o Paquistão e o Reino Unido.

O descontentamento generalizado relativamente à liderança Shah terá estado na origem e possibilitado que no decurso de uma viagem deste ao estrangeiro em 1973, tivesse lugar um Golpe de Estado que permitiu o regresso de Daud que continuava a ter um enorme prestígio junto das forças armadas ao poder, (Hassin, 2003).

Ao fomentar o estreitamento de relações com a Índia, a política externa de Daud permanecia ambígua em relação ao poder soviético, assim como no jogo com potências de interesses divergentes. A sua imagem de marca permanecia inalterada. Por sua vez a onda de perseguições perpetrada por Daud contra os seus opositores políticos motivou o General Abdul Qadir, um influente Parcham, a liderar um golpe militar que supostamente foi dirigido por Hafizullah Amin⁴⁶ e que passou a ser conhecido sob a designação “Revolução Saur”. Em consequência desta Revolução e da morte de Daud, bem como de grande parte da família e de alguns dos colaboradores, viabilizou a instauração de um regime socialista afegão, ficando desta forma o Afeganistão sob influência da URSS, novamente. Na década de 70 do século XX, as relações entre os EUA e a URSS conhecem um período de agravamento e a questão afegã assume nesse contexto um papel relevante nas relações sobretudo entre as duas potências, com a criação da República Democrática do Afeganistão. Durante esse período assiste-se a uma escalada da guerra fria com as duas superpotências a exercer a sua influência em todas as regiões do globo, sendo que o aparecimento de qualquer regime alinhado com uma das duas correntes em disputa constitui factor de tensão para ambos os lados, (Alves, 2001).

Mitrokhin ⁴⁷ afirma que a KGB estava profundamente envolvida com as políticas soviéticas no Afeganistão. O número de agentes activos no país era, na altura, da ordem das centenas. No entanto também actuavam em países vizinhos, como o Paquistão e Irão. Numa versão algo surpreendente de Mitrokin, este terá chegado a afirmar que o governo de Muhammad Daud Sardar trabalhou em estreita colaboração com os soviéticos, pelo que vários dos ministros Saud tiveram contactos com o KGB. Mitrokhin parece procurar demonstrar que a União Soviética não esteve envolvida com os socialistas afegãos no desmantelar do governo

⁴⁶ Completou os estudos nos EUA (Amin estudou na Universidade de Columbia), fazia parte da elite intelectual e da política de esquerda no país.

⁴⁷ É uma versão editada de um manuscrito descrevendo as actividades operacionais da KGB no Afeganistão entre 1978 e 1983, de autoria do Vasiliy Mitrokhin, um arquivista da KGB que desertou para a Grã-Bretanha em 1992.

de Daud em Abril de 1978, aquando da Revolução Saur, embora o KGB tenha recebido antecipadamente informação da conspiração contra Daud, (Osterman & Westad, 2002).

A década de setenta do século XX é dominada por uma profunda instabilidade e de lutas permanentes, entre, principalmente os Loya Jirga⁴⁸, composto por várias etnias próximas de vários países ocidentais e os talibãs que historicamente dominavam este Conselho que sempre se caracterizaram por serem contra a implementação de ideias ocidentais no Afeganistão, (Souto & Galvão, 2010).

Por sua vez o interesse americano pelo Afeganistão, só se tornou mais visível a partir do momento em que o Irão deixou de ser um aliado, depois da revolução shiita de Teerão⁴⁹. Após este acontecimento, os americanos passaram a olhar o Afeganistão de outro modo e a exercer a sua influência de forma mais directa na região através de uma estratégia que passou a ter em conta, por exemplo, o facto de que se o Afeganistão continuasse como aliado soviético existiria um perigo real da URSS se aproximar dos estratégicos portos situado junto aos mares quentes e das importantes rotas de petróleo do Golfo Pérsico.

Assim, a revolução Saur que constituiu para os soviéticos um importante acontecimento facilitador nomeadamente do aumento da sua influência no Afeganistão e na região, foi também uma fonte de dúvidas e incertezas, porque esta revolução não permitiu (como se esperava) a constituição de uma base de apoio estável a um governo socialista afegão. A liderança de Hafizullah Amin tornou-se, no plano interno, algo considerado e visto como instável, pouco fiável e até errático o que terá justificado, pelo menos num certo sentido, a invasão militar protagonizada pela URSS. Os soviéticos passaram a temer o excesso de radicalismo dos dirigentes locais cada vez mais distantes dos dirigentes soviéticos. Mas, a intervenção militar soviética no Afeganistão só ganha forma a 1 de Setembro de 1979, quando a KGB elabora um relatório onde responsabiliza Amin pela falta de iniciativa na implementação de um governo socialista, (Marsden, 2002).

Amin, por sua vez, parece nunca ter sido um colaborador directo do KGB, tendo feito os seus estudos superiores nos EUA. Estabeleceu um conjunto de contactos com a sociedade

⁴⁸ Grande Conselho onde se reúnem os chefes tribais para escolher o rei afegão. Considerado o principal órgão tradicional legislativo do país.

⁴⁹ Transformou o Irão, que até aí era uma monarquia autocrática pró-Occidente, numa República Islâmica.

americana, usou sempre uma grande ambiguidade (um traço comum a todos os dirigentes afegãos) e até jogo duplo com as autoridades soviéticas. É pois esta postura de pouca credibilidade para os soviéticos deste dirigente que alimenta a motivação dos soviéticos em avançar para o Afeganistão.

A ideia da invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas foi ganhando terreno junto do Kremlin por acção do então responsável da KGB, Yuri Andropov⁵⁰, que defendia que Amin constituía uma ameaça aos interesses soviéticos. Assim, manifestava apoio a outros dirigentes como Karmal e Sarwari, assim como o recurso à utilização de meios militares de forma a afastar Amin, (Ostermann & Westad, 2002).

Assim, os soviéticos, receosos de que o Afeganistão pudesse vir a fugir ao seu controlo, a par da necessidade de substituir Amin por alguém mais credível na óptica dos dirigentes da URSS, acabou por fazer aprovar por unanimidade numa reunião do Politburo, em Dezembro de 1978, a invasão militar daquele país. Para além da argumentação já enunciada, o facto de Moscovo temer as consequências das influências islâmicas nas repúblicas soviéticas da Ásia Central na sequência da revolução iraniana, foi um aspecto que teve também um peso significativo nos argumentos que terão estado na base do processo de tomada de decisão para a invasão do Afeganistão, (Marsden, 2002).

Além disso, também os americanos terão influenciado a decisão soviética de invadir o território afegão. De facto, o sinal americano, interpretado como de fraqueza no processo de gestão quanto à crise dos reféns na embaixada dos EUA em Teerão⁵¹, permitia antever no futuro uma eventual intervenção americana contra o Irão, o que corresponderia a um agudizar dos desequilíbrios e dos jogos de influências na região. Assim estas suspeitas fortaleceram a decisão de invasão soviética.

A implantação de um regime profundamente islâmico e anti-americano no Irão, conjugado com os intentos soviéticos no Afeganistão, fomentou o interesse americano pela assim designada “questão afegã”.

⁵⁰ Viria mais tarde a ser Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1982 e 1984.

⁵¹ Cinquenta e dois americanos ficaram reféns de um grupo de estudantes islâmicos durante 444 dias na embaixada americana em Teerão em apoio à revolução Iraniana, desafiando desta forma o poder americano e os seus interesses no Irão.

Durante a presidência de Jimmy Carter, a política externa americana foi marcada pelas divergências de opinião entre o secretário de Estado, Cyrus Vance, e o Conselheiro para os assuntos de segurança, Zbigniew Brzezinski⁵². Vance defendia o diálogo e o desanuviamento entre as duas potências, enquanto Brzezinski defendia uma tendência para uma política de confronto, manifestando em paralelo uma preocupação com o crescente expansionismo soviético. Com o agravar das relações entre os EUA e a URSS, o líder americano seguiu as ideias de Brzezinski e autorizou o apoio clandestino aos opositoristas afegãos, convicto de que esta operação constituía um motivo para a intervenção militar soviética no Afeganistão⁵³. Assim que esta aconteceu, Brzezinski enviou uma nota ao então Presidente Carter, que se transcreve, no anexo E que é revelador da perspectiva deste conselheiro presidencial relativamente à questão afegã e às implicações que a decisão soviética iria ter na região (Alves, 2001).

Em Dezembro de 1979, os soviéticos derrubaram o regime de Amin e colocaram no poder Babrak Karmal⁵⁴ que governou o país entre 1979 e 1986, período durante o qual e que pretendia reunificar o Partido Democrático Popular do Afeganistão (PDPA partido do poder) de modo a assegurar um regime mais moderado, e pondo cobro às disputas internas do partido. Mas, e à semelhança dos seus antecessores tal intenção não se confirmou e os desejos de vingança falaram mais alto (Hassin, 2003).

As forças soviéticas, por sua vez, ao invés de contribuírem para a pacificação do país, acabaram por incendiar o rastilho de uma actividade de guerrilha cada vez mais organizada e que beneficiava do apoio externo em termos económicos e militares. Assim, as forças militares soviéticas em vez de garantirem a pacificação do território passaram a ser alvo de emboscadas e ataques terroristas cada vez mais sofisticados. Deste modo, ao longo dos anos em que estiveram no território, as forças militares soviéticas sofreram um pesado número de baixas o que contribuiu para um elevado grau de desmotivação.

⁵² Em 1995, passou a trabalhar para Unocal (União Oil Company of California), como conselheiro, para influenciar a Casa Branca quanto aos interesses petrolíferos no Cáspio, para reduzir a influência russa junto das suas antigas repúblicas soviéticas.

⁵³ Ver entrevista com BRZEZINSKI, Zbigniew Le Nouvel Observateur nº 1732, 15 a 21 Janeiro, p. 76, disponível em <http://archives.nouvelobs.com/>

⁵⁴ É considerado o fundador do Partido Democrático Popular do Afeganistão, de ideologia marxista-leninista.

As forças opositoras, constituídas por efectivos originários de vários países islâmicos, reuniam-se em torno dos princípios da *jihâd*⁵⁵ islâmica vindo a ser conhecidos como combatentes *mujahidin* e tendo beneficiado do apoio norte-americano e de outros países islâmicos como o Paquistão e a Arábia Saudita, apenas para referir os mais significativos (Marsden, 2002).

Muito deste apoio foi materializado através da colaboração entre a *Central Intelligence Agency* (CIA)⁵⁶ e o *Inter-Services Intelligence* (ISI)⁵⁷, tendo sido canalizado através do Paquistão, o que fomentou o aparecimento de redes complexas de contrabando que alimentaram a corrupção no esforço de guerrilha.

Perante o crescimento desta actividade opositora os soviéticos viram-se confrontados com a necessidade de aumentar os seus efectivos militares, ao mesmo tempo que procuravam adequar-se aos meios e tácticas de combate no terreno, contra os diversos grupos *mujahiddin*.

Com a administração Regan, a Guerra Fria assumiu uma maior expressividade e a partir de 1986 um importante *lobby* americano incentivou, a partir do Congresso, a Administração a aumentar o apoio económico e militar às forças de oposição no território afegão, nomeadamente com a entrega dos poderosos mísseis terra ar “Stinger”⁵⁸ que se transformaram numa arma mortífera, com principal incidência sobre os helicópteros soviéticos pondo deste modo em causa a “guerra cirúrgica” até aí protagonizada no terreno pelas forças invasoras (Alves, 2001).

A URSS, foi assim, assumir/admitir que não tinha uma solução para o conflito militar, nem uma solução política para o mosaico tribal do Afeganistão. O desgaste internacional sofrido com a invasão, o consequente boicote aos Jogos Olímpicos realizados em Moscovo e as sanções económicas, que se sucederam degradaram a imagem soviética. Os custos elevadíssimos em vidas humanas perdidas, assim como os custos financeiros de toda esta

⁵⁵ É um conceito da religião muçulmana, significa empenho, esforço e luta para conquistar uma fé perfeita e pelas causas de deus.

⁵⁶ *Central Intelligence Agency* - tem como missão fornecer informações de segurança nacional ao governo dos Estados Unidos da América.

⁵⁷ *Inter-Services Intelligence* – Agência de Inteligência Paquistanesa.

⁵⁸ Missil stinger FIM-92, é fácil de transportar e de operar, disparado do ombro por um único operador.

operação a par dos fracos resultados obtidos contribuíram para o repensar do posicionamento de Moscovo em relação ao Afeganistão, conjugado com a nova liderança de Mikhail Gorbachov⁵⁹ que protagonizou mudanças significativas não apenas na política externa mas, também, na política interna.

Num último esforço, e perante o eminente descalabro da situação existente, a URSS tentou pôr fim aos permanentes conflitos no PDPA substituindo Karmal, por Mohammad *Najibulla*⁶⁰ durante o período 1987 a 1992. O modelo de exercício de poder que se seguiu procurou incentivar a reconciliação nacional, decretando um cessar-fogo e uma amnistia, indo ao ponto de promulgar uma Constituição em que se reconhecia até o multipartidarismo (Hassin, 2003).

A saída das forças soviéticas, em Fevereiro de 1988, constituiu um momento crucial para o entendimento entre as duas superpotências e foi possível assinar um acordo aceitável em que ambas as partes assumiram pôr fim às interferências no Afeganistão. Mas o facto é que, apesar da “reconciliação” entre as duas grandes potências mundiais à época, o conflito no Afeganistão manteve-se, perante a impossibilidade de constituição de um governo de coligação que integrasse representantes de todos os movimentos “interessados” no Governo, o que legitimou a manutenção do apoio soviético a *Najibullah*, e desta forma também acabou por legitimar o apoio norte-americano aos rebeldes, inviabilizando os acordos de Genebra que se esperava que viessem a ser assinados entre o Paquistão e o Afeganistão, sob o patrocínio pela ONU (Hassin, 2003).

A desagregação da URSS, a instabilidade interna então verificada e o aparecimento de novas Repúblicas na Ásia Central alterou as prioridades e os objectivos de Moscovo, que passou a ver as suas fronteiras confinadas à Rússia. Por seu lado, os EUA ao verem o súbito “apagar” do seu inimigo ex-URSS, voltaram a atenção para outras regiões e países, o que abriu caminho ao intensificar da guerra no interior do território afegão.

⁵⁹ É eleito Secretário-Geral do Partido Comunista em Março de 1985. Assumindo efectivamente o lugar de verdadeiro líder da União Soviética. Resignou em Dezembro de 1991.

⁶⁰ Najibullah ocupou a liderança do PDPA em 1986.

O facto é que a fragmentação étnica do Afeganistão provocou a luta fratricida das diversas facções causando elevadas baixas civis, com alianças e contra-alianças, ao sabor dos interesses dos senhores da guerra que acabaram por enfraquecer o já debilitado Estado Central.

O caos instalado parece ter, também, contribuído para o intensificar do desrespeito pelos direitos humanos, potenciando o tráfico de produtos ilegais com destaque para o (ópio) e contribuindo decisivamente para a destruição das poucas infra-estruturas do país.

Além disso, vários são os países da região que se envolvem no conflito em curso na sequência do “abandono” das forças soviéticas. Entre eles, destacam-se a Arábia Saudita, o Paquistão e o Irão através do apoio aos grupos e facções que melhor servissem os seus interesses, em contraponto com os rivais que contribuiriam possivelmente, para transformar o solo afegão num campo de “terra queimada”.

Assim, e no caso do Paquistão, que há várias décadas estava envolvido num conflito latente com a Índia e por isso desejoso de garantir uma ligação aos mercados da Ásia Central para beneficiar deste modo, de uma posição favorável face aos Indianos, esta alteração na conjuntura regional foi muito importante. Sempre próximos da maioria *pashtun*, os paquistaneses serviram-se dos talibãs para atingir os seus objectivos através do apoio logístico que personalizaram e pelo facto de terem permitido que os seus territórios fronteiriços funcionassem como um ponto de apoio nas intervenções no território afegão e em consequência desse facto, exercer a sua influência. Por sua vez, o Irão acaba por ser envolvido nesta luta interna afegã por arrastamento, uma vez que o interesse do Paquistão em envolver-se no conflito interno em curso no Afeganistão, era visto como uma ameaça aos interesses económicos do Irão (Alves, 2001).

Por sua vez os sauditas viam neste conflito o perigo real de a instabilidade se alastrar na região e desta forma colocar em causa os seus interesses, nomeadamente no que se referia aos recursos petrolíferos, de que a Árabia Saudita é um dos principais produtores.

Com a dissolução da URSS⁶¹ os países recém-saídos da órbita soviética viram no conflito afegão uma ameaça à sua estabilidade, a crescer à já bastante intensa e séria instabilidade interna, resultante do processo de desagregação da URSS, em que haviam estado envolvidos. Assim com os talibãs envolvidos no conflito afegão, temiam consequências ainda maiores, nomeadamente, o impacto do fundamentalismo islâmico no curso do desenvolvimento destes países, como era o caso do Turquemenistão e do Uzbequistão.

Os factos parecem apontar no sentido de as relações estreitas entre o Paquistão e os talibãs terem facilitado o avanço destes, nomeadamente a partir de 1994, durante o período de conquista do poder naquele país. Em Fevereiro de 1995 os últimos já controlavam uma parte significativa do território, tendo o seu avanço sido retardado apenas por Massude⁶², que neste período, se revelou (juntamente com as forças que lhe eram fiéis) o principal obstáculo aos intentos talibãs. De facto, até Outubro de 1996 o conflito entre os talibãs e Massude foi caracterizado por muitos avanços e recuos na conquista das principais cidades do Afeganistão (Alves, 2001).

Só após a tomada de *Jalalabad*⁶³ pelos talibãs parece ter-se iniciado um período de vitórias que permitiram a ocupação de vastas áreas de território. Além disso, parece ser certo que não são alheios a estas vitórias os apoios oriundos da mobilização levada a cabo no seio das tribos *pashtun* e das “madrassas” paquistanesas, que incitavam os seus estudantes a participar na *jihâd*. Os talibãs impuseram um tipo de regime assente na aplicação da *shari'a*⁶⁴, um regime islâmico restritivo, desarmaram o povo e instituíram uma ordem social punitiva com vista a promover a virtude e a prevenir os vícios.

Entre algumas dessas normas destaca-se a discriminação imposta às mulheres em que, em termos práticos, era quase negada a sua própria existência, uma vez que eram consideradas seres inferiores ao homem, sendo totalmente vedado o seu acesso à educação. Mas também se verificaram restrições ao acesso à cultura e à arte (Dias, 2001).

⁶¹ A dissolução da União Soviética ocorreu em 31 de Dezembro de 1991.

⁶² Líder militar da Frente da União Islâmica para a Salvação do Afeganistão, mais conhecida como a Aliança do Norte. O carismático e ainda venerado comandante prometeu resistir à ascensão do regime dos talibãs, mas a 9 de Setembro de 2001 foi eliminado por uma bomba transportada por dois falsos jornalistas árabes. O ataque aconteceu precisamente dois dias antes dos atentados do 11 de Setembro.

⁶³ Cidade do Afeganistão, capital da província de Nangarhar. Está situada 150 km a leste de Cabul.

⁶⁴ O cânone da lei islâmica.

As normas da *shari'a*, eram, ainda, aplicadas em substituição do sistema judicial e disciplinadoras da ordem pública. Previa o recurso, entre outras medidas, aos castigos corporais e a execuções sumárias que se transformavam em espectáculos para a população. Para fazer cumprir uma versão primitiva da *shari'a*, foi abolida a diversão. A dança e a música foram consideradas criação do demónio. Nem o xadrez era permitido. Bonecas e animais de peluche, foram proibidos, assim como as fotografias. Quem fosse apanhado com CD's ou cassetes de vídeo podia ser condenado à morte. Foram proibidas as antenas parabólicas, os leitores de vídeo, bem como, os aparelhos de som e de televisão (Dias, 2001).

Assim, as diversões afegãs, resumiam-se às execuções públicas em estádios de futebol. Os julgamentos eram sumários e as sentenças significativamente pesadas. Um roubo era punido com a amputação da mão, outros crimes menores tinham como pena chibatadas. O adultério era passível de morte. Tudo era controlado de perto pelo Ministério da Promoção das Virtudes e da Supressão dos Vícios, organismo responsável pela supervisão e garantia da ordem pública. Os respectivos funcionários andavam pelas cidades e abordavam os cidadãos na rua, obrigando-os a recitar trechos do Corão. Além disso, o Estado regulava até a aparência das pessoas. Para os homens, a barba era obrigatória. As mulheres eram obrigadas a usar a burca⁶⁵. A mulher que fosse apanhada sem o traje ou se o usasse curto deixando os tornozelos à mostra, era chicoteada. As mulheres que não tivessem dinheiro para comprar uma burca, eram forçadas a ficar em casa (Dias, 2001).

O processo decisório estava concentrado em Kandahar e nas mãos do Mulhá Omar⁶⁶, que concentrou o poder e a legitimação divina na procura permanente de um retorno ao período dos Califados. O país mudou neste período a sua denominação para Emirado Islâmico do Afeganistão.

Figura 1 – Buda de Bamiyan⁶⁷



Durante o exercício do poder, Mulhá Omar decidiu destruir todas as estátuas existentes no país, tendo sido emblemática a destruição com (recurso a explosivos) das duas imagens

⁶⁵ É uma veste feminina que cobre todo o corpo, até o rosto e os olhos.

⁶⁶ Líder dos talibãs, movimento islâmico do Afeganistão.

⁶⁷ the-rioblog.blogspot.com/.../historia-dos-budas-de-bamiyan-um.html/.

gigantes de Buda de Bamiyan⁶⁸, esculpidas há mais de mil e quinhentos anos. Apesar dos apelos internacionais, até de outros países islâmicos, não foi possível evitar a sua destruição. O ministro da Informação e Cultura dos talibãs, Qadratullah Jamal, terá referido na ocasião, na tentativa de minimizar o sucedido: "São apenas pedras" (Dias, 2001).

O novo poder afegão prefere a guerra, a reorganizar o Estado ou a ter preocupações com as condições de vida da população. Nesta linha de análise, os talibãs são responsáveis pela crescente instabilidade regional que se viveu na altura, sobretudo devido ao fluxo de milhares de refugiados que fugiram para países vizinhos, devido à guerra civil que também teve como consequência directa o aumento do tráfico de armas e a proliferação de máfias organizadas que se misturavam com refugiados e desse modo penetravam fácil e indiferenciadamente nos países vizinhos.

É nesta altura, fruto da instabilidade social que se instalou no Afeganistão e com a chegada de Bin Laden, que se fomentou um estilo de poder que pudesse ser exportado para outros países. Assim, construíram-se vários campos de terroristas com o objectivo de dar formação militar a grupos fundamentalistas, treinando militantes islâmicos prontos a combater pelo seu ideal em qualquer parte do mundo.

I. 1.3 A importância e o papel da religião: O Islão

“Logo após concluir a criação do mundo, Deus deparou-se com uma enorme quantidade de restos. Eram pedregulhos soltos, de vários tamanhos e que não encaixavam com nada. Deus empurrou aquelas sobras despejando-as num canto do mundo. Com isto, criou o Afeganistão.”⁶⁹

(Mito pastun explicativo da origem do Afeganistão)

⁶⁸ Buda de Bamiyan fica na Rota da Seda, uma rota de caravanas que ligava a China e a Índia. Havia vários mosteiros budistas. Foi um local religioso Budista do século II.

⁶⁹ “Os filhos da Jihâd” de Marcio Scarlécio, articulista e historiador.

O islamismo nasceu na Arábia, no século VII d.c. Os árabes eram por natureza nómadas e estavam divididos em inúmeras tribos. Maomé nasceu em Meca, na Arábia Saudita, no ano 570 da era cristã (Cameron, 2000). A vida de Maomé é relativamente pouco conhecida na fase que precedeu a sua missão enquanto profeta. Maomé terá iniciado a sua actividade profissional no comércio como guia de caravanas de Khadidja⁷⁰. Aos 25 anos, com a reputação de comerciante honesto e bem sucedido, casou-se com Khadidja. O matrimónio durou até à morte de Khadidja, vinte anos depois. Maomé tinha um carácter generoso, resoluto, genial: era um líder natural. Na juventude, Maomé foi adepto das crenças religiosas politeístas, muito comuns no mundo árabe (Carmo, 2001).

Aos 40 anos, segundo a tradição islâmica, diz-se que Maomé foi visitado pelo Anjo Gabriel, que lhe revelou ser Maomé, um enviado de Deus (Allah) (Comunidade Islâmica de Lisboa, 2011).

A partir deste momento, Maomé terá ficado convicto de ter sido escolhido por Deus para se revelar aos homens. Começou com profunda convicção, a transmitir aos habitantes de Meca⁷¹, as mensagens recebidas.

São duas as vertentes mais conhecidas no Islamismo: os sunitas (o maior grupo islâmico, constituindo a maioria religiosa em países como o Egipto e a Arábia Saudita, entre outros) que reconhecem a sucessão de Maomé por Abu Bakr e pelos dois califas que o seguiram; e os shiitas, que reconhecem a sucessão de Maomé por Ali quarto califa, (constituindo a maioria em países como o Irão e o Iraque). Os símbolos mais importantes para os islâmicos são a família e a mesquita (Carmo, 2001).

A outra vertente com menos expressão é a dos Kharijitas outra denominação que tem origem nos tempos históricos do Islão. A palavra significa “saídos”, secessionistas” ou “Puritanos do Islão” uma vez que defendem a observância estrita do islão, (Silva, T., 2010).

Os Kharijitas eram compostos essencialmente por nómadas e seminómadas originários da península e das fronteiras do Iraque. O seu idealismo atraiu um número significativo de crentes na Arábia central, Iraque, Yémen, Sultanato de Oman. Mas foi no continente

⁷⁰ Uma viúva rica, 15 anos mais velha que Maomé.

⁷¹ É uma cidade da Arábia Saudita considerada a mais sagrada no mundo para os muçulmanos.

Africano e Asiático, concretamente na Tunísia, Argélia e no Sultanato de Oman que tiveram a sua maior expressão, (Silva, T., 2008).

Durante os séculos XII e XIII, surgiu um outro ramo, os *sufis* que se organizam com ordens ou irmandades, seguindo os métodos de realização espiritual. E por isso, as ordens sufis podem ser encontradas quer nos sunitas, quer nos shiitas. O sufismo foi, por vezes, entendido pelos ortodoxos muçulmanos como uma ameaça, tendo os seus líderes e adeptos sido alvo de diversas ondas de perseguições. Visto pelos fiéis muçulmanos comuns como um ramo separado do Islão, o sufismo é antes uma forma de mística que pretende alcançar um contacto directo com Deus através de uma série de práticas que geralmente incluem o ascetismo, a meditação, os jejuns, êxtase, cantos e danças (Sampaio, 2004).

Um outro ramo do islamismo é o movimento wahhabita,⁷² de origem sunita sediado na Arábia Saudita. Os Wahhabitas, que surgiram no século XVIII acreditavam que seria necessário viver de acordo com os princípios do Islão, repudia qualquer tipo de progresso e inovação, (Silva, T., 2010).

Os Wahhaditas aceitam ainda a total submissão à vontade de deus, negam todos os actos de politeísmo, visita a templos e veneração de santos e defendem o ensinamento original do islão., (Silva, T., 2008).

Os wahhabitas consideram que os muçulmanos que violam as suas interpretações estritas são heréticos, e por isso consideram normal o uso da violência contra outros muçulmanos que não cumpram com estes princípios (Sampaio, 2004).

Assim as práticas religiosas na religião islâmica são usualmente consideradas fundamentais, como por exemplo as cinco preces diárias a Alá:

1. A profissão de fé: É a designada *Shehada*, que afirma que “*Não há outro Deus senão Alá e Maomé é o seu mensageiro*”.

⁷² É um movimento religioso de muçulmanos que teve a sua criação na Arábia central em meados do século XVIII, criado por Muhammad ibn Abd al-Wahhab. O ambiente político e cultural da Arábia Saudita contemporânea é influenciado por este movimento desde a sua génese.

2. A oração (salat): Os fiéis devem rezar cinco vezes por dia, virados para Meca, curvando-se, ajoelhando-se e prostrando-se, depois de se terem purificado através de abluções rituais⁷³.

3. A esmola: O dever de solidariedade para com os mais necessitados, de oferecer uma parte dos bens.

4. O jejum: Durante o período do Ramadão, entre o amanhecer e o entardecer, há a obrigação de jejuar (com aplicação - bebida, alimentos ou relacionamento sexual), (Carmo, 2001).

5. A peregrinação a Meca: Todos os seguidores do Islão devem pelo menos uma vez na vida realizar a peregrinação à cidade de Meca desde que seja física e economicamente capaz, (Silva, T., 2010).

A origem do islamismo como movimento religioso e político está relacionada com a queda do Império Otomano e a abolição do califado por Kemal Atatürk⁷⁴, líder da revolução dos “jovens turcos⁷⁵” (Moderna Enciclopédia Universal, 1987).

A palavra fundamentalismo aparece pela primeira vez nos EUA no início do século XX e a sua origem é atribuída aos cristãos protestantes anglosaxões, este aparecimento surgiu quando foram compilados artigos de natureza doutrinária por teólogos protestantes que vieram consagrar o património sagrado insusceptível de ser negociado. A colectânea era constituída por 12 panfletos com a designação de «Fundamentals» e os apoiantes e seguidores de «Fundamentalists», (Lara, 2009).

Embora a expressão tenha origem na tradição cristã, ela nos dias de hoje está associada ao islão. A forma como grupos e indivíduos muçulmanos defendem e interpretam os princípios da fé islâmica como verdades fundamentais, e as acções e os meios que levam a efeito para defender estes princípios permitem identificar com clareza como práticas do

⁷³ Lavagem purificação ritual do corpo.

⁷⁴ Foi um oficial do exército, revolucionário e fundador da República da Turquia, assim como o seu primeiro presidente.

⁷⁵ Revolução ocorrida em 1908, marcou o fim do império otomano e o início de uma nova era constitucional da Turquia.

fundamentalismo islâmico. Muitos deste grupos defendem abertamente o retorno à pureza ancestral do tempo do Profeta Maomé esquecendo os 14 séculos de história, (Silva, T., 2008).

Os conceitos de "islamismo político" e de "fundamentalismo islâmico", são diferentes. O primeiro é constituído por movimentos e partidos que têm no Islão um princípio de ideologia política, enquanto o "fundamentalismo" é constituído por um movimento teológico direccionado para os fundamentos do Islamismo, nos seus textos sagrados (Coggiola, 2007).

A definição de fundamentalismo islâmico é apresentada actualmente com o desejo de instauração de um estado islâmico, através da introdução da shari'a ou direito islâmico e ainda o seguimento das normas de Maomé e dos primeiros quatro Califas Sunitas. (Coggiola, 2007).

É de facto no século XX que o fundamentalismo islâmico conheceu um incremento e vamos encontrá-lo de forma mais visível com a rebelião árabe de 1916, contra os turcos, no aproveitamento nacionalista da componente religiosa na Indonésia na década de cinquenta do século passado, no Paquistão e na Malásia. Numa primeira fase a religião serve de sustentáculo ideológico para a consolidação dos diversos Estados; numa segunda fase transforma-se numa ideologia de massas, que serve de alavanca transnacional (Lara, 2009).

As características desta transformação identificam-se da seguinte forma:

1. Totalitarismo: o islamismo regula todos os aspectos da vida social, pública e privada;
2. Literalismo da Shari'a: Os preceitos do Alcorão devem aplicados "À letra", nomeadamente em relação a determinados comportamentos (interdição do consumo de álcool, carne de porco, jogos de azar, da pornografia e da confusão de sexos);
3. Coerção e repressão sistemáticas: Concretizadas através de uma política de medo, com base em ameaças físicas, purgas e penas elevadas (Lara, 2009).

A visão fundamentalista islâmica funciona como uma reacção contra o laicismo, contra o reformismo e contra os progressos do ocidente. Este espirito tornou-se mais revigorado com

o colapso da “cortina de ferro” e com a ocidentalização de uma parte significativa do mundo (Lara, 2009).

Em 1988, o Dr. Abdallah Azzam⁷⁶, aquele que é considerado o pai espiritual de Al-Qaeda, escreveu vários textos considerados a " base sólida" (Al-Qaeda al Sulbah em Árabe) que constituiu as linhas programáticas daquilo que viria a ser mais tarde conhecido como os princípios ideológicos desta organização, assente nos princípios do fundamentalismo.

A religião islâmica está assim, no centro do mundo muçulmano na perspectiva Azzam quando o inimigo invade o território muçulmano é obrigatória uma *jihâd*, considerando uma jihâd legítima aquela que motiva toda a comunidade muçulmana a reagir, neste sentido a resistência afegã contra a invasão soviética é considerado um caso exemplar. Para Azzam a Jihâd era uma obrigação para todo o muçulmano e acreditava na criação de uma vanguarda dentro do pensamento do mundo muçulmano, sendo esta vanguarda guiada pelos ideais islâmicos mais puros e servir toda a sociedade muçulmana, (Amorim, 2008).

Desta forma é possível avaliar de que forma a religião muçulmana funciona como inspiração, de acordo Azzam para espoletar o combate contra os infiéis e inimigos do islão e que no caso da invasão do Afeganistão era necessário canalizar através dos *mujaheddins* para a luta a favor dos muçulmanos oprimidos de todo o mundo, funcionando a Al-Qaeda como uma espécie força islâmica de reação rápida, (Amorim, 2008).

⁷⁶ Conhecido como professor, teólogo e mentor de Osama Bin Laden terá convencido Bin Laden a ir para o Afeganistão para ajudar a jihâd, na luta contra as forças soviéticas. Foi morto pela explosão de uma bomba em Novembro de 1989.

I. 1.4 A Geo-estratégia do(s) Actor(es)

Galgando o poder

“Nós pegamos em armas para alcançar os objectivos da Jihâd afegã e salvar o nosso próprio povo de sofrimentos maiores nas mãos dos auto-proclamados mudjahedeen. Nós temos fé completa em Deus, o todo-poderoso. Jamais esquecemos disso. Ele pode nos abençoar com a vitória ou nos punir com a derrota.”⁷⁷

(Declaração do mullah Omar para um jornal paquistanês)⁷⁸.

Com a retirada das forças militares soviéticas a partir de 1988, o Afeganistão conheceu um dos períodos mais tumultuosos da sua história. O país continuou a ser influenciado pelas duas superpotências através do financiamento da disputa entre as diversas tribos. O fornecimento de armas que alimentavam em diversas regiões, correspondendo às zonas geográficas dos principais grupos étnicos.

A partir de 1992 verificou-se uma guerra civil entre as várias facções mujahidin, resultando no aparecimento do movimento talibã. Estes guerrilheiros, defendiam a criação de um Estado islâmico no Afeganistão e contavam, por isso com o apoio da etnia pashtun. Os talibã conquistaram vastas áreas de território, tendo apenas como oposição a Aliança do Norte⁷⁹ e implementaram um sistema islamista altamente restritivo (Ejército Español, 2003; Marsden, 2002).

A população acabou por sofrer as consequências da guerra civil que se generalizou a todo o território do país, levando o limite de sofrimento da população ao ponto insustentável, pela

⁷⁷ “Os filhos da Jihâd” de Marcio Scarlécio, articulista e historiador.

⁷⁸ Fazia parte do texto de esclarecimento dos fundamentos da Jihâd Afegã, escrito pelos Talibãs.

⁷⁹ Frente Islâmica Unida para a Salvação do Afeganistão, foi uma organização político-militar, com o fim de unir diversos grupos étnicos afegãos para lutarem contra os talibãs. A organização apoiou os Estados Unidos e suas forças aliadas durante a invasão americana.

ausência de um Estado central e só atenuado com a ajuda internacional que ia chegando às várias regiões do Afeganistão.

Com a conquista dos principais bastiões afegãos pelos talibãs, construíram-se centenas de campos de refugiados onde residiam milhares de crianças das tribos pashtun afegãs. Estas crianças foram arrancadas da sua terra natal. Eram os “filhos da Jihâd” e eram educadas sobre uma cultura ancestral inspirada em princípios muito restritos do Islão.

As Madrassas⁸⁰ eram dirigidas por mullahs que transmitiam uma versão do Islão que, na opinião de muitos intelectuais muçulmanos era vazia e simplificada. Muitas vezes a shari’á – a lei muçulmana – tinha o seu conteúdo entremeado por interpretações superficiais e distorcidas introduzidas por alguns dos mullahs intelectualmente muito limitados. Estas Madrassas dos campos de refugiados baseavam-se numa versão extremamente rigorosa do islão, funcionando em paralelo como um meio para o recrutamento de futuros combatentes do movimento talibã do Mullah Omar (Scaláercio, 2010).

Com a queda do poder talibã em finais de 2001, e a entrada no Afeganistão das forças da coligação internacional assistiu-se ao emergir de um aliado no terreno: uma figura da política afegã Hamid Karzai⁸¹. Actual Presidente afegão e aliado americano, tem-se revelado algo ambíguo no seu posicionamento regional, designadamente na relação com o vizinho Paquistão e relativamente ao qual não é ainda possível compreender o papel que vai desempenhar aquando da retirada das forças da NATO do território afegão.

Karzai foi o Presidente interino da Administração Transitória do Afeganistão, mas em Outubro de 2004, foi eleito Presidente.

Para uma melhor análise e compreensão sobre a relevância e contributo dos principais actores ligados à questão afegã, remete-se para o Anexo G, onde é feita uma descrição mas detalhada destes actores.

⁸⁰ Colégio, universidade dependente da autoridade religiosa, nos países muçulmanos.

⁸¹ É um político moderado afegão que ocupa actualmente o cargo de Presidente.

CAPÍTULO II - INSTRUMENTOS

II. 1 11 de Setembro de 2001: envolvimento do Afeganistão

Há muito que os americanos conheciam Bin Laden que, de aliado tático na luta de guerrilha contra o invasor afegão soviético, rapidamente se terá transformado no principal inimigo da América e de todo o mundo ocidental (pelo menos assim se fez crer junto da opinião pública à escala global, através da difusão de informação assegurada pela poderosa indústria dos media).

A expressão máxima da guerra santa, para a Al Qaeda assenta no principio de que “o Ocidente em geral, e os Estados Unidos em particular, têm um ódio pelo islão” e que “O terrorismo contra os Estados Unidos é benéfico e está justificado”, (de acordo com as declarações de Bin Laden num vídeo difundido a 27 de Dezembro de 2001, a acreditar nas notícias difundidas pelos média).⁸²

Reforça-se, aqui, que o fundamentalismo em sentido lato parece ser uma tentativa que as religiões fazem de retornar às suas origens, por temerem desvios de interpretação à doutrina principal (Sampaio, 2004).

A religião islâmica é uma revelação divina do seu profeta Maomé, interpretado como uma figura perfeita, pelo que nada do que ele determinou como parte da doutrina pode ser alterado, sob pena de ser considerado blasfémia, perjúrio ou acção da divindade do mal. O fundamentalismo é, pois, uma espécie de reacção de defesa do organismo religioso e em especial no caso do Islão, é interpretado como meio de renascimento para voltar às suas origens, revigora e renasce (Sampaio, 2004).

A Al-Qaeda ao envolver-se nos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 nos EUA e, parece traduzir-se num acto que se baseia nos princípios do fundamentalismo Islâmico ao exprimir no seu acto um cunho de natureza política, e de rejeição do modelo de vida

⁸² Vídeo organizado supostamente pela Al-Qaeda e difundido pela televisão Al-Jazira do Qatar.

adoptado pelos Estados Unidos em particular e pelo ocidente em geral. O renascimento, na cultura muçulmana, é interpretado como voltar atrás no rumo dos princípios da fé. A cultura muçulmana sacraliza o conhecimento antigo, transformando-o em dogma, no mesmo patamar das revelações religiosas do Corão. Do ponto de vista das interpretações dos muçulmanos, nomeadamente na visão mais tradicional, não é desejável que uma religião organizada como o islão, aceite incertezas ou admita inovações, por poder constituir um caminho de dúvidas quanto aos seus fundamentos (Sampaio, 2004).

O fundamentalismo islâmico conheceu no século XX um recrudescimento como forma de reacção ao movimento sufista no interior do islamismo. Este movimento levou a divergências e divisões dentro do islamismo e ao surgimento do fundamentalismo como movimento de reacção, na sequência de inúmeras acusações de desvio aos princípios do Corão. Os fundamentalistas acreditam que os tempos puros do islamismo corresponderam apenas, aos três primeiros séculos, com os Califas e, depois, tudo caiu em decadência (Carmo, 2001).

O fundador deste movimento de regresso às origens e aos fundamentos da religião foi Muhammad ibn Abd al-Wahhab. O Fundador Wahhbita viajou pelo mundo muçulmano, fazendo uma aliança com um chefe militar de um oásis, de uma das regiões da península da Arábia Saudita, Abd al Aziz ibn Saud. O movimento pertencente ao clã militar dos Saud, deu origem ao reino com o mesmo nome, e que esteve na génese daquele que é hoje conhecido como o reino milionário da Arábia Saudita. Foi esta a escola que formou Osama Bin-Laden, um Wahhbita, um iluminado dentro desta linha de pensamento religioso que procurava afastar do núcleo das crenças islâmicas toda e qualquer contaminação de influências ocidentais (Sampaio, 2004).

Mas outros movimentos de cariz fundamentalista foram surgindo dentro do islão, como a Irmandade Muçulmana, que teve a sua génese no Egipto no início do século XX e que defende um regresso à shari'a, que entendendo que os valores ocidentais não asseguraram a harmonia e a felicidade dos muçulmanos. Com a queda do Ex. Presidente Mubarak, este movimento tem assumido um papel preponderante na sociedade egípcia. De facto, neste

país, os diversos movimentos da Jihâd Islâmica tiveram expressão significativa, nomeadamente se forem associados ao assassinato de Anwar Sadat⁸³.

No século passado surgiu ainda a Jihâd islâmica Palestiniana como um desdobramento do grupo egípcio, tendo iniciado a sua actividade centrada no antagonismo ao Estado de Israel (Larousse, Enciclopédia, 2009).

O fundamentalismo islâmico moderno é um movimento que parece ter nascido na década de 1980 no Irão tendo como protagonista o shiita Aiatolá Khomeini que constitui uma inspiração para muitos radicais islamitas, tendo o Irão servido de exemplo de Estado islâmico a ser seguido.

Enquanto durou o conflito no Afeganistão no decurso da guerra contra a URSS, muitos islamitas juntaram-se numa cruzada única com origem em vários braços fundamentalistas dos quais se terá destacado influenciado pelo wahhabismo, Osama Bin Laden, que terá unido forças com a Jihâd Islâmica Egípcia sob a influência de Ayman al-Zawahiri para formar aquilo que hoje se designa por Al-Qaeda (Alves, 2001).

Terá sido neste ambiente e neste “caldo” de correntes fundamentalistas que poderão ter sido reunidas as condições de partida para a preparação dos acontecimentos que vieram a ficar conhecidos como “o atentado terrorista do 11 de Setembro”, o mais marcante das últimas décadas e que fez mudar o mundo, tendo Bin Laden assumido, pelo menos a acreditar nas notícias difundidas pelos média à escala mundial, o papel de protagonista e maior inspirador de uma guerra santa contra o mundo ocidental.

As permanentes ameaças à paz e segurança da sociedade internacional vindas do Afeganistão desde a invasão da União Soviética, até à chegada do poder talibã, naturalmente colocaram em causa também a real importância deste no equilíbrio regional, na gestão geo-estratégica na Ásia Central.

⁸³ Militar e político egípcio, presidente do seu país de 1970 a 1981. Recebeu o Prémio Nobel da Paz em 1978. Foi assassinado durante uma parada militar no Cairo por membros da Jihad Islâmica Egípcia infiltrada no exército.

II. 2 11 de Setembro de 2001: combate ao terrorismo global

De facto, nos últimos anos o mundo global conheceu de muito perto o fenómeno do terrorismo. Este fenómeno tem um longo historial de atentados ao longo de décadas e até séculos, mas foi nos últimos anos que se confundiu com a luta religiosa, assente num fundamentalismo islâmico, personalizado na clássica luta entre o bem e o mal, centrada na ameaça às virtudes da modernização ocidental.

Este fenómeno aparece, de forma incisiva, com a queda do bloco comunista a leste e abre caminho para que determinados grupos extremistas islâmicos, re-orientassem a sua atenção para os interesses americanos na Ásia e Médio Oriente.

Os acontecimentos que tiveram lugar em 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque parecem terem estado na génese de uma cruzada terrorista do bem contra o mal na visão islâmica. Aqueles acontecimentos constituíram, indiscutivelmente, um marco: pelo seu rasto de devastação pelo número de vítimas mortais e pelo forte impacto mediático que mereceram a nível global, provocando ondas de choque na segurança mundial e tendo consequências económicas e financeiras de que o mundo ainda hoje se ressentente.

Os atentados terroristas de 2001 nos EUA não foram os primeiros ataques do género. Anos antes, em 1993, ter-se-á feito um pequeno “ensaio” de ataques contra a Torres Gémeas do World Trade Center com a explosão de uma carrinha armadilhada no parque de estacionamento da base de uma das torres, que não foi suficiente para provocar qualquer ameaça séria ou de vulto significativo.

O ataque de 1993 foi organizado por um grupo radical islâmico liderado pelo islamita egípcio Shaykh Umar ‘Abd al-Rahman⁸⁴, que se estabeleceu em Brooklyn depois de um percurso de atentados no Egipto e tendo abandonado, segundo se supõe, a actividade terrorista na sequência da intervenção da CIA. Al-Rahman está agora preso, em Nova Iorque, pela sua participação no ataque às torres do World Trade Center (Blanc, 2001).

⁸⁴ Líder de um grupo de extremistas que estiveram envolvidos nos atentados de 1993 ao World Trade Center.

Em Novembro de 1995, desta vez na Arábia Saudita um carro bomba explode em Riad diante do edifício da Guarda Nacional Saudita. Bin Laden está alegadamente envolvido na organização deste atentado.

Em 1996 Bin Laden é expulso pelo Governo Sudanês⁸⁵, decisão a que não terá sido alheia a forte pressão exercida pelos EUA. Perante a perseguição que lhe é movida por um grupo de vários países no seio do qual se destaca o seu país natal, Bin Laden acaba por se radicar no Afeganistão. Nesse mesmo ano (1996) declarou uma “Jihâd” contra os americanos e tal ficou evidente com um atentado perpetrado em Junho, contra um edifício em Khobar, na Arábia Saudita, onde se encontravam militares dos EUA, (Blanc, 2001).

Em 1998, no Quênia e na Tanzânia, dois carros bomba explodem junto das embaixadas dos EUA, em Nairobi e Dar-es-Salam, provocando uma carnificina.

Em 2000, é a vez de Aden, no Iémen, com um atentado protagonizado por uma lancha que atingiu o destróier americano “USS Cola”, provocando várias vítimas entre os militares.

Nesse mesmo ano, o argelino Ahmed Ressay, confessa a sua ligação a um plano falhado que tinha como objectivo fazer explodir uma bomba no aeroporto internacional de Los Angeles. Além disso, prestou declarações segundo as quais admitiu ter sido treinado em campos de terroristas no Afeganistão, sob o comando de Bin Laden.

Depois de 11 de Setembro de 2001, os ataques terroristas foram-se sucedendo em vários continentes, e levando o terror e o medo a níveis nunca antes vividos pela sociedade internacional. Vários foram os atentados que semearam o terror em várias cidades pelo mundo fora, sendo de destacar, pelo impacto, grau de devastação, número de vítimas e mediatização, os atentados de Madrid, Bali- Indonésia e Londres.

Bin Laden terá conseguido que os média conferissem visibilidade internacional ao terrorismo com o ataque levado a cabo no território americano em 2001, essencialmente pela forma

⁸⁵ O Sudão é uma República autoritária onde todo o poder está nas mãos do Presidente Omar Hasan Ahmad el-Bashir que está no poder desde o golpe militar de 1989. Desde 2003 que a região de Darfur assiste ao extermínio da população negra, por parte dos árabes, que adoptou a designação de conflito do Darfur. Em 2011 o Sudão foi dividido em dois Estados: o Sudão do Norte e o Sudão do Sul.

como o executou, aliás esse é, desde logo, um dos objectivos do terrorismo. Numa análise feita por vários serviços secretos os traços psicológicos e intelectuais de Bin Laden, são considerados particularmente interessantes, remetendo para as suas principais referências religiosas e históricas. Dentro destas, parece destacar-se a figura de Saladino, o sultão do século XII, considerado um herói no mundo muçulmano (Graça, 2009).

Após os atentados de 11 de Setembro de 2001, tudo indica haver uma tentativa implícita de associar Bin Laden a grandes figuras do Islão na luta contra os infiéis, como modo de projectar uma guerra entre o bem e o mal, entre o Oriente e o Ocidente, aos olhos do “mundo muçulmano”.

Aos olhos da sociedade internacional Bin Laden não passou de um criminoso terrorista que demonstrou não ter o mínimo respeito pela vida humana. No entanto, na perspectiva de muitos muçulmanos radicais, é ele visto como um herói que foi capaz de desafiar o poder americano e de provocar danos em solo americano como até hoje ninguém tinha conseguido. Desde 2001, e após os atentados de Nova Iorque, a ameaça terrorista tem vindo a mudar gradualmente. Alguns governos ainda não se aperceberam destas mudanças e segundo Marc Sageman⁸⁶ ainda julgam que a ameaça continua confinada a uma “velha Al-Qaeda”. Contudo, o inimigo hoje já não é produto da pobreza, da ignorância, ou de lavagens ao cérebro feita por clérigos radicais e ávidos de vingança sobre o mundo ocidental (Sageman, 2008).

Aqueles que hoje constituem verdadeiramente uma ameaça, estão radicados nos países ocidentais, fazem uma vida aparentemente normal, frequentam as grandes capitais e os lugares públicos, vão ao cinema, ao teatro e parecem estar integrados nos países de adopção. Por isso são muito difíceis de ser identificados e, deste modo “controlados”. (Sageman, 2008).

Desde a declaração de guerra proferida por Osama Bin Laden contra os EUA no ano de 1996 a partir do seu refúgio no Afeganistão e, sob a protecção dos Talibãs e até aos atentados de 2001, decorreu um período de afirmação da Al-Qaeda com uma cadeia de comando bem

⁸⁶ Um psiquiatra forense e antigo investigador da CIA.

estruturada e com bases espalhadas ao longo da fronteira entre o Afeganistão e o Paquistão. A pouco e pouco, sob pressão dos EUA que invadiram o Afeganistão e a acção dos serviços secretos ocidentais, alguns autores consideram que a actividade da Al-Qaeda, tem vindo a ser limitada. (Sageman, 2008).

Actualmente, a Al-Qaeda parece “limitar-se” a emitir declarações esporádicas e a fazer algumas ameaças, dado que tudo parece apontar no sentido de o grau de pressão e vigilância sobre a organização ser muito elevado. Deste modo, parece ser possível afirmar que o terrorismo nos moldes em que o conhecemos, passou por três fases:

1ª Fase – período que corresponde à actividade da Al-Qaeda em solo afegão na altura da invasão da Ex. URSS na década de oitenta do século XX e, mais tarde, já com o consulado do regime talibã que lhe deu guarida e promoveu esta organização. Contrariamente ao que se pensava tudo indica que se tratavam de pessoas instruídas na casa dos 30 anos, com forte inspiração islâmica e dotadas de preparação militar.

Os poucos sobreviventes deste período ainda farão parte da “espinha dorsal” da liderança da Al-Qaeda mas parecem estar acantonados numa posição defensiva algures no território fronteiriço entre o Paquistão e Afeganistão.

A 2ª fase – corresponderá ao período em que a Al-Qaeda era constituída por expatriados do Médio Oriente que vieram para o Ocidente completar a sua formação académica no ensino superior, mas na realidade nunca se quiseram integrar e pela sua postura recusaram aceitar o estilo de vida ocidental. A separação da família, dos amigos e da cultura terá também levado muitos a ter saudade das suas raízes, a sentirem-se marginalizados e desta forma a radicalizar a suas posições em relação aos países de adopção. Foi esta geração que mais tarde viajou para os campos de treino da Al-Qaeda no Afeganistão na década de 1990. Além disso, parece seguro equacionar que a maioria destes elementos estaria na zona do Paquistão, enquanto uma minoria deambulava por vários outros países numa posição de adormecimento e sob perseguição dos serviços secretos ocidentais.

A 3ª fase – Será a que corresponde ao período que vivemos e é completamente distinta das duas anteriores na medida em que conta com a existência de potenciais terroristas que se sentem revoltados com a invasão do Iraque, são impiedosos e estão desejosos de vingança.

Aspiram juntar-se à Al-Qaeda, mas não o podem fazer por razões operacionais. Constituem-se e agrupam-se em redes informais que são auto financiadas e auto treinadas. Não têm quartel-general físico, mas o que os une é um sentimento de revolta perante a discriminação do mundo árabe (Sageman, 2008).

Os novos terroristas não são estudantes islâmicos, não estão interessados em debates ideológicos, nem estão sob as ordens directas da Al-Qaeda. Organizam-se autonomamente. Um denominador comum a todos é o gosto pelas novas tecnologias e pelas redes “online”, onde os jovens muçulmanos partilham ideais e causas (Graça, 2001).

Mas ainda: São atraídos pelo risco de serem perseguidos pelas principais organizações de luta contra terrorismo como o FBI e a CIA, e pelo orgulho de servir o mundo árabe com a entrega da própria vida (Sangeman, 2008).

Do exposto até aqui parece ser possível concluir que organizações terroristas como a Al-Qaeda, não visam ocupar territórios nem libertar nações. Não lutam pela liberdade e nem pretendem qualquer legitimidade à luz do Direito Internacional. Apenas procuram atingir os seus objectivos religiosos e ideológicos, através de ataques contra a população civil, indefesa, de forma a coagir os Estados e a sociedade internacional.

De facto, não é possível deixar de ter presente que as acções terroristas têm por norma as seguintes características:

- a) Natureza indiscriminada: ou seja, todos podem ser alvos ou inimigos da "causa";
- b) Imprevisibilidade e arbitrariedade: não é possível saber onde e quando ocorrerá um atentado;
- c) Gravidade ou espectacularidade: a crueldade com que são perpetrados é que os distingue no inconsciente colectivo através das sequelas psicológicas deixadas como medo, insegurança, terror;
- d) Carácter amoral e de anomia: desprezam os valores morais vigentes.

Os acontecimentos que tiveram lugar em 11 de Setembro de 2001, mudaram o paradigma do fenómeno terrorista à escala global. As suas acções e objectivos são transnacionais e não regionais como o ETA⁸⁷ que lutava pela independência dos Bascos ou do IRA⁸⁸, que procurava a autonomia da Irlanda em relação ao Governo de Londres (Raquel, 2007).

Outra particularidade dos terroristas do tempo presente é a sofisticação das suas táticas, onde se incluem as operações suicidas. Ainda outra particularidade é que este tipo de terrorismo não possui identificação com nenhuma nacionalidade.

No terrorismo tradicional, existiam grupos, já conhecidos, com propostas políticas bem delimitadas pelo que assumiam a responsabilidade dos seus actos. Os países que patrocinavam estes grupos, normalmente, não omitiam esse apoio do conhecimento da sociedade internacional, (Raquel, 2007).

Segundo o especialista norte-americano, Ian Lesser⁸⁹, os ataques terroristas contra os EUA no dia 11 de Setembro de 2001 protagonizaram exemplos do um novo tipo de terrorismo por apresentar características como: enorme número de vítimas fatais, alvos simbólicos, ataques suicidas e demora em assumir a autoria.

Os ataques de 1993 e 2001, ao World Trade Center em Nova Iorque, os atentados ao edifício federal da cidade de Oklahoma (E.U.A.) em 1995 e ainda o ataque ao metropolitano de Tóquio (Japão) com gás Sarin, em Março de 1995, representam uma nova fase do terrorismo, porque veio abalar o sentimento de segurança das sociedades, provocar um profundo trauma nas populações, nas elites e nos sistemas de segurança norte-americanos e de outros países que não estavam preparados para lidar com este fenómeno que passou então a designar-se como super-terrorismo, definição que surgiu pela primeira vez, na obra com o mesmo nome, da autoria de Yonah Alexander e Milton Hoenig, (ver bibliografia). (Lara, 2009).

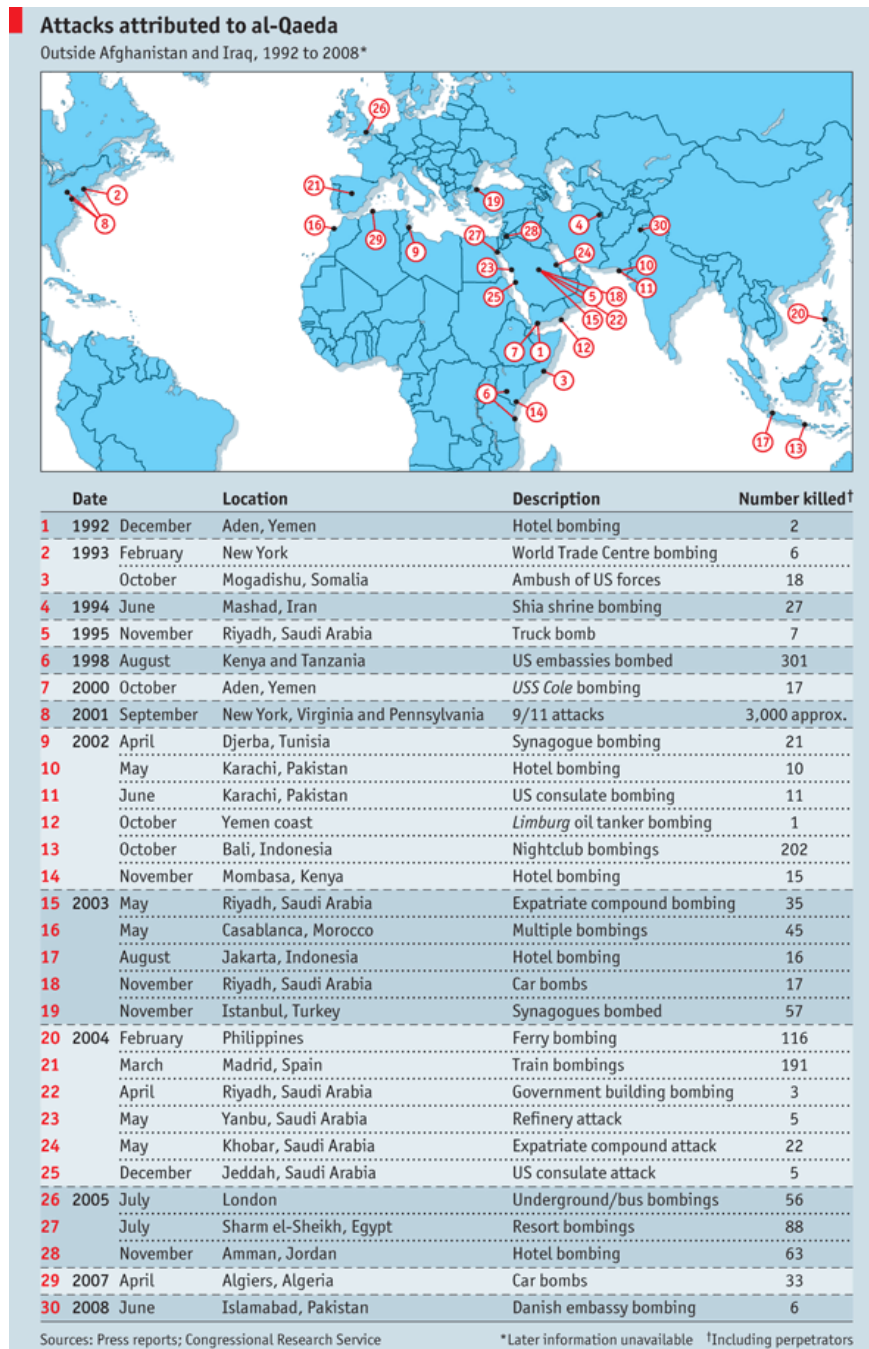
⁸⁷ Euskadi Ta Askatasuna – Organização de cariz terrorista que luta pela independência do País Basco.

⁸⁸ Exército Republicano Irlandês.

⁸⁹ É um reputado comentador que tem feito investigação sobre questões de segurança internacional. Editou vários livros e relatórios sobre esta temática.

De seguida, apresenta-se um quadro onde se registam os principais atentados terroristas atribuídos à Al-Qaeda em várias regiões do mundo, entre 1992 e 2008, excluindo os que ocorreram em solo Afegão e Iraquiano.

Mapa de ataques terroristas atribuídos à Al-Qaeda⁹⁰



⁹⁰ Fonte: www.economist.com - The Economist – “Killing in the name of Islam”. May 6th 2011, 15:12 by The Economist online.

II. 3 11 de Setembro de 2001: ocupação norte-americana e controlo do espaço territorial

A manutenção da paz é o principal objectivo da ONU, assim é importante compreender a definição do conceito de agressão à luz do direito internacional, que só em 1974 a Assembleia Geral por uma resolução identificou o que considera agressão: a) O uso de força armada sem decisão do Conselho de Segurança; b) bombardeamento; c) ataque armado contra território ou de forças armadas de outro Estado; d) bloqueio naval; e) autorização do uso de território de um Estado para que outro agrida terceiro, dando autorização para passagem de tropas; f) envio de grupos armados ou de mercenário para atacar outro Estado. Podendo o Conselho de Segurança qualificar outros actos de agressão, (Moreira, 1996).

De facto a data de 11 de Setembro de 2001 como procuramos demonstrar, marcou o momento em que o rastilho da guerra liderada pelos americanos contra as ditas “forças do mal” foi “ateada” pelo então Presidente George Bush. Depois de vários ultimatos dirigidos ao governo talibã para que Bin Laden, fosse entregue aos EUA, e que não obtiveram qualquer resposta, ficaram assim criadas as condições para que os americanos invocassem o Direito de legítima defesa consagrado no artº. 51º da Carta das Nações Unidas⁹¹ e encetassem uma acção unilateral, conjugada com a Resolução 1368/2001 do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁹². Nesta Resolução foram reafirmados os princípios e propósitos da Carta da Nações Unidas, ficando expresso a intenção de o combate por todos os meios, às ameaças à paz e à segurança internacionais causadas por actos terroristas, reconhecendo ainda o direito inerente individual ou colectivo de auto-defesa contra os responsáveis pelos ataques ocorridos em 11 de Setembro de 2001 nos E.U.A.

⁹¹ ARTIGO 51 – “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais”. In Carta das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas, assinada em S. Francisco – E.U.A, em 26 de Junho de 1945, pelos Governos dos países que integravam esta organização. Entrou em vigor na ordem internacional a 24 de Outubro de 1945.

⁹² Resolução adoptada pelo Conselho de Segurança da O.N.U. em 12 Setembro de 2001.

A Resolução 1373/2001⁹³ constituiu uma espécie de “carta de combate ao terrorismo”, impondo uma série de compromissos aos Estados. Entre outras medidas a observar estes não podem, por exemplo, servir de santuário para abrigar actores terroristas, numa clara alusão ao governo Talibã (Conselho de Segurança da ONU, 2001).

No dia 7 de Outubro de 2001, uma coligação composta por tropas norte-americanas, do Reino Unido, Austrália e Canadá iniciaram a "Operação Liberdade Duradoura" (Operação *Enduring Freedom* – OEF) apoiada pela Aliança do Norte e revoltosos afegãos, contra os talibãs. Esta acção contra o governo talibã foi rápida e vitoriosa, (Brito, 2005) .

Aquela operação, para além de fazer cair o regime talibã, não atingiu um dos objectivos centrais, ou seja: os principais dirigentes da Al-Qaeda continuaram a monte e a organização manteve-se operacional ainda que com um nível de acção mais reduzido a partir de dado momento, como já foi referido anteriormente neste documento.

Ficou evidente nesta operação que o combate ao terrorismo é bem mais complexo do que se pensava. Afinal, a acção militar convencional contra o terrorismo é ineficaz dada a natureza e tipologia organizacional dos grupos terroristas que actuam de forma dispersa e organizando-se por células de acção.

Se o objectivo era uma retaliação contra todos os que, no Afeganistão apoiavam as acções terroristas procurando que, com base numa estratégia de denúncia, fosse possível apurar o paradeiro dos autores, o efeito conseguido na prática foi exactamente o oposto. Os islâmicos fundamentalistas que partilhavam a mesma visão de Bin Laden no que se referia a combater as grandes potências do mundo ocidental, uniram-se e persistiram nas suas acções como os atentados de Londres e Madrid por exemplo.

Se é certo que a Al Qaeda tem vindo a perder força, mais por acção preventiva da sociedade internacional do que pelos resultados obtidos em solo afegão, o balanço das conquistas efectivamente conseguidas, de forma consistente e sustentada em solo afegão e docorridos mais dez anos sobre o inicio da invasão continua muito incerto. O grau de insegurança no

⁹³ Resolução adoptada pelo Conselho de Segurança da O.N.U. na sua 4385^a sessão, em 28 de Setembro de 2001.

país é elevado, e todos os dias são noticiados ataques das chamadas forças insurgentes constituídas maioritariamente por talibãs.

Por outro lado os compromissos que o então candidato a Presidente dos EUA, Barack Obama assumiu durante a sua primeira campanha presidencial, de que procederia a uma retirada gradual do Afeganistão, coloca os E.U.A. num grande dilema. Por outro lado há que equacionar a necessidade de evitar as baixas americanas que não param de aumentar. Por outro lado o grau de insegurança no terreno (que continua a ser muito elevado) não garante que a saída das forças americanas não corresponderá a uma nova tomada do poder pelos talibans.

A morte de Bin Laden em território paquistanês⁹⁴ poderá ter dado um novo argumento aos críticos da guerra, que há muito afirmam que a Al Qaeda já havia abandonado o Afeganistão e portanto não faz sentido, manter o esforço de guerra.

Sectores próximos da instituição militar norte americana manifestam a maior apreensão quanto à retirada dos efectivos militares até 2014, por considerarem prematura em função da calendarização prevista, na medida em que a situação no terreno estará longe de ter sido pacificada e os insurgentes continuam em plena actividade.

O anúncio do início da retirada das tropas americanas do Afeganistão não dissipa todas as dúvidas sobre a capacidade do Governo em funções e das forças afegãs, bem como no que se refere à capacidade de assegurar e estabelecer a segurança no país até 2014, apesar de vários especialistas afirmarem que a batalha da contra-insurreição no Afeganistão está ser ganha na maior parte das situações, de acordo com Stephen Biddle⁹⁵.

Na sequência de um esforço de guerra como aquele em que os americanos têm estado envolvidos se for levada a cabo uma retirada prematura sem que tenham sido criadas previamente as condições mínimas satisfatórias para que as autoridades afegãs possam ter um controlo efectivo do país ao nível da circulação e segurança dentro das suas fronteiras, a sociedade internacional poderá vir a ser confrontada com uma situação desastrosa para a política externa americana, por um lado, mas também e sobretudo para a estabilidade

⁹⁴ Em 2 de Maio de 2011, as autoridades dos Estados Unidos divulgaram que Bin Laden foi morto num esconderijo nos arredores de Abbottabad no Paquistão.

⁹⁵ Analista do Conselho de Relações Externas, num Centro de Estudos em Washington).

mundial em que a conjugação de tais circunstâncias (a verificarem-se) poderão mesmo levar a um recrudescimento da actividade terrorista à escala global.

Figura 2 - Ataque a Cabul⁹⁶



No início de Setembro de 2011, um grupo de talibãs suicidas, munidos de armas ligeiras e lança granadas terão conseguido entrar no perímetro de uma zona de alta segurança onde

estão situados o quartel-general da força internacional no Afeganistão (ISAF) e a embaixada dos EUA. Quatro polícias e dois civis foram mortos, e outras 15 pessoas ficaram feridas nestes ataques coordenados (France Press, 2011).

"Estamos a fazer um ataque suicida em massa contra as instalações dos serviços secretos estrangeiros e afegãos", escreveu Zabiullah Mujahid,⁹⁷ porta-voz dos talibãs, numa mensagem escrita enviada à France Press pouco tempo depois das primeiras explosões (France Press, 2011)

Este grave incidente veio colocar a "nu", as difíceis condições de vida no Afeganistão, sobretudo no que se refere a condições de segurança, que assumem maior relevância no sul do país, onde começa a tornar-se óbvia a dificuldade em travar a entrada de forças insurgentes oriundas e obedecendo a alguma coordenação a partir do vizinho Paquistão.

Tudo isto depois de em Julho de 2007 a Administração norte-americana ter anunciado uma ajuda financeira de 750 milhões de dólares, (em 5 anos), para as zonas tribais do Paquistão, como forma de controlar e combater o radicalismo islâmico⁹⁸, (Cristo 2010).

Os atentados que se terão verificado nos últimos anos deixam em sobressalto a sociedade internacional em geral, de forma mais incisiva as forças americanas e da NATO, que vêm o

⁹⁶ veja.abril.com.br.

⁹⁷ É um porta-voz dos talibãs que se acredita estar escondido no Afeganistão. Foi entrevistado com as costas voltadas para a câmara da TV no início de 2009 pelo repórter Nic Robertson da CNN. É descrito como tendo cerca de 30 anos, com barba e 1,80 m de altura. Apesar da sua associação com o líder talibã Mullah Omar não estar confirmada, julga-se que Mujahid pode estar envolvido com a rede Haqqani.

⁹⁸ Um relatório elaborado em 2008, sobre este programa refere que o perigo deste apoio cair em mãos erradas é elevado, dado que o controlo governamental Paquistão nestas regiões tribais é praticamente nulo. Cfr. Ibrahim, Azeem, US Aid to Pakistan – US taxpayers Have Funded Pakistani Corruption.

seu papel cada vez mais dificultado em solo afegão, apesar do evidente esforço no sentido de dotar as forças afegãs de um grau razoável de operacionalização.

CAPÍTULO III – ACTORES

III.1 A Sociedade Política Global: O Afeganistão entre a Ásia e o “mundo”

Ocidental

Numa análise geopolítica, constata-se que o traçado das suas fronteiras actuais reflecte o poder das potências: Grã-Bretanha, Rússia e União Soviética e não propriamente a história dos povos centro-asiáticos. Para além dos argumentos já abordados a propósito da intervenção da sociedade internacional para procurar estabilizar a situação no Afeganistão depois da tomada do poder pelos talibãs, muitos países com natural relevância para os EUA, a Alemanha e a Rússia, têm mantido um interesse efectivo naquela região, no seio da qual o Afeganistão desempenha o papel de peça fundamental. Contudo, esta tarefa não se tem revelado fácil. Longe disso. A tribalização da sociedade afegã e as fronteiras traçadas de acordo com as potências colonizadoras não terão facilitado essa tarefa (Rashid, 2001)

Na realidade, o mosaico social do afeganistão é um grande obstáculo à pacificação deste país, que tem sido um campo fértil ao ressurgimento do fundamentalismo islâmico, através das madrassas que têm alimentado o poder talibã que, por sua vez, continua a recolher algum apoio junto das população *pashtun* do sul. Apesar de se poder considerar terem sido feitos francos progressos na operacionalização das forças de segurança e militares afegãos por parte da NATO, não é certo que estas forças estejam totalmente preparadas para a retirada gradual das forças estrangeiras até 2014.

Não é possível paz, nem desenvolvimento na região sem a estabilização do Afeganistão, designadamente para o Paquistão enquanto potência nuclear, daí que americanos e europeus e (até os russos) continuem empenhados na pacificação daquele país, apesar de estarem a defender interesses divergentes e apostados cada um, à sua maneira, na defesa

de interesses estratégicos decisivos para as próximas décadas (Rashid, 2001) e que mais adiante nesta dissertação teremos oportunidade de abordar.

Esta região é marcada ancestralmente, como já vimos, pela grande relevância da antiga Rota da Seda que se estendia do norte da China até às estepes europeias. Hoje, esta rota pouco significado tem, na troca de mercadorias entre os dois continentes, mas vai ter no futuro uma importância geoestratégica, fundamental no transporte de recursos energéticos (Rashid, 2001).

Por este motivo, é essencial conseguir uma pacificação do Afeganistão para que o transporte dos recursos energéticos para o Paquistão, China e Índia se processe em condições de segurança. Pode afirmar-se que esta pacificação também vai ao encontro dos interesses de grupos económicos, (empresas) da Europa Ocidental, norte-americanas, da Rússia e de países da Ásia central que pertenceram à ex. U.R.S.S. designadamente, o Casaquistão, Uzbequistão, Turquemenistão e Azerbaijão, na medida em que o petróleo e o gás são recursos estratégicos para alimentar e desenvolver a capacidade produtiva das indústrias asiáticas.

De acordo com alguns estudos disponíveis, o Afeganistão não é considerado um país com recursos energéticos. Não existem, no entanto, dúvidas quanto ao facto de ser um país com uma boa posição estratégica, nomeadamente no que se refere à relação de maior proximidade entre a Rússia e os países do Índico.

Na Ásia Central, principalmente no Mar Cáspio, existem vastas reservas de petróleo e gás natural, muito dele ainda inexplorado, o que é revelador da importância que se considera que esta região representa em termos de futuro relativamente aos recursos energéticos. A maior parte do petróleo encontra-se no Cazaquistão⁹⁹ e o gás no deserto do Turquemenistão¹⁰⁰, (Magnoli, 2004).

⁹⁹ A maior das ex-repúblicas soviéticas em território excluindo-se a Rússia, possui grandes reservas de combustível fóssil e grandes jazidas de outros minerais e metais.

¹⁰⁰ O Turquemenistão é um país predominantemente desértico, mas com vastas reservas de petróleo e gás natural.

No grande jogo pelos recursos na Ásia Central e pela conquista de uma posição estratégica, duas multinacionais assumiram um particular destaque: a Unocal¹⁰¹ e a Bridas¹⁰². Esta última usou toda a influência à sua disposição para ganhar a disputa com a Unocal. Alguns dirigentes talibãs admitiram em privado que preferiam a Bridas, porque esta não lhes fazia exigências em matéria de direitos humanos, um dos principais pontos da política norte-americana, mas que ainda assim, no início da guerra após a retirada soviética teve algum grau de tolerância em relação ao poder talibã. Ambas as companhias insistiram que a conduta em causa traria a paz ao Afeganistão, mas na realidade nenhum dos bancos ocidentais aceitou financiar o projecto num país em permanente guerra civil, (Rashid, 2001).

Após a tomada de Cabul pelos talibãs a paz nunca foi uma realidade, impossibilitando assim a implementação de uma estratégia que viabiliza-se a construção de condutas em solo afegão. A questão central é que os EUA não se dedicaram com empenho no fomento da paz na região. A situação na década de noventa do século passado era de muita instabilidade em particular em países da Ex. URSS (Tajiquistão, Geórgia) e em regiões de grande tensão como Chechénia e Nagorno-Carabaque. Não havendo um grau de entendimento aceitável com a Rússia e com o Irão estes sabotavam o projecto de construção desta infra-estrutura. Por outro lado, era do interesse do Irão e Rússia que a instabilidade se mantivesse desta forma os planos das empresas americanas não teriam êxito, (Rashid, 2001).

Ainda durante o período de exercício do poder pelos talibãs, a Unocal encetou um conjunto de diligências abrangentes junto das autoridades afegãs, americanas e russas para garantir a construção de condutas através do solo do Afeganistão que pudessem assegurar o abastecimento às economias emergentes do Índico, do petróleo oriundo da Ásia Central e da Rússia, tendo sido constituído para o efeito um consórcio internacional sob a denominação de CentGas¹⁰³, mas na realidade este projecto nunca avançou por razões de segurança, (Alves, 2011).

¹⁰¹ Empresa Americana que através de um consórcio tentou construir um gasoduto no Afeganistão com vista a ligar a Ásia Central ao Paquistão e mar Índico.

¹⁰² Empresa de exploração de gás e petróleo com base na Argentina, com capitais chineses.

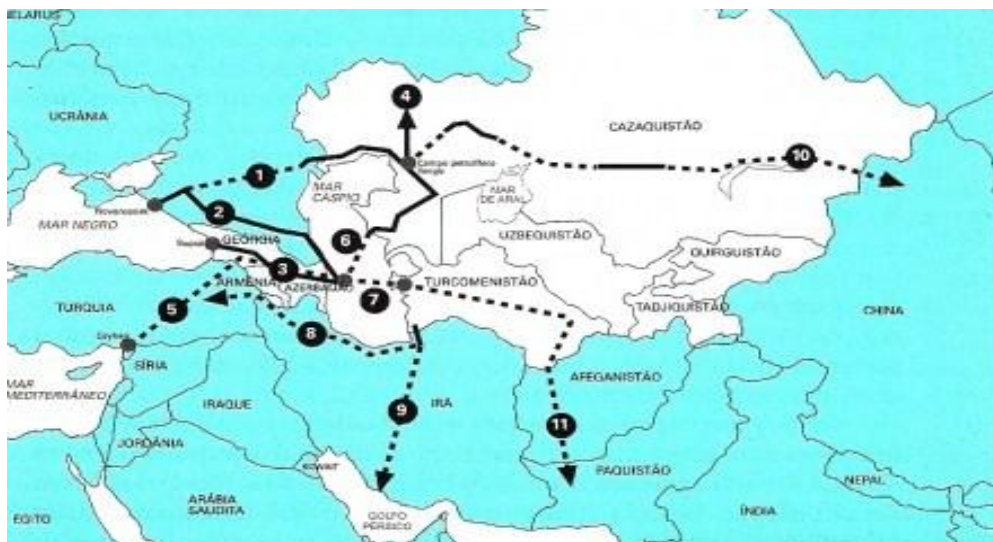
¹⁰³ Formado pela Unocal (46,5%), a Delta Oil (Arábia Saudita, 15%), o Governo do Turquemenistão (7%), a Indonésia Petroleum (6,5%), a ITOCHU Oil (Japão, 6,5%), a Hyundai (Coreia do Sul, 5%) e The Crescent Group (Paquistão, 3,5%). Os restantes 10% ficavam reservados para a adesão dos russos da RAO Gazpro, que nunca se chegou a concretizar.

Apesar do projecto de travessia de uma infra-estrutura de oleodutos e gasodutos para abastecer o Paquistão, através do afeganistão estar em “standy by”, várias multinacionais ainda não perderam de vista este projecto, que economicamente se tornaria muito vantajoso, desde que fosse possível uma pacificação razoável daquele país.

Só depois de 1999, os norte-americanos começam efectivamente a distanciar-se do poder talibã quando movimentos feministas começam a mobilizar a opinião pública contra os abusos sobre as mulheres afegãs que eram selvaticamente espancadas e mortas pela policia religiosa do poder talibã, (Rashid, 2001). Só mais tarde o envolvimento e a cobertura do poder afegão ao movimento terrorista da Al-Qaeda, contribuiu decididamente para o avanço das forças americanas sobre este país.

Segundo a “diplomacia dos oleo-gasodutos” a que Magnoli (2004: p. 292 e 2008: p.261) se refere, tudo depende do cruzamento de interesses empresariais com interesses geopolíticos com o foco orientado para o domínio da exploração e exportação de petróleo e gás por parte das grandes potências, como se observa no mapa abaixo.

Mapa de estruturas existentes e projetadas na bacia do mar cáspio junto à Ásia Central¹⁰⁴



— Oleodutos existentes

--- Estruturas projectada

Legenda relativa à descrição de estruturas de transporte de petróleo e gás:

¹⁰⁴ In MAGNOLI, 2004.

1 - De controle russo, o oleoduto vai do Casaquistão até ao nordeste do Mar Negro, ligando-se igualmente ao nº 4, numa rota também sob domínio russo;

2 – De controle russo com escoamento de petróleo e gás, – nas margens do Mar Cáspio – do território do Azerbaijão em direção ao Mar Negro;

3 – Segue do Azerbaijão (Baku) ao porto de Supsa na Geórgia. De controle dos EUA, este oleoduto (Baku-Supsa) transporta 150.000 barris de petróleo por dia do Mar Negro ao porto de Supsa na Geórgia;

4 – Referenciado no nº 1;

5- Sob controle norte-americano. - Washington aposta na construção de um oleoduto que parte do Azerbaijão, passando pelo território da Geórgia até chegar ao porto turco de Ceyhan. Tal oleoduto, que passa pelo território da Turquia, permitirá às companhias ocidentais uma alternativa à Rússia e ao Irão no que se refere ao acesso ao fluxo de petróleo procedente do Azerbaijão e de outras repúblicas da Ásia Central. De igual modo, também permite reduzir a dependência do Golfo Pérsico;

Mapa de oleodutos que representam os números 3 e 5¹⁰⁵



¹⁰⁵ In BBC.

6 e 7 – Caminhos que agradam à Turquia e às antigas repúblicas soviéticas do Cáucaso, mas que representam investimentos de elevado custo, nomeadamente porque atravessa o Mar Cáspio e ao ligarem com o oleoduto a que se refere o nº 11 da legenda tem que ser incorporada na análise a situação de instabilidade que se vive no Afeganistão;

8 e 9 – Projeto de conexão entre o oleoduto que já existe no Turquemenistão e que o liga ao Mar Mediterrânico e ao Golfo Pérsico. Controlado pelos EUA, o grande problema é que o seu traçado passa por território iraniano tanto na saída pelo Golfo Pérsico (9) quanto pelo território turco (8);

10 – Projecto chinês para ligação do campo petrolífero de Tengiz no Casaquistão com a China. Geopoliticamente viável, é considerado economicamente inviável, já que o oleoduto percorreria cerca de 2 mil km em território do Casaquistão, pelo que alcançaria um custo astronómico.

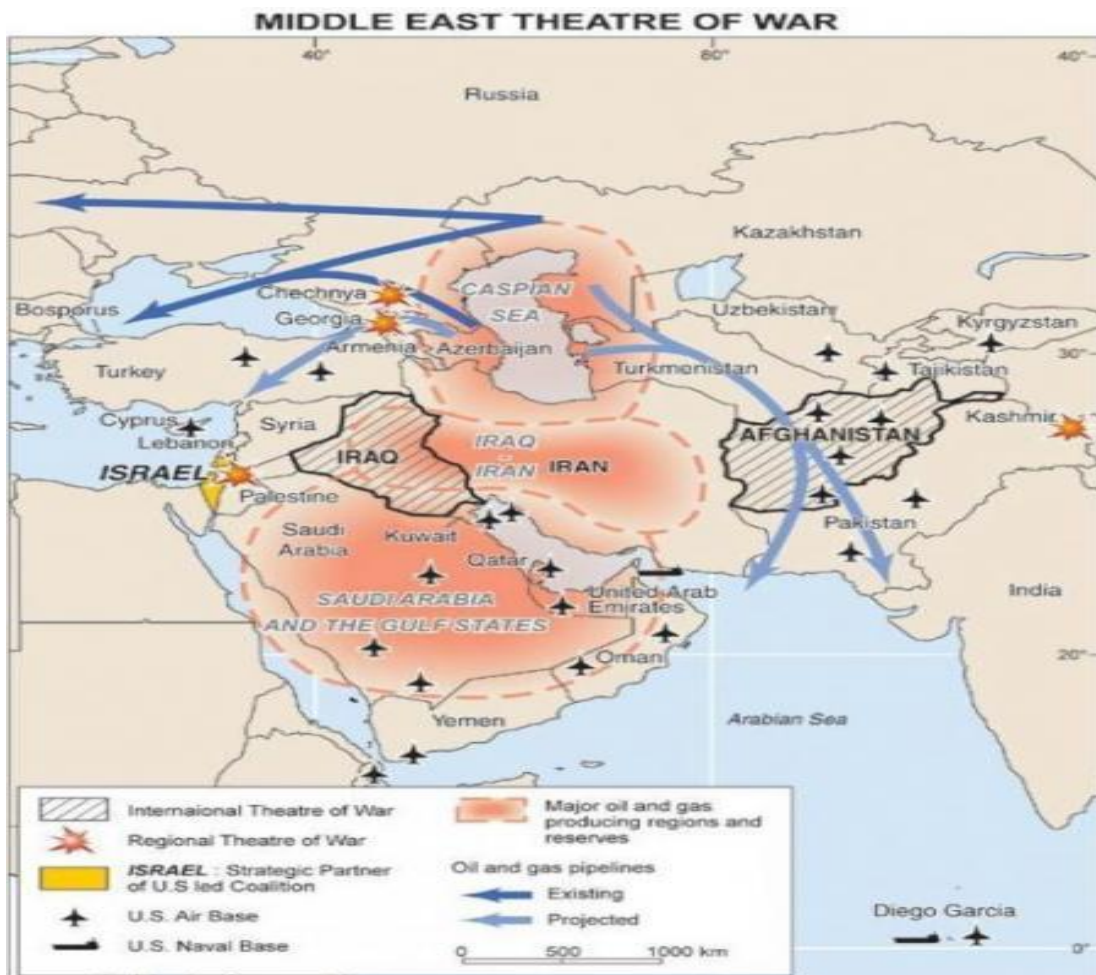
11 – Projecto de oleoduto e gasoduto da empresa americana Unocal que ligaria o Turquemenistão ao Paquistão através de território afegão e com saída pelo Oceano Índico. O grande problema que aqui se coloca é a instabilidade do Afeganistão, mas como contraponto contempla um forte argumento no que se refere ao controlo da saída do petróleo e do gás para os países do Oceano Índico.

Como se pode constatar a partir dos dados que anteriormente se apresentaram, o afeganistão parece reunir condições favoráveis à concentração de poder geoestratégico de relevância vital no que se refere nomeadamente, aos traçados de oleodutos e gasodutos que convergem para a ligação entre os principais produtores da Ásia Central, com natural destaque para a Rússia e o Casaquistão, em direcção aos mares do sul com vista a abastecer o gigante económico que é a Índia entre outros países da região que hoje são já economias emergentes.

Parece assim ficar também claro que algumas intervenções para além de pacificar territórios em regiões consideradas pontenciais focos de instabilidade à escala global como parece ser o caso do afeganistão são também uma via para potenciar interesses geo-estratégicos mas tais critérios vão alterando um pouco de região para região tal como refere o embaixador Luis Lorrão ao afirmar que os conceitos de segurança regional ou global vão variando “mais

ou menos centrados nas fontes de energia e na projecção dos interesses dos grandes actores internacionais. Veja-se o debate sobre a intervenção de forças internacionais na Líbia e os argumentos avançados segundo os quais o mesmo não virá a acontecer na Síria” numa alusão ao apoio generalizado no derrube de Kadafi tal como verificamos em 2011 e ao actual conflito na Síria em que Sociedade Internacional mostra pouco interesse na sua resolução efectiva, o que parece não ser alheio o facto de a Síria não possuir recursos energéticos significativos. (Lorvão, Anexo E).

Mapa de teatro de guerra do Médio Oriente¹⁰⁶



Neste mapa as manchas vermelhas correspondem às maiores jazidas de petróleo e gás (região do Golfo Pérsico e margens do Mar Cáspio). As setas a azul escuro mostram as condutas existentes, enquanto as projectadas surgem azul mais claro.

¹⁰⁶ In, <http://geopolitica dopetroleo.wordpress.com>.

III.2 A Sociedade de Segurança & Defesa Global: A ISAF no Afeganistão¹⁰⁷

Perante o cenário de ameaça generalizada de terrorismo na sequência dos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, e da perseguição dos responsáveis – os Talibans – assistiu-se também à necessidade de, posteriormente, criar as condições para a reconstrução de um Estado debilitado pela guerra civil e pelo terrorismo. A ISAF foi criada na sequência da Conferência de Bona em Dezembro de 2001. Os líderes da oposição afegã que participaram nesta conferência iniciaram um conjunto de diligências com vista à reconstrução do país, através da criação de uma estrutura de governo, criando para o efeito a Autoridade Transitória Afegã no âmbito da qual foi também definida a constituição de uma força internacional mandatada pela ONU para ajudar a reconstruir e pacificar o país (International Security Assistance Force, 2011).

Naquela mesma conferência procurou-se um caminho que levasse à criação de uma parceria tripartida entre a Autoridade Transitória, a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA)¹⁰⁸ e a ISAF.

A ISAF realiza operações no terreno para reduzir a capacidade de insurgência em solo afegão, mas também apoiar o crescimento da capacidade das forças de Segurança Nacional Afegã e potenciar uma melhor governança e desenvolvimento económico a fim de criar um ambiente seguro e uma estabilidade sustentável na sociedade.

Em Agosto de 2003 foi a vez, da NATO assumir a liderança da ISAF., colocando-se desta forma um ponto final às lideranças rotativas. Deste modo, tornou-se responsável pelo comando, pela coordenação e planeamento da força no terreno, incluindo a nomeação de um comandante daquela mesma de força presente no Afeganistão.

¹⁰⁷ <http://www.isaf.nato.int/>.

¹⁰⁸ United Nations Assistance Mission in Afghanistan.

A liderança da NATO que teve o mérito de suprimir dificuldades recorrentes de encontrar, países que assumissem periodicamente a coordenação da missão, portanto com a liderança da NATO encontrou-se um caminho de maior estabilidade na condução das acções da ISAF. O mandato da ISAF havia sido inicialmente limitado à segurança em Cabul e arredores. Mas a partir de Outubro de 2003, as Nações Unidas prorrogaram o mandato da ISAF para outras áreas do Afeganistão (Resolução 1510)¹⁰⁹. No anexo I, faz-se uma descrição das várias fases do mandato da ISAF para além da capital Cabul.

III.3 A Sociedade para a Paz Global: As Operações de Segurança e Estabilização no Afeganistão

Parece reunir consenso a ideia de que a Sociedade Internacional necessita de um Afeganistão estável e seguro. Num momento em que os EUA já definiram um período de retirada das suas forças do terreno importa, a nosso ver, procurar compreender o que se pode esperar das estruturas afegãs à medida que se aproxima o fim da intervenção internacional.

Neste contexto, importa então abordar a complexa problemática das operações de segurança e estabilização no Afeganistão¹¹⁰ que, como já tivemos oportunidade de referir envolvem, desde 2003, várias dezenas de nações¹¹¹ num esforço humano e económico de

¹⁰⁹ A 13 de Outubro de 2003, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da Resolução 1510, estendeu a missão da ISAF, em apoio à extensão da autoridade do governo do Afeganistão a outras áreas do país.

¹¹⁰ Peace-enforcement – imposição da paz; Peacemaking - restabelecimento da paz; Peacekeeping – manutenção da paz; Peacebuilding – consolidação da paz - Dimensões críticas do Peacekeeping das Nações Unidas – Working Papers – Linha de investigação “Europa, Segurança e Migrações”. Coordenação Prof. Doutora Maria do Céu Pinto.

¹¹¹ Albânia, Arménia, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bahrein, Bélgica, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Canadá, Croácia, República Checa, Dinamarca, El Salvador, Estónia, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Jordânia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malásia, Mongólia, Montenegro, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, República da Coreia do Sul, Roménia, Singapura, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Suécia, Macedónia, Tonga, Turquia, Ucrânia, Emiratos Árabes Unidos, Reino Unido, Estados Unidos da América.

custos que se assumem como elevadíssimos para a Sociedade Internacional, profunda e amplamente envolvida. Esta intervenção ocorre num período associado a uma crise financeira grave que atinge alguns países pertencentes à NATO, estando vários a enfrentar um ciclo de recessão económica ao nível interno.

Na realidade, poderemos começar por afirmar que as operações de segurança e estabilização no Afeganistão nunca estiveram dissociadas. Ao invés de outros teatros de operações onde a Sociedade Internacional também esteve envolvida (como por exemplo os Balcãs, nos anos de 1990) e foi possível intervir a “dois tempos” com uma separação entre as duas fases, sem interligação, no Afeganistão tal distinção nunca foi possível. Ou seja: as operações de segurança e estabilização foram sempre implementadas em simultâneo, muito embora com grandes dificuldades e resultados pouco visíveis em concreto. Na verdade, o sistema tribal em que assenta a sociedade afegã, parece ter constituído (e continua a ser) o principal obstáculo à concretização dos objectivos definidos para aquele teatro.

Um dos mais recentes relatórios do Pentágono apresentados pelo Departamento de Defesa dos E.U.A. ao Congresso Americano quanto à situação actual do Afeganistão, no que respeita nomeadamente à missão de estabilização para o período de 1 de Outubro de 2010 a 31 de Março de 2011 revelava que as Forças de Segurança Nacional do Afeganistão continuavam paulatinamente a crescer em dimensão e qualidade. Assim, embora se considere que o avanço seja “frágil e reversível”, nos últimos meses de 2011, parece ter-se assistido a um forte investimento em recursos humanos e na sua formação com o objectivo de criar as condições, necessárias ao início da transição das obrigações de segurança para as forças afegãs em áreas administrativas do Afeganistão (Kellerhals, 2011).

Parece-nos possível, tendo por base os factos já identificados, avaliar o grau de dificuldade na criação das condições mínimas para que o País possa ser auto-suficiente quanto às condições de segurança sem o “chapéu” das forças militares, norte-americanas e da NATO.

O mesmo relatório refere que os progressos entretanto verificados no terreno se devem ao reforço das forças dos EUA em 2010, (que se terão traduzido - em termos práticos - no destacamento de uma divisão do Exército norte-americano que terá sido, posteriormente

transformado num comando regional), assim como à ampliação das forças de segurança afegãs.

Nessa mesma linha de análise, o referido relatório ainda refere que os esforços da coligação possibilitaram que os refúgios dos insurgentes fossem tomados. O reforço das forças da coligação e o aumento das operações terão, deste modo, permitido que a coligação debilitasse as capacidades dos insurgentes a tal ponto que os talibãs perderam influência em várias áreas do Afeganistão. (Kellerhals, 2011).

O anúncio do Presidente Barack Obama, em Junho de 2011, fixando até ao final de 2014 a data limite para retirada gradual das tropas dos EUA (que são o maior contingente) no Afeganistão, reforçou no âmbito da ISAF o apoio para a reconstrução das forças de segurança afegãs. O sucesso para a transição passa pela operacionalização do exército e da polícia afegã - que deverão assumir a responsabilidade integral da segurança do país em finais de 2014, coincidido presumivelmente com o fim da missão da ISAF.

O general William Caldwell¹¹², reconheceu em 2011 que ainda há muito para progredir em termos logísticos e humanos com o objectivo de preparar o Afeganistão para assumir a sua própria segurança, mas considerou que existe uma melhoria efectiva das capacidades do exército afegão em declarações aos jornalistas em Washington em Setembro de 2011.

Contudo, o ataque de um comando talibã a Cabul¹¹³, já mencionado, ao perímetro de uma zona de alta segurança onde estão situados o quartel-general da força internacional no Afeganistão (ISAF), veio colocar em evidência as fragilidades do processo de estabilização e a necessidade de paralelamente actuar em operações de segurança, o que veio provar que o grau de segurança até na capital é baixa e que há muito para fazer até 2014.

Este é um dos maiores desafios que se colocam às forças internacionais no terreno, uma vez que, historicamente, o Afeganistão tem sido um país de grande instabilidade e tem tendência a elevar os níveis dessa instabilidade na sequência de intervenções externas. Tal terá sucedido depois do fim dos domínios britânico e soviético. Assim, resta-nos aguardar para vermos o desfecho da “construção” através daqueles que se julgam ser os mecanismos

¹¹² General norte-americano responsável pela formação das forças de segurança afegãs.

¹¹³ Ocorreu em 13 de Setembro de 2011.

mais adequados para assegurar ao poder afegão a sua estabilidade interna, mas também a da região em que está inserido, e que necessita de uma pacificação efectiva como nos parece ter ficado claro na sequência do que até aqui foi exposto.

Importa, contudo, referir que para que o sucesso seja atingido na estabilização do Afeganistão é fundamental que o Paquistão seja envolvido neste esforço e que passe a controlar de forma efectiva todo o seu território a norte junto à fronteira daquele país. Desta região têm saído muitos grupos *pashtuns* que apresentam, como já vimos, uma marcada ligação ao fundamentalismo islâmico e que têm atravessado a fronteira entre os dois países e protagonizado muita instabilidade no lado afegão.

Apesar do governo paquistanês ter classificado a morte de Ossama Bin Laden em 2011, como uma grande vitória contra o terrorismo, pela forma como reagiu com alguma lentidão, levanta dúvidas sobre se o Paquistão teve antecipadamente conhecimento da operação, deixando revelar algum desconforto com a situação, até porque Bin Laden vivia “paredes meias” com uma escola militar de referência das forças armadas do Paquistão. Este acontecimento evidencia que o Governo Paquistanês não tem um controlo efectivo sobre o seu território e designadamente na fronteira com o Afeganistão, (euronews, 2011).

III. 3.1 A Participação Portuguesa nas Operações de Segurança e Estabilização no Afeganistão

Portugal, iniciou a sua participação na ISAF em 2002. Desde então quase 3.000 militares efectivos dos três ramos da Forças Armadas já passaram no Afeganistão.

O contributo português para a paz e segurança internacionais tem vindo a afirmar-se de forma crescente a partir de 1991. As missões em curso, ou desempenhadas recentemente, têm ocorrido no âmbito das organizações internacionais a que Portugal pertence e têm envolvido militares dos três ramos, em unidades navais, terrestres e aéreas, nos estados-

maiores, comandos multinacionais ou como observadores militares (Ministério da Defesa Nacional, 2011).

Esta participação teve como pano de fundo a conjuntura internacional que se viveu com o pós-guerra fria, e que propiciou a proliferação de grande número de conflitos regionais, o que terá, por sua vez, conduzido a uma maior intervenção por parte da ONU, e finalmente, traduzido uma posição objectiva da política externa portuguesa, visando reforçar o papel de Portugal na cena internacional. Procuraremos ver, a seguir, como se tem desenvolvido esta estratégia que parece ter sido muito consonante com todos os governos desde meados da década de oitenta do século passado e espelha uma necessidade de afirmação de Portugal, para que não seja esquecido nas instâncias internacionais e não desapareça no jogo da balança de poderes à escala global, (Balão, 2011).

A política externa parece ser um caso de excepção na política nacional, evidenciando a importância de apostar no prestígio internacional de Portugal. Sendo Portugal um país de pequena dimensão, nomeadamente quando em comparação com a maioria dos parceiros da União Europeia e da NATO, é de salientar que sendo um dos países com menores recursos próprios e que viveu nas últimas quatro décadas vários períodos de crise e recessão económica, parece manifestar uma disponibilidade quase permanente, para assumir as suas responsabilidades internacionais no âmbito das organizações de que faz parte. A grande questão reside em perceber porque é que tal acontece?

Como já se referiu, esta realidade parece estar directamente associada à orientação da nossa política externa que nos últimos vinte e cinco anos parece ter identificado um factor de unidade comum às três principais forças políticas em Portugal (PSD¹¹⁴, PS¹¹⁵ e CDS/PP¹¹⁶ que tem feito algumas coligações governativas com o PSD em sintonia com a política externa).

Podemos então verificar e identificar nos vários programas de governo, uma política com um traço comum das três principais forças políticas que têm exercido funções governativas em Portugal.

¹¹⁴ Partido Social Democrata

¹¹⁵ Partido Socialista

¹¹⁶ Centro Democrático Social.

Vejamos então alguns extratos sobre a política externa, designadamente do Programa do XI Governo Constitucional, (1987 do PSD) onde é referido “Portugal tem hoje uma imagem respeitada, particularmente nítida em áreas tão importantes como são a Aliança Atlântica, a Europa dos "Doze", a África Austral, a América Latina ou a Ásia que lhe permitem desempenhar um papel activo na promoção da paz, da segurança, dos valores das democracias ocidentais e dos princípios consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Acta Final de Helsínquia (Programa do XI Governo Constitucional: 9)

No programa do XII Governo Constitucional, (1991, do PSD) são feitas as seguintes referências: “O Governo atribui particular atenção ao acompanhamento da situação internacional e sua evolução. No âmbito das relações externas de segurança e defesa, a participação de Portugal nas instâncias internacionais especializadas pautar-se-á pela defesa intransigente dos nossos interesses e pela participação activa, designadamente em processos decisórios relacionados com a arquitectura europeia de segurança e defesa. Simultaneamente dar-se-á particular atenção ao relacionamento com a América do Norte e às acções de cooperação, não apenas com os Países que integram as alianças a que pertencemos, mas ainda com Países que se inserem na nossa área regional e com os PALOP. Nessa medida, Portugal participará activamente na definição e na concretização do novo quadro em que se situará a NATO, tendo em especial atenção a preservação dos laços transatlânticos. Do mesmo modo, o Governo empenhar-se-á no desenvolvimento da identidade europeia, nomeadamente quanto às suas componentes de segurança e defesa, colaborando na valorização da UEO e na construção do pilar europeu da Aliança Atlântica”. (Programa do XII Governo Constitucional: 3,4).

Num balanço mais tarde feito pelo Governo é referido que “Num período particularmente difícil na cena internacional – incluindo eleições gerais e mudanças de governos em vários Estados membros da CEE¹¹⁷, a guerra da Jugoslávia e o polémico debate sobre as implicações do Tratado de Maastricht¹¹⁸ – lançaram-se os princípios de articulação da CEE com a UEO¹¹⁹, a NATO e a CSCE¹²⁰ (Programa do XII Governo, 1993: 46).

¹¹⁷ Comunidade Económica Europeia.

¹¹⁸ Tratado da União Europeia que foi assinado a 7 de Fevereiro de 1992 na cidade holandesa de Maastricht.

¹¹⁹ União da Europa Ocidental.

¹²⁰ Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

Neste balanço feito pelo então XII Governo Constitucional liderado pelo então Primeiro-Ministro Professor Aníbal Cavaco Silva, (PSD) fica clara a intensão de apostar envolvimento associados à necessidade protagonizada por Portugal de participar na cena internacional, decorrente das responsabilidades no âmbito da então CEE.

No programa do XIII Governo Constitucional, liderado pelo então Primeiro-Ministro António Guterres (PS, período compreendido entre 1995 e 1999), é referido que “Atendendo aos fundamentos do nosso regime democrático e ao espaço geopolítico em que Portugal se insere, a defesa dos nossos interesses passa pela participação, na medida dos recursos e capacidades disponíveis, nas acções de defesa e promoção da paz no mundo, assumindo por inteiro as responsabilidades que nos cabem nas alianças político-militares em que estamos inseridos. A manutenção da paz e da estabilidade internacional não são questões de que nos possamos alhear, mesmo que os conflitos decorram longe das nossas fronteiras. Tais finalidades constituem elementos fulcrais para a prossecução do nosso desenvolvimento económico e social, sendo nessa medida um dos objectivos da política de defesa nacional”. O mencionado programa de Governo refere ainda que “importa sublinhar a importância da *“diplomacia preventiva”* e das missões humanitárias e de paz em que Portugal não poderá deixar de se empenhar, na medida das suas reais possibilidades e interesses”. (Programa do XIII Constitucional, 1996: 18).

O mesmo programa de Governo refere ainda que “O governo participará activamente na construção das políticas europeias comuns em matéria de relações externas e de segurança, em conjugação com os países parceiros no quadro multilateral em que Portugal se insere (OTAN, EU, UEO, OSCE e ONU)”. (Programa do XIII Constitucional, 1993: 18).

No programa do XIV Governo Constitucional (1999, do PS), volta novamente a ser feita uma referência sintomática da vontade portuguesa da seguinte forma: “Dando seguimento à significativa presença portuguesa nas forças de paz na Bósnia- Herzegovina, à presença na Albânia e ao posterior empenhamento no Kosovo, o Governo manterá uma atenção permanente ao cenário balcânico, cujo recém lançado Pacto de Estabilidade competirá promover durante a presidência portuguesa da União Europeia. A intervenção dos agentes económicos nacionais nas acções de reconstrução nesta área irá de paralelo com um empenhamento político, na busca de soluções para um futuro de estabilidade da região, que

passa, nomeadamente, pela implantação de modelos contratuais de novo tipo com a União Europeia” (Programa do XIV Governo Constitucional:112,113).

Nos programas dos XV e XVI Governo Constitucional (2002-2005, coligação PSD/CDS) é assumida expressamente por Portugal “a participação em missões de apoio à política externa, de carácter humanitário e da manutenção da Paz, quer no quadro nacional, quer no quadro das Organizações Internacionais de que somos membros – ONU, OTAN, UE e OSCE” (Programas dos XV e XVI Governo Constitucional: 17).

No programa do XVII Governo Constitucional (2005, do PS), o assumir de uma posição portuguesa em termos internacionais fica ainda mais clara “as Forças Armadas deverão participar, prioritariamente, em missões internacionais de natureza militar, nomeadamente no sistema de defesa colectiva da Aliança Atlântica e na Política Europeia de Segurança e Defesa. E em missões internacionais de apoio à política externa, designadamente, de gestão crises, de natureza humanitária e de manutenção de paz, no quadro das organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente a ONU, União Europeia, OTAN, a OSCE e a CPLP” (Programa do XVII Governo Constitucional: 160).

No programa do XVIII Governo Constitucional (2009, do PS), a posição do governo português fica ainda mais clara ao referir-se expressamente no documento que, “O actual contexto de segurança internacional e a resposta adequada da política de Defesa Nacional apontam, necessariamente, para uma concepção mais larga da segurança e uma concepção mais integrada da política de defesa, com reflexos inevitáveis na doutrina estratégica e operacional, na definição das estruturas de comando e controlo e nas próprias missões das Forças Armadas. As Forças Armadas portuguesas contam, neste campo, com uma prestigiosa experiência internacional e deram já um importante contributo para a segurança internacional, em cenários tão distintos como a Bósnia-Herzegovina, o Kosovo, o Afeganistão, o Líbano, a República Democrática do Congo, o Chade e a Guiné-Bissau. O desempenho destas missões internacionais constituiu-se como um factor decisivo não só para a modernização e prestígio das próprias Forças Armadas, mas também para a credibilidade internacional do País” (Programa do XVIII Governo Constitucional:119).

No programa do XIX Governo Constitucional (2010, coligação PSD/CDS), fica mais uma vez reafirmada a posição portuguesa em termos internacionais, “Reforçar o relacionamento com a NATO e com as estruturas europeias com responsabilidade de implementação da Política Europeia de Segurança e Defesa. Aprofundar a participação activa do nosso País em missões internacionais de carácter humanitário e de manutenção da paz, quer no quadro nacional quer no contexto das organizações internacionais de que somos parte” (Programa do XIX Governo Constitucional: 110,111).

Segundo declarações do actual Ministro da Defesa, José Pedro Aguiar Branco, à TSF, Portugal vai manter o nível de participação no Afeganistão. Apesar da crise, o Ministro da Defesa referiu que o “Afeganistão é uma prioridade portuguesa”, assegurando que o país vai manter a sua presença com o mesmo número de efectivos. “Manifestei a disponibilidade para Portugal manter o seu actual nível de contribuição no Afeganistão e apoiaremos os processos de transição para as forças afegãs nas responsabilidades de segurança”. O governante intervinha numa conferência de imprensa realizada no Forte de São Julião da Barra, na sequência de uma reunião com o secretário-geral da NATO. O Ministro da Defesa disse também ter sublinhado “o empenho de Portugal em continuar a dar o seu contributo para a manutenção da paz e da segurança internacionais ao serviço da Aliança Atlântica” (bloco noticioso TSF, 2011).

Esta posição do Governo Português é reveladora de forma inequívoca que nem mesmo a (difícil) situação económica que o país vive, constitui motivo suficiente para alterar a política externa portuguesa. Tal realidade, por si só, demonstra uma intenção clara de afirmação do país em questões internacionais, orientação política que parece ter-se tornado numa estratégia assumida e adoptada pelas principais forças políticas ao longo de vários anos como vimos.

Até 2004, Timor esteve na agenda política externa de Portugal, nos vários programas de governo consultados em particular desde o XI Governo Constitucional até ao XV Governo. Timor é referido até 1999 como sendo um dos últimos territórios não autónomos em que processo de descolonização foi interrompido de forma violenta e à margem das Nações

Unidas. É também assumido que o exercício do direito à autodeterminação¹²¹ do Povo de Timor-leste é considerado um objectivo para Portugal e que envidará todos os esforços no sentido de sensibilizar a Sociedade Internacional, tendo em conta os princípios fundamentais da Carta e resoluções dos seus principais órgãos, designadamente da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.

No programa do XI Governo Constitucional é referido em relação a Timor Leste que se pretende “A procura, em sintonia com o Presidente da República e em articulação com a Assembleia da República, de uma solução condigna para a questão de Timor, a qual garanta o pleno respeito pela identidade cultural e religiosa do povo timorense e a preservação da matriz cultural portuguesa do Território”, (Programa do XI Governo Constitucional: 10).

Assim na cena internacional Portugal manteve sempre uma posição bem vincada junto das principais instâncias internacionais de que faz parte com particular destaque junto da ONU, neste sentido é assumido expressamente no programa do XII Governo Constitucional que “Governo envidará esforços no sentido de sensibilizar para o problema, de forma crescente, a Comunidade Internacional, e em especial as Nações Unidas, cujo papel efectivo nesta questão deverá ser intensificado e alargado, tendo em conta que nela está essencialmente em jogo a aplicação dos princípios fundamentais da Carta e resoluções dos seus principais órgãos, designadamente da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança. Por outro lado, não deixará de procurar activamente, através do diálogo e da negociação com todas as partes interessadas, obter uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão, em colaboração como Secretário-Geral das Nações Unidas, na execução do mandato a este confiado pela Assembleia Geral da Organização”, (Programa do XII Governo Constitucional: 24).

¹²¹ Direito colectivo de um povo em decidir o seu futuro. Não existe, contudo, uma definição consensualmente aceite, o conceito tem sofrido um processo evolutivo, tal como Paula Escarameia defende relativamente ao envolvimento das Nações Unidas no processo de Timor-Leste, que passou pela autodeterminação, direitos humanos, processos e afastamento das resoluções da ONU. (“O que é a Autodeterminação?”, Reflexões sobre Temas do Direito Internacional, Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional, Lisboa, ISCSP, 2001: 52). Ainda sobre este conceito» com o direito à autodeterminação visa-se concretamente os povos e territórios sem governo próprio, aí compreendidos os sujeitos ao domínio colonial, ficando, no entanto sem critério definidor o direito dos povos dominados de territórios contíguos ao Estado dominante onde ocorresse uma dominação colonial; situação que não era, e continua a não ser, rara, e encontrava maior evidência nos satélites da União Soviética». (Poder e Obediência, uma Teoria do Consentimento, Lisboa, ISCSP, 2003: 118,119).

Também no programa do XIII Governo Constitucional assume que Timor-Leste é um dossier preponderante na nossa política externa “A prossecução da política de sensibilização para o problema de Timor, em todas as instâncias internacionais de participação portuguesa, em particular na ONU (cuja actual sessão da Assembleia Geral é presidida por um nosso concidadão¹²²) e na União Europeia, além dos contactos bilaterais com os Governos “estrategicamente” posicionados em relação à Indonésia, sejam da APEC¹²³ ou da ASEAN¹²⁴; Sendo a solução do problema timorense exclusiva da via diplomática, Portugal deve continuar o diálogo com a Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral da ONU, cumulativamente com o recurso, designadamente, à Comissão dos Direitos do Homem ou ao Tribunal Internacional de Justiça”; “Não tendo Portugal quaisquer reclamações sobre Timor Leste, a não ser as necessárias à defesa dos interesses do seu Povo, não tem ideia preconcebida sobre a opção que só ao Povo timorense cabe tomar, bem como sobre o seu estatuto político, embora tenha toda a obrigação de lhe facultar e promover o exercício dessa escolha, democrática e livre, nos termos e em conformidade com o Direito Internacional e na base de uma solução digna. Nesta perspectiva, o Governo explorará, sem receio, as diferentes hipóteses que possam levar à solução do problema, manter-se-á em contacto permanente, em particular, com as diferentes correntes da Resistência e considera positivo o diálogo intratimorenses, no quadro das consultas efectuadas pelo Secretário-Geral da ONU. Definindo o problema de Timor como uma das questões centrais da nossa política externa, Portugal sublinha que não tem qualquer contencioso com o Povo da Indonésia, mas apenas com os actos do Governo Indonésio contrários ao Direito Internacional”, (Programa do XIII Governo Constitucional: 65).

Parece ficar claro designadamente no período de 1987 a 1999, período que corresponde às funções dos XI a XIII Governos Constitucionais, formados os dois primeiros pelo PSD e último pelo PS, que Timor-Leste constituiu um objectivo central da nossa política externa. Em todas as instâncias e fóruns internacionais em que Portugal participou, nunca deixou de alertar e sensibilizar a sociedade internacional para a necessidade de se encontrar uma solução há luz das resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral e ainda aos mandatos

¹²² Prof. Freitas do Amaral que foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral das Nações Unidas entre 1995-1996.

¹²³ Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico.

¹²⁴ Associação de Nações do Sudoeste Asiático.

expressos dos respectivos Secretários-Gerais sobre a problemática timorense. Fica evidente que Portugal assume neste período um papel de grande envolvimento na sociedade internacional sobre a questão timorense.

Assim a estratégia nestes domínios que parece ter vindo a ser desenhada e posta em prática, parece assentar em três factores fundamentais no meu ponto de vista, tendo por base os programas de Governo, designadamente depois de 1987, as declarações do actual Ministro da Defesa e o Conceito Estratégico Nacional alterado em 2003 (que se encontra em processo de revisão) em função dos desafios da complexa ordem da sociedade internacional em consequência da implosão da União Soviética:

1- Assunção das responsabilidades do país decorrentes dos deveres inerentes à sua condição de membro das principais organizações internacionais, destacando-se a ONU, UE, NATO, OSCE. Portugal assume de “corpo inteiro” todas as suas responsabilidades, com aceitação em termos de opinião pública.

2 - Outro factor parece estar associado à posição assumida por Portugal, em resultado de um processo de descolonização mal resolvido como terá sido o caso de Timor-Leste, o que terá dado origem a que Portugal encetasse um longo caminho solitário junto de vários organismos internacionais, com resultados poucos palpáveis, mas sempre determinado.

Este facto, parece ter sido responsável pela criação no contexto na nossa política externa um espírito de resistência e tenacidade dignas de registo. O nosso envolvimento gradual em conflitos regionais após a queda do Muro de Berlim no âmbito de operações de segurança e estabilização criou condições para um reconhecimento e respeito internacionais nesta dimensão, o que terá vindo a produzir resultados visíveis quando mais tarde relativamente à questão de Timor a Indonésia começou a ceder por acção e influência de países parceiros de Portugal em vários organismos internacionais.

Portugal, de facto parece nunca ter perdido de vista a causa Timorense, e, quando as condições políticas penderam a favor daquela, Portugal jogou forte a sua credibilidade externa e parece ter desempenhado um papel notável de forte diplomacia internacional através do apoio decisivo da União Europeia, mas também do peso diplomático que foi granjeando junto das Nações Unidas.

Os “pratos da balança” penderam para o lado Timorense a partir da abertura norte americana relativamente à questão, depois de fortemente pressionada pela Sociedade Internacional, pelo empenho dos Secretários Gerais da ONU, incumbidos por resoluções da Assembleia-Geral para proceder a consultas junto das partes envolvidas (Portugal, Indonésia), mas também pelo papel desempenhado por Portugal ao longo de anos no cumprimento do direito de autodeterminação do povo Timorense. Este terá sido um dos momentos mais dramáticos, mas também mais altos, na diplomacia portuguesa.

3 - Outro factor relaciona-se com a determinação de Portugal em procurar um papel mais activo na cena internacional através de figuras nacionais que têm vindo a desempenhar funções de relevo em várias organizações como forma de prestigiar e projectar o país.

Portugal é um Estado - nação com cerca de dez milhões de habitantes e tem ao longo de séculos sido um país sempre aberto ao mundo, estabelecendo e mantendo em regra relações privilegiadas em várias regiões do mundo, com especial destaque para a América do sul, o Continente Africano e a Ásia. Os nossos antecessores, que deram “novos mundos ao mundo”, são os precursores deste estatuto que Portugal parece ter readquirido junto das principais instituições internacionais.

São alguns os exemplos de portugueses que nos últimos 20 anos têm vindo a desempenhar lugares de relevo que justificam esta aposta de Portugal:

- Dr. José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia;
- Eng. António Guterres, Comissário das Nações Unidas para os Refugiados;
- Prof. Freitas do Amaral, foi presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas na 50ª sessão, 1995-1996;
- Embaixador, António Monteiro foi Presidente do Conselho de Segurança da ONU (1997/1998);
- Dr. Jorge Sampaio, foi nomeado Enviado Especial para a Luta contra a Tuberculose (2006) e Alto Representante da ONU para a Aliança das Civilizações pelo Secretário-Geral das Nações Unidas (2007).
- Catarina Furtado, em 2001 foi nomeada embaixadora da Boa Vontade das Nações Unidas para as crianças;

- Portugal é eleito membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas ¹²⁵

Sem prejuízo de outros exemplos aqui não referidos, julgo que os mencionados parecem confirmar que a estratégia foi bem sucedida. No anexo J são mencionados alguns factos cronológico da participação Portuguesa em Missões Internacionais.

¹²⁵ Portugal foi eleito membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, com 150 votos, para o biénio 2011/2012.

CONCLUSÃO

Desenvolver este trabalho constituiu um enorme desafio até porque o Afeganistão está na agenda internacional como um dos países que mais preocupação parece concentrar por parte da Sociedade Internacional. A dificuldade está em compreender a complexidade do Estado afegão e, sobretudo, a teia de interesses regionais (e internacionais) no seio da qual este país se movimenta.

Sendo o Afeganistão um dos países mais pobres do mundo, com uma economia assente numa agricultura débil, e na pastorícia, mas, e sobretudo na exploração do ópio e respectivo comércio, torna-se surpreendente compreender as razões pelas quais o Afeganistão constitui uma preocupação e uma ameaça para a referida Sociedade Internacional, ao ponto de ser já designado como o “cemitério dos impérios” o que não é apenas resultado da história recente. Com o presente estudo evidenciou-se também o posicionamento geoestratégico do Afeganistão enquanto espaço em que se insere e a importância na ligação às economias emergentes dos mares sul que hoje têm um enorme peso no comércio mundial e estão ávidas dos recursos energéticos situados na Ásia Central.

De facto, o Afeganistão tem sido, ao longo da sua história, o centro das atenções das principais potências, porque o seu território tem sido disputado por ingleses, russos (ex-URSS), EUA. É preciso ter presente que a região foi no século XIX dividida por fronteiras traçadas a “régua e esquadro”, de acordo com os interesses europeus, como sucedeu, aliás, noutros pontos/áreas do globo.

As linhas traçadas artificialmente e impostas aos povos ignorou as suas tradições. Sabe-se, de resto e amplamente que tais imposições externas acabaram por dificultar o desenvolvimento do país e a concretização de um sentimento nacional.

Os laços tribais continuam, ainda hoje, a sobrepor-se ao poder central no Afeganistão, a instabilidade continua a ser uma constante que tem levado a uma luta fratricida entre étnias que já dura há décadas, sendo apontado como o principal obstáculo à construção de um Estado forte, com uma estrutura de comando centralizada no poder da república.

Esta instabilidade histórica do Afeganistão assenta num sistema tribal complexo e tem-se revelado um campo fértil ao aparecimento de fenómenos terroristas, como parece ter sido o que sucedeu com a subida dos Talibãs ao poder.

De facto, as relações estreitas entre o Paquistão e os talibãs terão, ao que tudo indica, facilitado o avanço destes no Afeganistão, no processo de conquista do poder. Em 1995 já controlavam nove das trinta províncias do país, sendo apenas retardado o seu avanço por Massude, que neste período se revelou juntamente com as suas forças, como o principal obstáculo aos intentos talibãs.

O regime islâmico afegão dominado pelos talibãs aproveitou as particularidades da realidade existente para fomentar um estilo de poder que pudesse ser exportado para outros países – estratégia que terá começado a fortalecer-se com a chegada de Bin Laden ao Afeganistão, com a sua mensagem de luta contra o ocidente e em particular com o seu modo de vida.

Terá sido neste “caldo” cultural de um país amplamente “descapitalizado” de recursos económicos que acabaram por se conjugar todas as condições sociais e culturais propícias ao desenhar-se uma guerra santa contra os EUA e todo o Ocidente. O fundamentalismo islâmico e a interpretação literal do Corão, é sobretudo uma reacção contra o laicismo, contra a ocidentalização, contra o reformismo e o compromisso entre o Corão e os progressos do ocidente, (Lara, 2009).

Terão sido estas as condições facilitadoras para que o Afeganistão se assumisse como um Estado perigoso e ameaçador para a segurança e paz mundiais, tendo tido a sua maior expressão com os atentados de 11 de Setembro de 2001 e com o envolvimento da Al-Qaeda sob a liderança de Bin Laden.

Para melhor compreender a situação actual no Afeganistão é sintomática a resposta à pergunta número três que colocámos na entrevista ao Capitão Lúcio Manuel da Costa Lopes, que esteve no terreno e participou nas operações de paz no Afeganistão (constante no anexo D desta dissertação). Quando questionado sobre “De que forma se pode caracterizar a actuação das forças insurgentes no território afegão e qual é o grau de ameaça na área de acção das forças militares portuguesas?”, o nosso entrevistado respondeu que: “A guerra no Afeganistão é uma guerra de insurgência, onde o terrorismo é a principal forma de actuação

dos insurgentes. Usam as mais variadas técnicas para levarem a cabo os seus objectivos. As formas mais comuns: usam explosivos improvisados de fabrico manual. Estas formas de ataque são empregues de forma isolada ou combinados com outra acção (ataque complexo, emboscada, rapto etc..) utilizando armamento ligeiro. Sabe-se também que as forças insurgentes ainda não possuem meios aéreos nem meios antiaéreos”. “Mesmo com fortes medidas de segurança, regista-se um número considerável de incidentes e baixas tanto nas forças militares como em civis”.

É neste contexto que consideramos que se pode confirmar a hipótese (H1) que esteve na génese desta dissertação, ou seja, que o Afeganistão se tem apresentado nas últimas décadas como um Estado falhado, (não existe uma definição consensual) mas sempre se pode caracterizar por não assegurar minimamente os bens e os seus serviços aos seus cidadãos e dominado por inúmeras convulsões sociais, de tipologia e natureza diversa e incapacidade de controlo do território, (aquilo que inversamente é obrigação e garantia de um Estado de Direito) é tudo isto que parece ainda estar a acontecer no Afeganistão. O conceito de fragilidade do estado desenvolveu-se desde o início dos anos noventa (1990) com base na formulação de estado falhado como a situação em que os Estados são incapazes de se manterem a eles próprios como membros da Comunidade Internacional, (Helman and Ratner, 1993).

Esta visão de fragilidade do Estado está também consagrada na definição da OCDE¹²⁶ como um Estado é frágil quando as estruturas estatais apresentam um défice de vontade política e/ou de capacidade de assegurar aos seus cidadãos as funções básicas necessárias à redução da pobreza, ao desenvolvimento e à salvaguarda da segurança e dos direitos humanos das suas populações.

Por outro lado, também tem estado sujeito a várias intervenções externas, a que não é alheio o interesse despertado pela sua localização geo-estratégica como espaço de ligação entre os países da antiga União Soviética, ricos em recursos naturais como gás e petróleo e os países emergentes da Ásia, dos quais se salientam o Paquistão e a Índia, muito dependentes destes recursos.

¹²⁶ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Esta instabilidade quase permanente é, por sua vez, propícia ao aparecimento de grupos terroristas fortemente inspirados no fundamentalismo islâmico que continua a merecer, já, e depois da intervenção militar a maior preocupação e atenção por parte da Sociedade Internacional.

A segunda hipótese (H2) em análise nesta dissertação é a que se refere à problemática do envolvimento da Sociedade Internacional e a medida do sucesso que a mesma conhece no terreno. Ou seja: O Afeganistão continua a ser uma ameaça real à segurança e paz mundiais, e essa é a razão pela qual a Sociedade Internacional parece disposta a investir na estabilização e viabilização deste país através de operações de *“Peace-enforcement”* e *“Peace-building”*.

Não parecem restar dúvidas quanto ao facto de ser sobre este objectivo que as forças da coligação e do governo afegão se centram, mas as incertezas são, ainda, muitas. A partir do momento em que se conheceu pela voz de Barack Obama o calendário de previsão para a retirada do território das forças americanas, as operações de segurança e estabilização que se têm desenvolvido paralelamente, como já se referiu, conheceram um forte incremento.

Duas operações recentes executadas pelo Exército afegão e pelas forças americanas, na fronteira com o Paquistão, contra a rede talibã Haqqani¹²⁷, terminaram com um saldo de quase 200 militantes mortos ou detidos, o que prova de forma inequívoca o esforço que ambas as forças estão a despender na tentativa de reprimir as acções terroristas, procurando a todo o custo debilitar o mais possível a rede existente.

Os esforços no terreno continuam a ser ainda muito significativos e muito parece estar dependente do sucesso da operacionalização das forças armadas afegãs, mas também pela necessidade de uma coesão social, de uma identificação com o poder central e ao termo das clivagens étnicas.

¹²⁷ A Rede Haqqani constitui um grupo terrorista talibã que actua com maior preponderância no leste do Afeganistão.

O Exército Nacional do Afeganistão e a Polícia Nacional Afegã contaram com um aumento muito significativo de soldados e polícias a partir do momento em que o calendário para a retirada foi conhecido, mas também com baixas significativas quer das forças de segurança afegã, como das forças da ISAF, fruto dos constantes atentados que se têm verificado.

A resposta dada na pergunta número quatro na entrevista ao Capitão Lúcio Manuel da Costa Lopes (anexo D), vem confirmar a situação da operacionalização das forças armadas e o trabalho exigente que ainda se tem pela frente uma vez que, quando questionado sobre “Como avalia nesta altura, o grau de organização e preparação das forças de segurança afegãs, tendo em vista o controlo a médio prazo da segurança em todo país?”, a sua resposta foi como se segue:

“Considero que neste momento este é um Exército equipado com meios suficientes para o cumprimento dos objectivos à partida propostos. No entanto ter equipamento não é tudo, *“se damos a cana também temos que ensinar a pescar”*, e é neste aspecto e segundo este conceito que se estão a concentrar grandes esforços. Da experiência que tive e dos testemunhos que ouvi por parte de outros camaradas, posso concluir que estamos no bom caminho, começamos a ver alguma proficiência no desempenho dos militares e unidades do ANA, o Exército está bem estruturado e equipado, no entanto ainda há um longo caminho a percorrer, pois todos os dias surgem novos desafios resultantes da inexperiência dos militares afegãos”.

Por isso considera-se que o esforço da Sociedade Internacional é grande. Mas também é certo que os factos históricos contrariam a perspectiva de uma pacificação do Afeganistão, uma vez que nas últimas décadas todas as tentativas nunca foram mais do que uma miragem. Por esta razão, o esforço das forças no terreno no âmbito da ISAF, para todos os efeitos, acabará por se tornar num gigantesco teste à capacidade de dotar o Afeganistão dos recursos humanos e operacionais capazes de garantir o funcionamento de todas as instituições que compõem um Estado de Direito, já de si uma realidade complexa e, ainda mais, potenciada por constituir uma criação de modelo ocidental – que pouco ou nada tem a ver com a realidade local.

Os sinais no terreno, não são, de todo encorajadores. Nesta altura o grau de insegurança continua a ser elevado em todas as províncias. Até há pouco tempo a capital Cabul, era a

zona na qual o grau de segurança era “aceitável” a nível nacional, mas os recentes ataques de um comando talibã vieram colocar em evidência as fragilidades do processo de estabilização, mesmo na capital.

Assim a hipótese (H2) é a mais difícil de confirmar com um grau de segurança razoável, na medida em que o Afeganistão continua a ser uma ameaça real à segurança e paz mundiais, e essa é a razão pela qual a Sociedade Internacional continua disposta a investir na estabilização e viabilização deste país através de operações de “Peace-enforcement” e “Peace-building”, sobretudo depois de conhecido o calendário de retirada.

Ficam, ainda, nesta altura, muitas dúvidas quanto ao sucesso desta operação que já tem uma década de existência. Fica claro, por outro lado, que o eventual sucesso na pacificação do Afeganistão vai depender muito da reorganização das forças armadas e de segurança e assim como da capacidade de dotá-las de todos os meios humanos e técnicos necessários para poderem responder com eficácia aos naturais desafios que se vão colocar quando se concluir a retirada de todas as forças internacionais no terreno. Mas também da forma como a integração e o equilíbrio entre as várias etnias for feita no seio das forças armadas e de segurança afegãs. Apesar do esforço da Sociedade Internacional para criar as condições para a operacionalização das forças militares e de segurança afegãs, não é evidente qual pode vir a ser o resultado deste esforço nesta altura e por isso a H2 não pode, em nosso entender, confirmar-se.

Um eventual fracasso na concretização da operacionalização das forças afegãs dentro do prazo estabelecido para a retirada das forças internacionais, poderá levar a Sociedade Internacional em geral e os EUA em particular a um adiamento da retirada do terreno. Em 2010 o General David Petraeus ex- comandante da ISAF no Afeganistão e ex-director da CIA afirmava que uma retirada tinha que estar sujeita a condições determinadas pela situação no terreno, no que diz respeito à operacionalização das forças militares e de segurança internas. (expresso.sapo.pt, 2010).

Quanto à hipótese (H3) parece ficar também claro que algumas intervenções para além de pacificar territórios e regiões como parece ser o caso do Afeganistão são também uma via

para potenciar interesses geo-estratégicos de natureza económica, mas tal varia de região para região.

Veja-se o que aconteceu sob a intervenção de forças internacionais ao abrigo de resoluções do Conselho de Segurança da ONU como, por exemplo, através da NATO, na ajuda ao povo Líbio e que levou indirectamente ao derrube do Regime de Kadafi e o que está acontecer na Síria onde a sociedade internacional não tem o mesmo grau de empenhamento na resolução do conflito a que não será alheio o facto de se verificar a ausência de recursos energéticos deste país. Em 26/04/2011, o então Presidente Francês, Nicolas Sarkozy, e o então Primeiro-Ministro Italiano, Sílvio Berlusconi, encontraram-se em Roma e emitiram um comunicado conjunto em que exigiam o fim da repressão na Síria. “Não pode haver dois pesos e duas medidas”, defendeu Sarkozy, ao fazer uma comparação com a situação na Líbia”, (Santos, 2011).

O Afeganistão não é considerado um país com recursos energéticos abundantes, sendo a exploração do ópio, a criminalidade que a ela está associada, quase as únicas fontes de receita. Mas não existem muitas dúvidas quanto ao facto deste país ter uma boa posição estratégica na região onde se insere e por isso parecer reunir condições favoráveis à concentração de poder geo-estratégico de relevância nomeadamente no que se refere aos traçados de oleodutos e gasodutos que convergem para a ligação entre os principais produtores da Ásia Central, com natural destaque para a Rússia e o Casaquistão, em direcção aos mares do sul com vista a abastecer o gigante económico que é a Índia entre outros países da região em fase de grande expansão económica¹²⁸.

Assim, e no caso concreto do Afeganistão, consideramos poder confirmar-se a hipótese 3 (H3), ou seja, que a intervenção da sociedade internacional para além das operações de “Peace-enforcement” e “Peace-building”, é também uma via para potenciar interesses geo-estratégicos de natureza económica, dependendo da pacificação do Afeganistão se consolidar e dela este país poder tirar vantagens que nunca teve.

¹²⁸ Tal como se pode constatar na Figura 5 (deste trabalho) – Estruturas existentes e projetados na bacia do mar cáspio junto à Ásia Central.

A análise SWOT do Afeganistão com a incorporação da varável tempo, elaborada para o período 2011/2020 e, integrada no anexo F, evidencia a encruzilhada em que o Afeganistão e a sociedade internacional se encontram, pelo que o sucesso das operações de segurança e estabilização parece ser determinante para garantir uma posição de sustentabilidade do Afeganistão enquanto Estado de Direito.

A análise SWOT, no que se refere às forças afegãs na perspectiva de uma pacificação, aponta no sentido de que aquelas permitiram ao Afeganistão assumir uma posição de charneira na passagem de gasodutos e oleodutos para abastecer as economias emergentes do Paquistão e da Índia para além de, conseqüentemente, permitir contar com uma melhoria das condições de vida da sua população.

Quanto às suas fraquezas o mosaico étnico, as divergências tribais, as frágeis estruturas administrativas, militares e de segurança, bem como a dificuldade de separação entre o Estado e a religião constituem um problema complexo para o Afeganistão.

Ainda na mesma análise das oportunidades, e em caso de pacificação, o Afeganistão possui uma posição geográfica privilegiada que lhe permitirá garantir o fornecimento de gás e petróleo às economias emergentes dos países banhados pelo Oceano Índico. Esta pacificação pode permitir ao Afeganistão passar a ter um Estado forte e, desta forma, responder com um golpe rude e potencialmente “certo” nas aspirações dos grupos terroristas no que se refere às pretensões destes continuarem a provocar atentados no território afegão e, também, noutras zonas do globo.

Quanto às ameaças no âmbito da mesma análise, o eventual falhanço da missão da ISAF estaria associada a um risco efectivo de degradação que acentuaria ainda mais as clivagens étnicas e o conseqüente aumento da instabilidade na zona de fronteira com o Paquistão. Outra ameaça é a manutenção de campos de treino de terroristas da Al-Qaeda e outras organizações congéneres.

No que se refere à participação portuguesa nas operações de segurança no Afeganistão, procurou-se fazer uma abordagem em contexto temporal diferente (pelos dados apresentados) para se tentar provar que a participação portuguesa no Afeganistão, a milhares de quilómetros de distância, insere-se nesta estratégia de disponibilidade que

parece ser permanente para que Portugal possa estar presente em múltiplos teatros de operações à escala mundial.

Depois de analisar os vários programas de governo dos últimos vinte cinco anos em matéria respeitante à política externa no domínio das operações de segurança e estabilização, consideramos que se confirma a hipótese 4 (H4), ou seja: sendo Portugal um país com uma reduzida capacidade de influência geo-estratégica no contexto mundial, as suas motivações para uma disponibilidade e participação permanente em operações de segurança e de paz em vários cenários parecem assentar na opção por uma via destinada a impedir o seu “desaparecimento” da cena política internacional, tendo por base a nossa reduzida dimensão territorial e influência geoestratégica no mundo, sobretudo quando comparadas com a posição que já possuímos no passado.

Portugal tem assumido as suas responsabilidades de forma activa enquanto membro das principais organizações internacionais de que faz parte, nomeadamente na ONU, UE, NATO e OSCE. Esta assunção de responsabilidades tem merecido um apoio por parte das três maiores forças políticas do arco da governação, que têm assumido uma posição favorável à participação de Portugal nestas organizações, expressa genericamente nos respectivos programas de governo.

Esta constatação, parece ter constituído (designadamente nos últimos vinte cinco anos), um factor de unidade entre as três principais forças políticas em Portugal (PSD, PS e CDS), tendo por base a análise das orientações da política externa portuguesa contidas nos respectivos Programas de Governo, desde 1987. Assim, aqueles documentos demonstram a existência de uma clara sintonia nesta matéria, apresentando-se como um factor de coesão que tem fortalecido externamente a posição de Portugal no contexto das principais organizações internacionais de que fazemos parte.

Durante anos Portugal esteve envolvido na batalha diplomática pela causa Timorense, facto que criou na nossa diplomacia externa uma imagem de determinação que acabou por dar resultados anos mais tarde.

O nosso envolvimento sistemático em operações de segurança e estabilização em vários conflitos regionais terá, igualmente, contribuído para um reconhecimento e respeito

internacionais que acabaram por jogar a nosso favor quando mais tarde a Sociedade Internacional se pronunciou a favor da auscultação da vontade do povo Timorense, o que terá sido percebido como uma vitória da diplomacia portuguesa.

Portugal parece ter desempenhado, assim, e neste processo em particular, um papel significativo no domínio da diplomacia na cena internacional, embora com o apoio inequívoco da União Europeia, mas também decorrente de um peso diplomático que Portugal foi granjeando junto das Nações Unidas.

Neste sentido, as palavras do Senhor Presidente da República Portuguesa na visita efectuada a Díli, em 2012, na sua intervenção no Parlamento Nacional de Timor-Leste, confirmou esta determinação: “A grandeza das nações não é função do tamanho ou da riqueza dos seus recursos, mas dos valores vividos e interpretados pelo seu povo. Parecendo a muitos que estavam isolados, a verdade é que os timorenses nunca estiveram sós. Portugal inteiro uniu-se a Timor, numa sintonia ímpar entre dois Povos, tão distantes geograficamente, mas irmanados numa mesma causa.

Neste duro trajeto, Portugal nunca se cansou de defender a causa timorense, elevando a voz por Timor em todos os centros de decisão internacional em que participávamos e também no quadro bilateral.

A defesa desta causa verdadeiramente nacional constituía, no fundo, uma expressão eloquente do posicionamento do meu país como defensor intransigente dos Direitos Humanos” (Presidência da República Portuguesa, 2012)¹²⁹.

Por fim, a nosso ver, há um outro factor a considerar e que se relaciona com a projecção de Portugal e da sua imagem através de algumas das suas figuras públicas mais destacadas que têm vindo a desempenhar papéis e funções de relevo em várias organizações.

Este facto poderá constituir um capital de influência como, por exemplo, o facto de sermos vistos como bons interlocutores em várias regiões do mundo: somos, a nível internacional,

¹²⁹ Discurso do Presidente da República Portuguesa perante o Parlamento Nacional de Timor-Leste em Díli, Timor-Leste a 21 de Maio de 2012.

considerados como um povo com características muito próprias, propícias à mediação de conflitos em várias partes do mundo.

Confirma-se, em nosso entender e desta forma a hipótese 4 (H4), uma vez que Portugal apesar da sua reduzida dimensão e capacidade geo-estratégica, parece estar empenhado em ter um papel muito activo junto das organizações internacionais, muito para além daquilo que lhe poderia ser exigido, tendo em conta as suas múltiplas limitações e, em particular, a crise económica que tem vindo a atravessar desde 2008. As missões em que está envolvido e o número de efectivos além-fronteiras, (561 efectivos destacados até 31 de Outubro de 2012, fora do território nacional¹³⁰) parece-nos ser a melhor via para a confirmação da hipótese, tendo por base os resultados atingidos nestes últimos vinte e cinco anos, em que o posicionamento internacional do país se tem afirmado muito acima das melhores expectativas, quer seja na resolução de vários conflitos internacionais onde se destaca em particular o caso de Timor-Leste, ou o prestígio que o País tem granjeado no exercício de mandatos no Conselho de Segurança da ONU, bem como no desempenho de cargos internacionais relevantes.

¹³⁰ Dados constantes nos elementos disponibilizados no anexo I, deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

Academia de Ciências da URSS, (1981). *Afeganistão: O Passado e o Presente*. Redacção: Ciências Sociais Contemporâneas. Moscovo.

ADLER, Alexandre (2009). *O Novo Relatório da CIA – Como Será o Mundo em 2015*. Lisboa: Bizâncio.

ALMEIDA, P. (2012). *“Do Poder do Pequeno Estado”*. Lisboa. ISCSP.

ALMEIDA, P. (1994). *“Ensaio de Geopolítica”*. Lisboa. ISCSP.

ALVES, José Lopes (1971). *Elementos da Geoestratégia*. Pedrouços. Instituto de Altos Estudos Militares.

ALVES, J. (1987). *“Geopolítica e Geoestratégia de Portugal”* – Considerações sobre elementos históricos actuais. Lisboa. Gráfica Europam, Lda.

ALVES, José Luis (2001). *O Afeganistão – No Epicentro do Conflito ou da Estabilidade na Ásia Central*. Informação Internacional. Análise Económica e Política, Vol. 2; DPPRI.

ARANTES, Jr., (2002). *“O conflito de 2001 no Afeganistão e suas implicações para a ordem internacional”*, *Política Externa*, Vol. II, N.º 1, Jun/Jul/Ago 2002: 41-65.

Atlas, National Geographic (2005). Edição Portuguesa, RBA Coleccionables, S.A. Espanha, p. 60,61.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2008). *Globalização e Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. Ed. do Autor, Policopiado, Lisboa, Maio.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2011). *A Matriz do Poder – Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização no Mundo Contemporâneo*. Lisboa. Edições MGI.

BALÃO, Sandra Maria Rodrigues (2001). *A Fórmula do Poder*. Lisboa: ISCSP.

BEAUFRE, André (2004). *“Introdução à Estratégia”*. Lisboa. Edições Sílabo.

- BEAUFRE, André (1998). *“Introduction à la Stratégie”*. Paris. Hachette Littératures..
- BLANC, Florent (2001). *Bin Laden e a América – o que faltava explicar*. Lisboa. Biblioteca das Ideias.
- BRANCO, C. & GARCIA, F. & PEREIRA, C.- Direcção: Moreira, A. (2010). *Portugal e as Operações de Paz – Uma Visão Multidimensional*. Lisboa. Edições Prefácio. Fundação Mário Soares.
- BRITO, José (2005). Cadernos Navais – *“As Forças Armadas e o Terrorismo. Grupo de Estudo e Reflexão de Estratégia”*. Lisboa. Edições Culturais da Marinha.
- CAMARA, P. & GUERRA, P. & RODRIGUES, J. (2007). *“NOVO HUMANATOR”* – Recursos Humanos e Sucesso Empresarial. Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- CAMERON, Rondo (2000). *História Económica do Mundo*. Publicações Europa América.
- CARMO, António (2001). *Antropologia das Religiões*. Universidade Aberta.
- CÉLÉRIER, P. (1969). *Geopolitique et Geostratégie*. Paris. Que Sais – J E. PUF.
- COHEN, Saul Bernard (1980). «*Geografia y Política en un Mundo dividido*». Ediciones ejército. 1.º capítulo. Madrid.
- COSTA, Helder (2003). *“O Martírio no Islão”*. Lisboa. ISCSP.
- COUTEAU - BÉGARIE, Hervé (1999). *“Traité de Stratégie”*. 2^{ème} Édition. Paris. Economia.
- COUTO, Abel (1988). *“Elementos de Estratégia”*, Vol. I. Lisboa. Instituto de Altos Estudos Militares;
- CRISTO, R. (2010). *“O Conflito Índia-Paquistão”*. Dissertação – Policopiado, pág. 129. I.S.C.S.P.
- DIAS, C. (2011). *“Conceitos, Modelo de Análise de Dinâmicas Regionais e CPLP”*. Revista Geopolítica, n²⁴, 94-103.

Ejército Español, (2003). Manual de Área – “Afeganistán – Contingente Español”: Ministerio de Defensa 5ª Edición, Diciembre, Madrid.

ESCARAMEIA, Paula (2001). *O que é a Autodeterminação?*, Reflexões sobre Temas do Direito Internacional, Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional, Lisboa, ISCSP.

FERRO, Mónica (2005). *Construção de Estados – Administrações Internacionais das Nações Unidas*. Lisboa: ISCSP.

GASPAR, C., (2002). *Teoria das Alianças*, Política Internacional, Vol. 3, Nº 24: 41-56. Instituto Português de Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa.

GODET, Michel, (1993). *Manual de Prospectiva Estratégica*. Lisboa. Publicações D. Quixote.

GONÇALVES, Sara (2011). “O Estado Falhado enquanto Espaço de Edificação do Crime Organizado Transnacional – o Caso da Guiné Bissau”. Dissertação de Mestrado em Estratégia. UTL-ISCSP. Lisboa.

GRAÇA, P. B. (2009). *História do Presente e Intelligence nas Relações Internacionais*. Lisboa: ISCSP.

HASSIN, M. (2003). *O Afeganistão Secreto – Como o Antigo Centro do Mundo Influenciou a História*. Lisboa: Editorial Estampa, Lda.

KISSINGER, Henry (1996). *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda.

KRISTOF, L. K. D. (1960). “The Origins and Evolution of Geopolitics”, in The Journal Of Conflict Resolution, Vol. IV, Nº1, 15-49.

LARA, A. S. (2009). *Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP 5ª edição.

Larousse – *Enciclopédia Moderna*, (2009).

MAGNOLI, Demétrio, (2004). *Relações internacionais: teoria e história*. São Paulo: Saraiva, 2004, cap. 19.

MAGNOLI, Demétrio (2008). **O mundo Contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2008, cap. 17.

MALTEZ, José Adelino (1991). **Ensaio Sobre o Problema do Estado** – Da Razão de Estado ao Estado-Razão. Tomo II. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

MALTEZ, José Adelino (1993). **O Imperial Comunismo**. Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

MARSDEN, P. (2002). **Os Talibã – Guerra e Religião no Afeganistão**. Lisboa. Instituto Piaget.

MENDES, Nuno Canas. (2008). **História e Conjuntura nas Relações Internacionais**. Lisboa: ISCSP.

Moderna **Enciclopédia Universal**, (1986).

MONTEIRO, J. A. Pereira. (2003). **Poder e Obediência uma Teoria do Consentimento**. Lisboa: ISCSP.

MOREIRA, Adriano. (1996). **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra. Almedina.

MOREIRA, Adriano (1984). **Ciência Política**. Coimbra: Almedina.

MOREIRA, C. Diogo. (1994). **Planeamento e Estratégias da Investigação Social**. Lisboa: ISCSP.

NOJUMI, N. (2002). **O Tempo dos Talibã**. Lisboa. Publicações Europa- América.

PEREIRA, Carlos Santos (2005). **Guerras da Informação – Militares e Media em Cenários de Crise**. Lisboa. Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Lda.

“Programa do XIII Governo Constitucional”, (1996). Lisboa. Assembleia da República.

RASHID, A. (2001). **Os Talibãs – O Islão, o Petróleo e o Novo Grande Jogo na Asia Central**. Lisboa. 1ª Edição - Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros, Lda.

RIBEIRO, António Silva (2009). **“O Essencial ao Processo Estratégico - Teoria Geral da Estratégia”**. Coimbra. Edições Almedina.

RODRIGUES, M. U. (1983). *Polónia e Afeganistão – o cerco imperialista e a contra informação*. Lisboa: Editorial Caminho.

SAGEMAN, M. (2008). “A Próxima geração do Terror”. *Foreign Policy*, Nº44, P. 31-38.

SILVA, Teresa (2008). Wahhadismo: *Contribuição para a Análise do Fundamentalismo Saudita*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Relações Internacionais. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SILVA, Teresa (2010). *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*. Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

VERISSIMO, G. (2013). “*Elementos de Geopolítica e Geoestratégia*”. Edições Ler Devagar.

“XII Governo, o primeiro ano” (1993). Lisboa. Presidência do Conselho de Ministros. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, E.P.

YONAH A. & Milton H. (2001). *Edição de Transnational Publishers*, 1ª edição. Nova Iorque.

YOUNGS, R (2010). *Europe’s Decline and Fall – The struggle Against Global Irrelevance*. Londres. Profile Books.

Webgrafia:

© 2006 Comunidade Islâmica de Lisboa. (14 Nov 2011).

© 2011 LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (27 Jun 2011).

AMORIM, A. (2008). “*A Globalização do Radicalismo Islâmico – Um Estudo de Caso da Al-Qaeda Sob a Luz do Choque de Civilizações*”. Dissertação de Mestrado. Instituto de Relações Internacionais – IREL – Universidade de Brasília – UNB, Brasília. (On Line). Disponível: www.repositorio.bce.unb.br. (9/11/2012).

BATISTA, P. (2006). Afeganistão – “*Uma Análise Geopolítica: Reflexões sobre as questões da Paz e da Guerra*”. (On Line). Disponível: www.revistamilitar.pt (23 de Dez de 2011).

COGGIOLA, O. (2007). **“Islão histórico e islamismo Político”** – (On Line). Disponível: www.insrolux.org/textos07/islamismocoggiola (12 Nov 2011).

comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/.../NeD78_RaulFrancoisMartins.p... (23 Set 2014).

CONSORTE, R.(2007). **“Cooperação Internacional à Repressão e Combate ao Terrorismo”**. (OnLine). Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revistajuridic/index.htm (30 Nov 2001).

DIAS, C. (2001). **“Guerra, fome e fanatismo transformam a vida no Afeganistão em uma tragédia medieval”**. (On Line). Disponível: www.veja.com.br (16 Dez 2011).

HELMAN, Gerald B. et RATNER, Steven R. (1993), Saving Failed State. *Foreign Policy*, 89 Winter, 1992-1993. (OnLine). Disponível: http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/21/saving_failed_states. (22 Julho 2014).

<http://aeiou.expresso.pt/afeganistao>. (8 Dez 2011).

<http://archives.nouvelobs.com>. (10 Dez 2011).

[http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Final DP 20090608032009](http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Final_DP_20090608032009) (5 Julho 2012).

<http://whc.unesco.org/en/list/208>. (28/12/2012).

<http://www.afghan-web.com/bios/yest/asmaood.html> (25 Dez. 2012).

<http://www.afghan-web.com/search/> (27 Dez 2012).

<https://www.cia.gov/> (27 Dez 2012).

<http://geopoliticadopetroleo.wordpress.com> (23 Nov. 2011).

<http://www.house.gov/>. (9 Dez 2011).

PINTO, M. Céu. (2007). **“As Madrassas do Paquistão”**. (On Line). Disponível: janusonline.pt/. (27/03/2014).

KELLERHALS, M. (2011). **“Relatório do Pentágono revela avanço concreto na segurança do Afeganistão”**. (On Line). Disponível: iipdigital.usembassy.gov/st/. (10 Nov 2011).

Le Nouvel Observateur; <http://permanent.nouvelobs.com> (6 Nov 2011).

narotadaseda.weebly.com. (23 Março 2014).

OSTERMAN, C. & Westad, A. (2002). **“O KGB no Afeganistão”**. (On Line). Disponível: <http://cryptome.org/kgb-afghan.htm>. (15 Dez 2011).

OCDE (2008). **Princípios para uma Intervenção Internacional eficaz em Estados Frágeis e em Situações de Fragilidade**. Paris. (On Line) OCDE. Disponível: <http://www.oecd.org/dac/fragilestates>>. (11 Setembro 2014).

pt.euronews.com (15 Dez 2012), (23 Nov. 2011).

RODRIGUES, D. (2011). ***As forças Armadas Portuguesas no Afeganistão***. Instituto de Defesa Nacional – Nação e Defesa, (130), 131-155. (On Line). Disponível: www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD130.

SAGEMAN, M.(2008). **“Leader Jihad Terror Networks in the Twenty-First Century”** (Philadelphia; University of Pennsylvania Press, 2008). (On Line). Disponível: www.meforum.org/2428/leaderless-jihad (11 Dez. 2012).

SAMPAIO, F. (2004). **“Escola superior de geopolítica e estratégia - Notas sobre o Fundamentalismo Islâmico”**. (On Line). Disponível: www.defesenet.com.br (30 Nov 2011).

SANTOS, Isabel Gorjão (2011), “Líderes Europeus defendem “fortes medidas” para travar a repressão na Síria”, in **Público**, Edição de 26.04, in www.publico.pt/. (22 Julho 2014).

SCALÁERCIO, M. (2010). **“Os Filhos da Jihad”**. (On (Line). Disponível: pt.scribd.com/gmonteiro_16/d/72320926. (20 Jan 2012).

SOUSA, F. (2011). **“A Participação de Portugal nas Operações de Paz e a Segurança Nacional”**. Dissertação. (On Line). Disponível: www.revistamilitar.pt/modules/articles/article. (16 Nov 2011).

SOUTO, E. & GALVÃO, D. (2010). **“A actuação da OTAN diante da crise regional do Afeganistão após o atentado ao World Trade Center em 2001”**. In: âmbito Jurídico Rio Grande, 76. (On Line). Disponível: <http://www.ambitojuridico.com.br>. (19 Dez 2011). the-rioblog.blogspot.com/.../historia-dos-budas-de-bamiyan-um.html.(23/02/2012).

TSF.pt .(10 Nov 2011).

www.afghanland.com/history/najib.html. (27 Dez. 2012).

www.afp.com (On Line). (12 Dez 2011).

www.bbc.co.uk (12 Dez 2011).

www.brasil-cs-onu.org.br. (12 DEZ 2011).

www.cepese.pt/.../peacekeeping.../Dimensoes-criticas-do-peacekeeping (27/03/2014).

www.defence.pk/.../pakistan.../551-isi-pakistan-i. (27 Dez. 2012).

www.dpp.pt/Lists/.../Attachments/1191/infor_inter_2001_II_VII.pdf (14 Dez. 2011).

www.economist.com - The Economist – “Kiling in the name of Islam” (4 Julho 2012).

www.emgfa.pt/. (1 Dez 2011)

www.fas.org/man/dod-101/sys/land/stinger.htm. (27 Dez. 2012).

www.globalsecurity.org (23 Nov 2011).

www.insightinteligencia.com.br (7 Dez 2012).

<http://www.isaf.nato.int/history.html>. (14 Nov 2012).

www.jornaldefesa.com.pt . (16 Nov 2001).

www.mdn.gov.pt/. (27 Nov 2011).

www.nato.int/ .(1 Dez 2011).

www.portugal.gov.pt/governo. (15 Dez. 2012).

www.presidencia.pt/. (22 Julho 2014).

www.publico.pt/. (22 Julho 2014).

ww.renegenon.net (26 Dez. 2012).

www.revista-artilharia.net/index (26 Dez. 2012).

www.stratfor.com. (30 Out 2011).

www.un.org/.(25 Nov 2011).

www.un.org/en.(23 Março 2014).

www.un.org/Docs/sc/. (1 Dez 2011).

www.unric.org/pt/informacao. (20 Nov 2011).

www.veja.abril.com.br/infográficos (12 Dez 2012).

www.youtube.com/watch?v=V2KPdNC8L6g (12 Dez 2012).

ANEXOS

ANEXO A - E-mail enviado ao Chefe de Estado Maior do Exército Português

Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército

Tomo a liberdade de enviar este e-mail, o meu nome é Carlos Manuel Bonifácio, sou mestrando em Estratégia no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, estou a preparar a minha dissertação sobre a " Geo-estratégia do Afeganistão e as Operações de Segurança e Estabilização (2001-2010).

No âmbito da preparação da minha dissertação, ando nesta altura a recolher o máximo de informação sobre o Afeganistão, nomeadamente (fotos, literatura local e testemunhos, experiências) com o objectivo de melhor compreender este País.

Necessitava ainda para a minha dissertação a realização de uma entrevista que pudesse ser incluída na dissertação, com um militar que conhecesse o terreno.

Ora já fiz um contacto com o Capitão Lúcio Lopes que recentemente regressou do Afeganistão, mas que me informou que para obter o seu depoimento era necessário solicitar uma autorização por parte da instituição militar. Neste sentido venho solicitar informações de que forma devo solicitar esta autorização e a quem me devo dirigir e que documentos devo apresentar para fundamentar este meu pedido.

Mais quero referir que este trabalho é estritamente académico e visa a obtenção do grau de mestre em Estratégia.

Para os devidos efeitos junto envio documento do Instituto e projecto de dissertação.

Fico a aguardar com expectativa, uma informação de como proceder para obter desta autorização de entrevista ao Sr. Capitão Lúcio Lopes.

Com os melhores cumprimentos

Carlos Manuel Bonifácio

11/06/2011

**ANEXO B - E-mail recebido do Chefe da Repartição de Comunicação,
Relações Públicas e Protocolo do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do
Exército**

Exmº Sr Carlos Bonifácio

Relativamente ao seu e-mail de 11 de Junho de 2011, serve o presente para informar que por despacho de S. Exª o General Chefe do Estado-Maior do Exército de 14-06-11, a entrevista foi autorizada.

Para o efeito deve contactar o Capitão Lúcio Lopes, do Regimento de Artilharia Nº 5.

Com os melhores cumprimentos,

Jorge Manuel Guerreiro Gonçalves Pedro

Tenente-Coronel

Chefe da Repartição de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército.

20/6/2011

ANEXO C - Guião de entrevista sobre a Operação de Segurança e Estabilização no Afeganistão no âmbito da Força Internacional de Segurança à Assistência (ISAF)

Ficha técnica do militar entrevistado

Nome: Lúcio Manuel da Costa Lopes

Posto: Capitão

Função: **Em Portugal:** Comandante da Primeira Companhia de Formação/ Batalhão de Formação/ Regimento de Artilharia Nº 5, em acumulação com Adjunto do Oficial de Operações do RA 5

No Afeganistão: Mentor NTMA-CJ4 no Logistic Command

Pretende-se com esta entrevista ter uma ideia mais aproximada da realidade no terreno, no primeiro semestre de 2011.

A entrevista permite ter um conjunto de informações para um melhor entendimento do grau de preparação dos militares, das operações no terreno e da imagem aproximada de projeção dos militares portugueses junto das populações locais.

- 1. Qual é a sua experiência em operações de paz, segurança e assistência?**
- 2. Qual é o tipo de preparação que um militar necessita para enfrentar uma operação de segurança e assistência como aquele que se vive no Afeganistão?**
- 3. De que forma, se pode caracterizar a actuação das forças insurgentes no território afegão e qual é o grau de ameaça na área de acção das forças militares portuguesas?**

4. Como avalia nesta altura, o grau de organização e preparação das forças de segurança afegãs, tendo em vista o controlo a médio prazo da segurança em todo país?

5. No âmbito da ISAF, qual é a função do seu batalhão no Afeganistão?

6. Descreva de forma sucinta, o dia-a-dia de actuação das forças portuguesas no terreno para manutenção da ordem e segurança?

7. Qual é o grau de aceitação das tropas portuguesas junto das populações afegãs?

8. Existe alguma imagem ou ideia que a população afegã tem em relação a Portugal?

ANEXO D - Entrevista sobre a Operação de Segurança e Estabilização no Afeganistão no âmbito da Força Internacional de Segurança à Assistência (ISAF)

Ficha técnica do militar entrevistado

Nome: Lúcio Manuel da Costa Lopes

Posto: Capitão

Função: **Em Portugal:** Comandante da Primeira Companhia de Formação/ Batalhão de Formação/ Regimento de Artilharia Nº 5, em acumulação com Adjunto do Oficial de Operações do RA 5

No Afeganistão: Mentor NTMA-CJ4 no Logistic Command

1. Qual é a sua experiência em operações de paz, segurança e assistência?

A minha experiência em Forças Nacionais Destacadas (FND) resume-se a dois Teatros de Operações (TO). O primeiro em 2008/2009, no Kosovo. Aqui desempenhei as funções de 2º Comandante da Companhia ALFA/KTM/KFOR. As minhas funções e responsabilidades passavam por garantir o apoio administrativo e logístico proporcional à KTM¹³¹. Já este ano, fui projectado para o TO no Afeganistão, onde integrei uma equipa de 10 formadores portugueses, com o objectivo de garantir formação na área da Logística. Desta forma, e já no TO, fui colocado numa equipa de 12 formadores (sendo estes 5 do USAF (United States Air Force), 4 do US Army e 3 militares do Exército Português), equipa esta pertencente ao NTMA¹³²-CJ4 no Logistic Support Operation Center (LSOC)/Logistic Command (LogCom). Exercia as funções de “Advisor/Mentor” no Distribution & Operations e no Plans & Policy (órgãos pertencentes ao LSOC) juntamente com um capitão do US Army. O nosso trabalho focava-se em dois aspectos fundamentais:

¹³¹ Kosovo *Tactical Manover* – reserva táctica do Comandante da KFOR. Era uma força de escalão Batalhão com capacidade de actuar no mais vasto tipo de operações, com elevada prontidão operacional e capazes de serem projectados por meios aéreos e terrestres, de dia e de noite, composta na sua totalidade por militares portugueses. Actualmente esta mesma força é constituída por duas companhias de manobra e um Módulo de apoio e é composta por militares portugueses e húngaros.

¹³² Nato *Training Mission Afeganistan*

- Monitorizar todo o processo das Push Letter¹³³ (PL);
- Desconflitar problemas que surjam ao nível do processo/fluxo das PL bem como aconselhar e apoiar os militares do Afghan National Army (ANA) no que for solicitado por parte.

Assumia também, as funções de oficial de ligação entre o LSOC e o Contingente Português, por forma a promover a resolução dos problemas logísticos levantados pelos mentores e formadores portugueses nas respectivas unidades.

2. Qual é o tipo de preparação que um militar necessita para enfrentar uma operação de segurança e assistência como aquele que se vive no Afeganistão?

Quando se pensa em projectar uma força para um determinado Teatro de Operações, é imperativo que se faça um estudo exaustivo de alguns factores e variáveis do Teatro em questão, tais como: missão a cumprir, nível da ameaça, forma de actuação da ameaça/força opositora, condições atmosféricas, terreno, etc. Desta forma, toda a fase de aprontamento de uma força, visa dar uma preparação adequada à realidade que se vai encontrar. Assim sendo e tendo em conta o TO do Afeganistão o aprontamento englobou treino específico e diversas acções de formação, estando divididos em duas grandes áreas: o aprontamento em Território Nacional (TN) e o aprontamento no TO, da responsabilidade da ISAF (International Security Assistance Force). O aprontamento em TN foi constituído pelas seguintes fases:

Fase I

Nivelamento. Onde o objectivo é adquirir competências técnicas individuais.

Fase II

Treino colectivo. Adquirir competências específicas.

Fase III

Treino orientado para a missão. Adquirir competências específicas enquanto mentores, formadores ou instrutores.

Fase IV

¹³³ PL – é um modelo de requisição de equipamento com vista a garantir o seu fornecimento às unidades carenciadas. Este modelo de requisição de equipamento foi criado especificamente para este Teatro de Operações.

Treino Conjunto. Que engloba uma serie de acções de formação e palestras com o objectivo de transmitir uma imagem o mais real possível do TO, nomeadamente nas áreas da situação geográfica, social, económica, politica e militar. Realizou-se um trabalho de preparação de Técnicas Tácticas e Procedimentos (TTP), quer de carácter geral para a força, como mais restrito e adaptado às actividades que cada uma das capacidades iria desenvolver no TO.

Fase V

Preparação da projecção para o TO

Fase VI

Teve lugar no TO, constituído pelo Induction Package / Validação e Certificação.

3. De que forma, se pode caracterizar a actuação das forças insurgentes no território afegão e qual é o grau de ameaça na área de acção das forças militares portuguesas?

A guerra no Afeganistão é uma guerra de insurgência¹³⁴, onde o terrorismo é a principal forma de actuação dos insurgentes. Usam as mais variadas técnicas para levarem a cabo os seus objectivos. As formas mais comuns usam explosivos improvisados de fabrico manual:

IED - Improvised Explosive Device

RCIED – Radio Controlled Improvised Explosive Device

VOIED - Victim Operated Improvised Explosive Device

VBIED – Veicle Bomb Improvised Explosive Device

Suicide bombers

Outros...

Estas formas de ataque são empregues de forma isolada ou combinados com outra acção (ataque complexo, emboscada, rapto etc..) utilizando armamento ligeiro. Sabe-se também que as forças insurgentes ainda não possuem meios aéreos nem meios antiaéreos.

¹³⁴ Tipo de guerra praticada pelo oponente mais fraco, quando este vê que não tem potencial para fazer uma guerra convencional. Este tipo de guerra é sempre vista pelo oponente mais forte como uma forma ilícita de fazer a guerra, enquanto que para o oponente mais fraco é mais uma forma de fazer guerra. internacionalizese.blogspot.com.

O contingente nacional encontra-se a operar na região de Cabul. Esta é talvez a única região do Afeganistão que é totalmente controlada pela ISAF e assim sendo as formas de actuação por parte dos insurgentes é o terrorismo. Mesmo com fortes medidas de segurança, regista-se um número considerável de incidentes e baixas tanto nas forças militares como em civis.

4. Como avalia nesta altura, o grau de organização e preparação das forças de segurança afegãs, tendo em vista o controlo a médio prazo da segurança em todo país?

Nesta fase, existe um grande empenhamento por parte da NATO, em transitar para a ANA a responsabilidade de garantirem a sua própria segurança e a do seu povo. Para tal foi feito um forte investimento em equipamento e armamento com vista a equipar o Exército afegão. Considero que neste momento este é um Exército equipado com meios suficientes para o cumprimento dos objectivos à partida propostos. No entanto ter equipamento não é tudo, *“se damos a cana também temos que ensinar a pescar”*, e é neste aspecto e segundo este conceito que se estão a concentrar grandes esforços. Da experiência que tive e dos testemunhos que ouvi por parte de outros camaradas, posso concluir que estamos no bom caminho, começamos a ver alguma proficiência no desempenho dos militares e unidades do ANA, o Exército está bem estruturado e equipado, no entanto ainda há um longo caminho a percorrer, pois todos os dias surgem novos desafios resultantes da inexperiência dos militares afegãos.

5. No âmbito da ISAF, qual é a função do seu batalhão no Afeganistão?

Batalhão não é o termo correcto para designar a força portuguesa no Afeganistão. Neste momento encontra-se neste TO uma força intitulada por Contingente Nacional (CN), composta por várias capacidades:

- OMLT-D¹³⁵
- OMLT-G¹³⁶
- Equipas de formadores/instrutores do NTM-A
- Célula de Informações Militares

¹³⁵ Operational Mentor and Liaison Team de Divisão

¹³⁶ Operational Mentor and Liaison Team de Guarnição

- Módulo de apoio:
 - Força de Protecção (uma Companhia composta por tropas dos Comandos e Fuzileiros)
 - Secções de apoio logístico e administrativo

A contribuição portuguesa no Afeganistão (exceptuando os militares que ocupam cargos no comando da ISAF), é quase na sua totalidade contribuir com equipas preparadas e equipadas com um único objectivo, garantir a formação de militares afegãos nas mais diversificadas áreas. Toda a força portuguesa está articulada e vive em função das actividades dos formadores e mentores, por forma a garantir que estas mesmas equipas cumpram a missão para a qual foram incumbidas.

No meu caso específico, integrava as equipas de formadores/instrutores no NTMA-CJ4, que visam dar formação na área da logística.

6. Descreva de forma sucinta, o dia-a-dia de actuação das forças portuguesas no terreno para manutenção da ordem e segurança?

As forças portuguesas da forma como estão estruturadas actuam diariamente de forma quase independente. Cada uma das capacidades tem uma função muito específica, nomeadamente:

OMLT-D.

É uma equipa de comando de Coronel composta por 18 militares. Tem por missão assessorar o Estado Maior da Kabul Capital Division (KCD)¹³⁷.

OMLT-G

É uma equipa de comando de Tenente Coronel e composta por 11 militares. Tem por missão treinar, ensinar e mentorar a unidade de Guarnição (Garrison Support Unit – GSU) de Pol-e-Charki¹³⁸, por forma a contribuir para o seu melhor desenvolvimento.

¹³⁷ É uma unidade de escalão Divisão sediada em Cabul

¹³⁸ Nome de um aquartelamento no interior do Cabul Military Training Center (KMTC), localizado na periferia de Cabul

Equipas de formadores/instrutores que integram o NTM-A:

Formadores do KMTC - equipa de comando de Capitão e composta por 10 militares, cuja missão era assessorar/instruir os formadores afegãos que formavam os recrutas do ANA.

Mobile Education Training Team (METT) – equipa de comando de Tenente Coronel e composta por 10 militares, cuja missão é educar, treinar e mentorar as METT do ANA nas áreas de transportes, reabastecimentos e manutenção.

Formadores do CJ4 – equipa de comando de Tenente Coronel e composta por 10 militares, cuja missão é mentorar os mais diversos órgãos do Logistic Command.

Kabul Air Corps Training Center (KACTC) – equipa de comando de Tenente Coronel, composta por 10 militares, cuja missão é erigir, capacitar e modernizar a sua parcela aeronáutica.

Célula de Informações Militares

Não podendo dizer muito sobre este órgão, de uma forma geral, a sua missão é obter informações sobre as forças insurgentes. Esta informação será usada pelos militares portugueses e irá contribuir para o planeamento das acções portuguesas naquele TO.

Módulo de Apoio

Garante todo o apoio administrativo e logístico do Contingente Nacional. A força de protecção tem por missão garantir a segurança de todos os militares do Contingente Nacional, nomeadamente nos diversos deslocamentos que são feitos entre os mais diversos aquartelamentos.

Em suma, pode verificar que a missão do Contingente Nacional não passa por combater a insurgência mas sim contribuir para a formação dos militares da ANA, que no futuro serão os principais responsáveis pela segurança no seu país.

7. Qual é o grau de aceitação das tropas portuguesas junto das populações afegãs?

Tentamos sempre estabelecer uma relação saudável com aquele povo, e tentamos também passar a mensagem de que estamos ali para ajudar. Julgo que esta mensagem é passada com sucesso, e sentimos uma boa aceitação por parte do povo afegão. Este é um povo muito acolhedor, educado e receptivo a novos ideais. Inclusive reconhecem que pese embora o facto de Portugal ser um país pobre, está sempre disposto a ajudar. Vivi inclusive uma situação que me comoveu um pouco, em que um General afegão referiu, que para eles tinha mais valor um Euro dado por Portugal do que milhões de Euros dados por alguns países em particular.

8. Existe alguma imagem ou ideia que a população afegã tem em relação a Portugal?

Como já referi na questão anterior, aos olhos dos afegãos, Portugal é visto como um país pobre e povoado por um povo humilde e bondoso. No entanto, uma grande percentagem da população (baixa escolaridade/mais ignorante), não sabem, onde Portugal fica geograficamente, outros desconhecem a sua existência. O meu intérprete, inclusive, questionou-me se Portugal estava em guerra. Quando eu respondi que não, ele perguntou-me, “então porque estão vocês aqui a ajudarem-nos?”. Esta afirmação deixou-me a pensar um pouco de como este povo vê a guerra e a paz. Revela que desconhecem por completo o conceito e os valores que a NATO defende.

ANEXO E - Segurança Regional ou Global



Dr. Luis Lórvão

Deparo-me numa edição recente da revista “Nação e Defesa”, editada pelo Instituto de Defesa Nacional, com uma lista organizada dos Estados que se confrontam ou confrontaram com crises mais ou menos duradouras: Afeganistão, Iraque, Palestina, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Geórgia, Chechénia, Líbia, Egipto, Tunísia, Síria, Congo, Zimbabué, Serra Leoa, Uganda, Ruanda e México.

Na semana que escrevo, 7 de Dezembro, a atenção do noticiário internacional vai para mais um terrível atentado a uma mesquita de Cabul e para o agravamento da situação na Síria. Ainda no Afeganistão, o relevo dado em Espanha à morte em serviço de um sargento, e também as Forças Portuguesas em missão no exterior se debateram com um incidente de alguma gravidade de que não houve vítimas.

É possível com base num critério livre de atentados ao património e consequências humanas proceder a uma hierarquização das diversas crises respectivamente pelos montantes efectivamente despendidos ou que se deixaram de encaixar bem como pelo número aproximado de vítimas mortais. Ainda assim, ficariam por enunciar outras situações de extrema gravidade como é o desastre humanitário a ocorrer na Somália que obriga a comunidade internacional a intervir na manutenção de dois impressionantes campos de refugiados situados em território queniano, em Kakuma e Daadab, este último com quase 400.000 pessoas.

Outro critério possível de categorização seria o da repercussão mediática de cada uma das situações junto das opiniões públicas de tal forma que, mais do que o número de vítimas, o

que contaria mesmo seria a medida e grandeza da impressão causada no plasma da sensibilidade das sociedades civilizadas. Rapidamente se detectariam efeitos perversos de manipulação dos média ao serviço dos governos ou excessos de criticismo por parte da complexa e nem sempre imaculada arquitectura de poder dos próprios media.

Outro assentaria estreitamente em conceitos de segurança regional ou global, mais ou menos centrados nas fontes de energia e na projecção dos interesses dos grandes actores internacionais. Veja-se o debate actual sobre a intervenção de forças internacionais na Líbia e os argumentos avançados segundo os quais o mesmo não virá a acontecer na Síria.

Felicito pessoalmente o Mestrando Carlos Bonifácio pela escolha particularmente complexa que fez na escolha do tema. Não há maior desafio individual na análise política do que quebrar os clichés, recusar as explicações simples e simplificadas e fazer prova de obstinação e propósito no exercício de pesquisa. Não há ideia mais fútil hoje no mundo académico do que acreditar que há pessoas que sabem tudo, que tudo já foi inventado e dito e que tudo se encontra à distância de um dedo na net.

Das crises do Afeganistão retemos que foi o Vietname da URSS e que é o cemitério dos Impérios. Das motivações da intervenção da comunidade internacional e da sua real ligação aos interesses dominantes dos EUA é quase sempre fácil dissertar.

Explicar a nossa participação nacional no seio das forças internacionais é em si mesmo um exercício que deve ser feito em circunstâncias próprias. Veja-se o relevo mediático dado à operação de salvamento dos pescadores de Caxinas efectuada há dias atrás e da complexidade que também é estabelecer as conexões em termos de meios mecânicos, meios militares, operativos, logísticos e humanos entre a necessária modernização das forças armadas e a disponibilização civil dos meios de emergência e socorro.

Abrir um plano de pesquisa sobre o Afeganistão é tão-somente um pequeno passo à volta do tema infinito da segurança e do tema confluyente do terrorismo. Quem sabe, talvez o futuro nos reserve uma solução menos trágica.

Quanto ao papel da comunidade internacional nos diversos cenários de crise o que é negativamente relevante é o facto das opiniões públicas fazerem prova de crescente

indiferença perante os efeitos dos desastres humanitários e até mesmo em relação ao número de vítimas caídas envergando o uniforme das forças internacionais de intervenção.

Ou seja, os temas e subtemas multiplicam-se a cada aproximação da análise. A tentação é frequentemente grande para reintroduzir valorações éticas e moralistas, como se fosse possível em cada situação optar pela intervenção na melhor crise e não na pior.

Espero ver o Mestrando Carlos Bonifácio outra vez envolvido na investigação académica reconhecendo-lhe pessoalmente o gosto e particular interesse pelas questões complexas das relações internacionais.

Montevideo, 9 de Dezembro de 2011.

Dr. Luís Lorvão

Embaixador de Portugal na República Oriental do Uruguai

ANEXO F - Análise Swot do Afeganistão com a variável tempo 2011/2020

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Com a pacificação do país, à possibilidade de forte crescimento económico numa primeira fase; ▪ A localização geográfica permite no futuro ao Afeganistão ser atravessado pela passagem no seu território de gasodutos e oleodutos para abastecer as economias emergentes do Paquistão e Índia. ▪ Possibilidade de forte investimento externo; ▪ Melhoria das condições básicas de vida da população. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Poucos recursos naturais, conhecidos; ▪ Mosaico étnico e divergências tribais acentuadas; ▪ Fragilidades organizativas das suas forças militares e de segurança; ▪ Estruturas administrativas débeis; ▪ Dificuldade de separação entre Estado e Religião; ▪ Sistemas de justiça, saúde e educação praticamente inexistentes; ▪ Capacidade económica e produtiva muito incipiente.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Afeganistão possui uma posição geográfica privilegiada no acesso do gás e petróleo às economias do Paquistão e Índia e outros países banhados pelo oceano Indico; ▪ Possibilidade do Estado Afegão negociar numa posição muito favorável, com várias multinacionais onde se destaca a “Unocal” pela passagem no seu território de oleodutos e gasodutos; ▪ O Afeganistão pacificado e com um Estado forte corresponde a um rude golpe nas aspirações dos fundamentalistas e grupos terroristas de continuarem a semelhar o terror em várias regiões do globo; ▪ Possibilidade de afirmação do Afeganistão enquanto nação determinante para o crescimento e desenvolvimento económico da Ásia Central, retomando o papel ancestral do período da “Rota da Seda”. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falhanço da missão da ISAF, em resultado da incapacidade de dotar o Estado Afegão de forças armadas e de segurança para garantir a sua estabilidade e da região; ▪ Risco de degradação social com o acentuar das clivagens étnicas, com repercussões na linha de fronteira do Paquistão; ▪ Ameaça de ressurgimento de campos de treino da Al-Qaeda e de outros grupos terroristas no território afegão em consequência de uma eventual degradação social do País, com consequências mundiais.

ANEXO G - Principais figuras e partidos na guerra civil do Afeganistão (1994 – 2001)



Ahmad Shah Massud (1953-2001) Comandante militar tajique do **Jamiat-e-islami**, conhecido como “leão do Panshir”. Exilado no tempo de Daud, combateu contra os soviéticos e na guerra civil. Foi Ministro da Defesa e liderou a resistência aos talibãs. A 9 de Setembro de 2001 foi alvo de um atentado, aparentemente organizado pela Al-Qaeda, que lhe custou a vida.



Ismail Khan (1946) Comandante tajique aliado de Massud e governador de Herat. É um herói da resistência contra a ocupação soviética. Mais tarde chegou a ser preso pelos Talibãs mas conseguiu fugir.



Gulbuddin Hekmatyar (1947) Comandante Pastun da facção mais importante do **Hezb-e-Islami**. Conhecido pelo radicalismo, foi preso na juventude por assassinar um estudante maoísta. Recebeu ajuda externa na luta contra a URSS. Foi aliado preferencial de Islamabad, mas perdeu o apoio do Paquistão a favor dos talibãs. Foi Primeiro-ministro duas vezes.



Abdul Ali Mazari (1946-1995) Comandante mujahid hazara, liderou a coligação xiita do **Hezb-e-Wahdat**. Controlou o centro do Afeganistão. Morreu após ter sido capturado pelos talibãs.



Abdul Rashid Dostum (1954) Usbeque e líder do **Jumbesh-e-Milli-Islami**, autoritário e impiedoso nas zonas que controlava. É muito popular junto dos uzbeques do norte do Afeganistão. É um general ex-comunista que mudou de lado para ajudar o Mujahideen derrubar o governo russo de Najibullah. Integrou a Frente Unida e o governo interino de Karzai.



Sayed Ahmad Gailani (1932) Pastun, líder dos sufistas e do **Mahaz-e-Milli-Islami**, pequeno grupo mujahidin moderado e pró-monárquico.



Mawlawi Mohammad Yunus Khalis (1919-2006) Líder do Partido Islâmico (Hezbe Islami-Khalis). Desempenhou um papel importante na guerra anti-comunista do Afeganistão. Ter-se-á juntado em 2003 aos talibãs na luta contra as forças norte-americanas.



O Mullah Mohammed Omar (1962) é o líder dos talibãs, movimento radical islâmico do Afeganistão, foi chefe de Estado do País de 1996 a 2001. Também manteve o título de Amir al-Mu'minin ("Comandante dos Fieis"). É procurado pelas autoridades dos Estados Unidos por ter dado guarida a Osama bin Laden e à sua rede Al-Qaeda, nos anos que antecederam e no período durante e imediatamente posterior aos ataques de 11 de Setembro. O seu paradeiro actual é desconhecido.

Fonte: <http://www.afghan-web.com/bios/yest/asmasood.html>

ANEXO H - Nota de Brzezinski para o Presidente Carter, 26 de Dezembro de 1979¹³⁹

...Como lhe mencionei há cerca de uma semana, estamos agora a enfrentar uma crise regional.

Tanto o Irão como o Afeganistão sofrem com a agitação, e o Paquistão está num clima de instabilidade interna e de apreensão externa.

Se os soviéticos tiverem sucesso no Afeganistão, e ...[apagado] o velho sonho de Moscovo de ter um acesso directo ao Oceano Índico terá sido concretizado. Historicamente, os britânicos providenciaram uma barreira a esse objectivo, com o Afeganistão a funcionar como Estado tampão.

Assumimos esse papel em 1945, mas a crise Iraniana levou ao colapso do equilíbrio de poder no Sudoeste Asiático e poderá conduzir à presença soviética até aos golfos Árabe e de Omã. Neste contexto, a intervenção soviética no Afeganistão constitui um importante desafio para nós, tanto a nível interno como a nível externo. Apesar do Afeganistão se poder vir a transformar num Vietname soviético, os efeitos iniciais da intervenção poderão ser-nos desfavoráveis devido às seguintes razões:

Internas:

A – A intervenção soviética é susceptível de estimular os apelos para uma acção militar mais imediata dos EUA no Irão. A “determinação” soviética contrastará com a nossa contenção, que deixará de ser rotulada de prudente para passar a ser crescentemente considerada como tímida;

B – Simultaneamente, a instabilidade regional poderá tornar a resolução da questão iraniana mais difícil para nós, e poderá levar-nos a uma confrontação cara-a-cara com os soviéticos;

C – É provável que os acordos SALT sejam afectados, talvez de forma irreparável, devido à agressividade militar soviética ter sido tão chocante;

D – Genericamente, a nossa abordagem do relacionamento com os soviéticos será atacada tanto à direita como à esquerda.

Internacionais:

A – O Paquistão, a menos que possamos projectar confiança e poder na região, ...[apagado];

B – Com o Irão instável, não existirá uma muralha firme no Sudoeste asiático para travar o avanço soviético para o Oceano Índico;

C – Os Chineses irão por certo perceber que a determinação soviética no Afeganistão e no Camboja não é restringida pelos EUA.

¹³⁹ <http://www.cnn.com/SPECIALS/cold.war/episodes/20/documents/brez.carter/>.

Factores compensatórios

Existirão, por certo, alguns factores favoráveis:

A – A opinião pública mundial poderá sentir-se ultrajada com a intervenção soviética. Os países muçulmanos ficarão preocupados e poderemos estar em posição para explorar isso;

B – Existem já 300 000 refugiados afegãos no Paquistão e podemos acusar os soviéticos de provocarem um sofrimento humano massivo. Este sentimento irá por certo aumentar, e as acções patrocinadas pelos soviéticos no Camboja já se encarregaram de o acentuar.

C – Existirá uma maior atenção entre os nossos aliados para a necessidade de fazer mais pela sua própria defesa.

Um Vietname soviético?

Contudo, não deveremos estar demasiado esperançados em o Afeganistão se transformar num Vietname para os soviéticos:

A – As guerrilhas estão mal organizadas e pobremente dirigidas;

B – Não têm um santuário, um exército organizado e um governo central – tudo o que existia no Vietname do Norte;

C – Têm um apoio internacional limitado, em contraste com a enorme quantidade de armas que os vietnamitas receberam da URSS e da China;

D – É provável que os soviéticos procurem agir decididamente, ao contrário dos EUA, que seguiram no Vietname uma política para controlar o inimigo. Consequentemente, os soviéticos poderão ter capacidade para se afirmar efectivamente e, independentemente das questões morais, na política internacional nada garante melhor o sucesso que o próprio sucesso.

O que está para ser feito?

Seguem-se alguns pensamentos preliminares necessitando de uma discussão mais pormenorizada:

A – É essencial que a resistência afegã continue. Isto significa mais dinheiro e armas para os rebeldes, assim como algum aconselhamento técnico;

B – Para tornar isso possível devemos assegurar o Paquistão e encorajá-lo a apoiar os rebeldes.

Isto requer uma revisão da nossa política para o Paquistão, assegurando-lhe mais garantias e maior apoio militar;

C – Deveríamos encorajar os chineses a também apoiarem os rebeldes;

D – Deveríamos desenvolver, em concertação com os países islâmicos, campanhas de propaganda e de apoio secreto aos rebeldes;

E – Deveríamos informar os soviéticos de que as suas acções estão a colocar em perigo os acordos SALT e irão influenciar a visita de Brown à China, uma vez que os Chineses estarão indubitavelmente mais preocupados com as implicações para eles próprios das

atitudes soviéticas tão perto das suas fronteiras. A menos que digamos que os soviéticos não levarão muito a sério as nossas “manifestações de preocupação”, com o efeito que isso implica nas nossas relações, sem terem alguma vez sido confrontados com a questão de saber se o seu aventureirismo local vale os danos causados a longo prazo nas relações EUA-URSS;

F – Finalmente deveríamos considerar apresentar as acções soviéticas no Afeganistão na ONU como uma ameaça à paz.

ANEXO I – Áreas de Acção da ISAF

Fase 1: Para Norte

Em Dezembro de 2003, A NATO autorizou o então Comandante Supremo Aliado, o General James Jones, a ampliar a área de acção da ISAF, assumindo o comando das mãos do alemão que liderava a Equipa de Reconstrução Provincial (PRT) em Kunduz. No final de Dezembro de 2003, a componente militar da PRT Kunduz foi então colocada sob o comando da ISAF como um projecto-piloto e o primeiro passo para a expansão da missão.

Mais tarde em Junho de 2004, na Cimeira dos Chefes de Estado e de governo da NATO, em Istambul, foi decidido estabelecer as equipas de reconstrução provincial em Mazar-el-Sharif, Meymana, Feyzabad e Baghlan, todas a norte do Afeganistão.

A concretização da execução desta decisão foi concluída em Outubro de 2004, culminando com o fim da primeira fase da expansão da ISAF a norte do Afeganistão, numa zona constituída por nove províncias.

Fase 2: Para Oeste

Em Fevereiro de 2005, a NATO anunciou que a ISAF iria iniciar o processo de expansão para a zona oeste do Afeganistão, que teve início a partir de Maio de 2006, quando a ISAF assumiu o comando de dois PRT nas províncias de Herat e Farah. Após o alargamento da missão para norte e oeste, foi possível “controlar” e dar assistência às populações em cerca de 50% do território Afegão.

Fase 3: Para Sul

Em 2006 iniciou-se o processo de expansão para sul, processo que foi implementado a partir de Julho, avançando a área de actuação (da ISAF) para seis províncias - Day Kundi, Helmand, Kandahar, Nimroz, Uruzgan e Cabul (International Security Assistance Force, 2011). Com esta fase 3, a ISAF, passou a deter o controlo sobre cerca de três quartos do território afegão. Simultaneamente, assistiu-se igualmente ao aumento significativo do número de forças da ISAF no país: de cerca de 10.000 antes do início da expansão para cerca de 20.000, depois.

Fase 4: Para Leste

Em Outubro de 2006, a ISAF implementou a última fase da sua expansão ao assumir o comando internacional das forças militares presentes no leste do Afeganistão. Com esta última fase a ISAF encetou uma aproximação às unidades do Exército Nacional Afegão nos diversos níveis de comando e organização interna.

A missão da ISAF tem o seu fim anunciado para os finais de 2014, altura em que as autoridades afegãs deverão assumir a responsabilidade pela segurança total do território. Cerca de 87.000 militares de 49 países servem actualmente no Afeganistão.

ANEXO J - Alguns factos cronológicos da participação Portuguesa em Missões Internacionais

Portugal não começou a sua participação em missões internacionais apenas no final do século passado, mas muito antes, em 1958, numa operação que tinha a designação de UNOGIL, também denominada “Grupo de Observadores das Nações Unidas no Líbano”. Esta operação teve lugar entre Junho e Dezembro daquele ano e tinha como objectivo garantir o encerramento das fronteiras daquele País à infiltração de armas e mercenários (Sousa, 2001).

Em Outubro de 1989, Portugal participou com 25 observadores na missão da UNTAG – “Grupo de Assistência da ONU à Transição da Namíbia”, que tinha como objectivo garantir o êxito na independência daquele País. Os observadores portugueses estiveram envolvidos sobretudo na fiscalização do acto eleitoral (Sousa, 2001).

Em 1991 e 1992, Portugal participou na UNAVEM II ¹⁴⁰, assumindo a sua visão estratégica no espaço da lusofonia, de acordo com o programa do XII Governo Constitucional, então com funções, e onde era expressamente assumido que “ O Governo continuará a atribuir particular relevo, no âmbito da política externa, ao incremento da cooperação, muito em particular no que toca às relações com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (Programa do XII Governo Constitucional, 1993: 53).

A UNAVEM II tinha como finalidade acompanhar o cessar-fogo entre as partes em conflito e organizar o processo eleitoral Angolano. A missão teve início em Julho de 1991 e terminou em Fevereiro de 1995, tendo participado nesta missão 350 observadores portugueses onde se integravam 86 militares (Sousa, 2011).

Em 1992, com o espoletar da guerra nos Balcãs inicia-se a participação portuguesa naquela região, tendo sido enviada uma missão de observadores internacionais para integrar aquela que ficou conhecida como a missão (ECMM-YU)¹⁴¹. Aquela missão consistia em verificar o cumprimento do cessar-fogo, acordado entre a Eslovénia e a República Federal da

¹⁴⁰ United Nations Angola Verification Mission

¹⁴¹ European Communities Monitoring Mission for Yugoslavia;

Jugoslávia. Nesse mesmo ano, a missão seria alargada à Croácia e à Bósnia-Herzegovina, em virtude da escalada de violência registada naquelas repúblicas. Contudo, naquela altura apenas foi possível contar-se com uma participação muito limitada e diminuta das forças portuguesas.

O conceito de missão de paz vigente até então enquadrava as operações realizadas sob os auspícios da OSCE, com base no Documento de Helsínquia de 1992, consagrado na Carta da ONU, no Capítulo VI¹⁴². O alargamento deste conceito ao Capítulo VII¹⁴³ daquela Carta passou a envolver também organizações como a NATO, a UEO e a UE.

A ONU, através desta nova interpretação e da “aproximação” dos capítulos VI e VII, passa a confirma um facto que era cada vez mais evidente: não dispunha só por si, de capacidade para exercer coacção sobre os Estados. Estava, assim, aberto o caminho para a participação de outras organizações de cariz regional em operações de paz.

Por seu lado, a partir 1994, com a alteração do Conceito Estratégico Nacional, é assumida em Portugal uma nova preocupação: a adaptação das Forças Armadas nacionais aos parâmetros técnicos e operacionais das restantes forças aliadas como elemento essencial para o cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal no seio dessas organizações. É com base neste conceito e ao abrigo dos princípios e objectivos nele definido que se verifica uma participação mais significativa e um reforço substancial das nossas forças na ex-Jugoslávia. Este acontecimento marca, também, uma mudança muito importante na participação portuguesa em operações internacionais.

Neste contexto, e a ilustrar isso mesmo, tenhamos presente as principais participações portuguesas, sob a égide da NATO, UE e Nações Unidas¹⁴⁴.

No Kosovo, em 1999, através da *Kosovo Security Force (KFOR)*, Portugal participou com um Batalhão.

¹⁴² **Capítulo VI** - Solução pacífica de controvérsias; <http://www.un.org/es/>.

¹⁴³ **Capítulo VII** - Acção em caso de ameaça à paz, ruptura da paz e acto de agressão; <http://www.un.org/es/>.

¹⁴⁴ Análise desenvolvida tendo por base informação disponível no site do Ministério da Defesa Nacional; www.mdn.pt.

Em 2000, Portugal integrou a UNTAET (*United Nations Transitional Administration in East Timor – Peace Keeping Force*), em Timor-Leste. Mais tarde em 2004 em Timor Lorosae, na *United Nations Integrated Mission In Timor-Leste* (UNMIT).

Em 2002, no Afeganistão, a presença portuguesa surge integrada na *International Security Assistance Force (ISAF)*, até Agosto de 2008, com uma Companhia que constituiu a *Quick Reaction Force* do Comando daquela (COMISAF). Entre Setembro e Dezembro de 2008, com um Destacamento de C-130 para o Transporte aéreo intra-teatro, desde Maio de 2008, com um *Operational Mentor and Liaison Team* a desempenhar missões de assessoria numa Unidade do Afghan National Army (ANA) e na *United Nations Assistance Mission in Afghanistan* (UNAMA).

No Iraque, em 2004, a participação nacional verifica-se com a presença de militares da *NATO Training Mission – Iraq*, numa missão de assessoria.

Na Bósnia Herzegovina, em 2004, Portugal participou, através da *European Union Force (EUFOR) - Operação Althea*, em duas *Liasion Observation Teams (LOT)*, nas cidades de Modrica e Derventa, integradas no Quartel-General da Força. Estão ainda, neste território, alguns militares da Guarda Nacional Republicana (um pelotão, uma equipa de investigação criminal, o Comandante da Unidade de Investigação Criminal), e também participou na *Integrated Police Unit (IPU) da European Union Force (EUFOR)*.

Os militares portugueses prestaram, ainda, apoio médico no Paquistão, após um pedido de auxílio à Sociedade Internacional e à NATO, na sequência do terramoto ocorrido em Outubro de 2005.

Na República Democrática do Congo, em 2005, no âmbito da *European Union Security Sector Reform Mission* (EUSEC RD Congo) que Portugal participa.

Entre Março e Maio de 2008, no Líbano, na *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), com elementos nacionais, presentes no Quartel-General da Força e da *Maritime Task Force*, bem como com uma Unidade de Engenharia;

Por sua vez, na República da Guiné-Bissau e, desde Abril de 2008, Portugal participa na *Missão da União Europeia de Apoio à Reforma do Sector da Segurança* (EUSSR);

No Chade, em 2008, na Operação *European Union Mission in Chad and the Central African Republic* (EUFOR TCHAD/RCA) Portugal participou com oficiais no Quartel-General Operacional.

Na Somália, desde Dezembro de 2008 a participação portuguesa verifica-se na *Força Naval da União Europeia* (EUNAVFOR), *Operação ATALANTA*;

Relativamente a forças constituídas, Portugal tem actualmente militares presentes no Afeganistão, no Kosovo, na missão *Mediterrâneo SNM2*, para além dos destacamentos no Congo, Somália e Timor-Leste. Existem ainda militares a desempenhar acções de Cooperação Técnico-Militar em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (31/10/2012).

No que concerne à satisfação de compromissos assumidos perante Organizações Internacionais de Segurança e Defesa, as Forças Armadas Portuguesas participa nas Operações que se indicam:

No âmbito da NATO, KFOR no Kosovo, ISAF no Afeganistão, *Mediterrâneo SNM2*;

No âmbito da União Europeia, EUSEC no Congo, na Somália (EUTM) e ATLANTA;

No âmbito das Nações Unidas, *UNMIK* no Kosovo, *UNMIT* em Timor-Leste e *UNAMA* no Afeganistão.

No Afeganistão, Portugal tinha até 31 de Outubro de 2012, 1 militar no âmbito da UNAMA e 214 militares ao abrigo da ISAF e 561 efectivos destacados fora do Território Nacional.

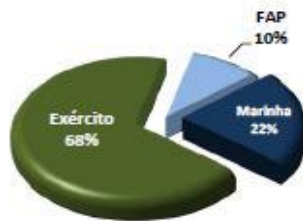
Mapa de Militares Portugueses destacados no estrangeiro¹⁴⁵



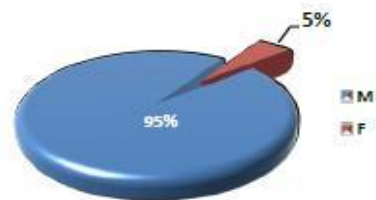
DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES A 31 DE OUTUBRO DE 2012

1. Mapa de empenhamento

	Marinha		Exército		FAP		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Forças Nacionais Destacadas	81	0	304	22	30	4	415	26
	81		326		34		441	
Cooperação Técnico-Militar	41	0	56	1	21	1	118	2
	41		57		22		120	
Total por Sexo	122	0	360	23	51	5	533	28
Total por Ramo das FAs	122		383		56		561	



Empenhamento por Ramo das Forças Armadas



Empenhamento por Sexo

2. Evolução dos Efetivos



¹⁴⁵ www.emgfa.pt – Militares no Estrangeiro – Estruturas da OTAN, EU e ONU.